

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MAICOLN VIOTT BENETTI

**MEMÓRIAS DE UMA PAISAGEM DE FRONTEIRA:
FRITZ PLAUMANN E A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE NAS DÉCADAS
DE 1920 E 1930**

CHAPECÓ

2025

MAICOLN VIOTT BENETTI

**MEMÓRIAS DE UMA PAISAGEM DE FRONTEIRA:
FRITZ PLAUMANN E A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE NAS DÉCADAS
DE 1920 E 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

CHAPECÓ
2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Benetti, Maicoln Viott

Memórias de uma Paisagem de Fronteira: Fritz Plaumann e a Colonização do Oeste Catarinense nas décadas de 1920 e 1930 / Maicoln Viott Benetti. -- 2025. 145 f.:il.

Orientador: Doutor Marlon Brandt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2025.

1. Fritz Plaumann. 2. História Ambiental. 3. Paisagem. 4. Fronteira Sul. 5. Colonização. I. Brandt, Marlon, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MAICOLN VIOTT BENETTI

**MEMÓRIAS DE UMA PAISAGEM DE FRONTEIRA:
FRITZ PLAUMANN E A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE NAS
DÉCADAS DE 1920 E 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Mestre.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 12/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARLON BRANDT**
Data: 24/02/2025 19:23:38-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **SAMIRA PERUCHI MORETTO**
Data: 24/02/2025 20:25:23-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **JOAO KLUG**
Data: 25/02/2025 11:13:55-0300
CPF: ***.486.900-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. João Klug – UFSC
Avaliador

Dedico este trabalho ao meu pai Severino Benetti.
E, acima de tudo a minha mãe Nelli Viott Benetti
(*In memoriam*) que sem dúvida estaria muito feliz
e orgulhosa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos, antes de tudo, a universidade pública, pois graças a ela tive a oportunidade de cursar uma graduação e ingressar na pós-graduação. Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul por toda sua estrutura material e humana que ofereceram as melhores condições para minha formação. Ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo grupo de profissionais gabaritados e professores excelentes que tanto contribuíram com meu percurso formativo, em especial a professora Dra. Samira Peruchi Moretto, por todos apontamentos e contribuições em minha pesquisa. Ao meus colegas de turma, pelo apoio, leituras, debates, orientações e trocas de conhecimento.

Agradeço do fundo do meu coração a minha companheira, Jussiani, que nos píncaros de seu conhecimento científico, foi importantíssima na definição de meus objetivos de pesquisa. Por me ouvir e aprofundar comigo as reflexões sobre a natureza, sou profundamente grato.

Expresso profunda gratidão ao meu orientador, professor Dr. Marlon Brandt, pelas indicações bibliográficas, conselhos, apontamentos textuais e por estar presente em todas as etapas da escrita da dissertação. Assim como ao professor João Krug, por compartilhar todo seu conhecimento sobre Fritz Plaumann.

Agradeço a minha família, meu pai Severino e meu irmão Matheus, pelos cuidados no momento que estive ausente. Da mesma forma, agradeço ao Paulo e a Carol, por compartilhar a internet, suporte fundamental para o processo seletivo e o acompanhamento das aulas. Agradeço de forma especial a minha madrinha Benícia, que na ausência de minha mãe sempre esteve presente, com sua vibração, entusiasmo e otimismo, foi uma grande força motivadora.

Agradeço aos meus colegas de escola pelo suporte durante os períodos de ausência, a Simone, a Raquel e aos professores que acompanharam minhas turmas nestes momentos. Inclusive, agradeço meus alunos, sempre gentis e dedicados. Gostaria de agradecer também a equipe de trabalho do Museu Entomológico Fritz Plaumann, Elfriede Marlene Freyer e Angela Maria Cenci, pela gentileza e atenção em me receber no museu e possibilitar o acesso a muitas fontes de pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Meu olhar divaga
Lentamente sobre a paisagem montanhosa
Porém a mata virgem não existe mais;
As estrelas brilham à noite
No firmamento – porém disfarçadas
Pelo reluzir de luzes artificiais.
(Fritz Plaumann).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de transformação da paisagem na Fronteira Oeste de Santa Catarina a partir das memórias do imigrante de origem alemã e entomólogo de grande magnitude, Fritz Plaumann. Para isso, buscamos analisar os usos, os valores, as descrições e percepções da paisagem observadas nas décadas de 1920 e 1930, período marcado pelo início das ações colonizadoras. A região compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, localizada entre os rios Irani e Ariranhazinha, local em que foi firmado o núcleo colonial de Nova Teutônia pela Colonizadora Luce & Rosa e Cia, em 1922. A família Plaumann, após migrar da Alemanha para o Brasil em consequência dos desdobramentos do Tratado de Versalhes (1919), chega à região em 1924. Os imigrantes ali estabelecidos passaram a praticar a caça, a pesca, a agricultura e a pecuária para subsistência, produzindo um excedente para o comércio. A região, constituída principalmente pela Floresta Estacional Decidual, com vales férteis, recursos hídricos abundantes, uma mata densa com grande diversidade de espécies animais e vegetais e habitada por povos indígenas e caboclos, teve sua paisagem contemplada de diferentes maneiras pela colonização. Lançamos mão do referencial teórico e metodológico da História Ambiental, abordando aspectos ambientais da região, os usos e modos de produção praticados pela colonização e, de forma mais subjetiva, as percepções produzidas sobre a paisagem. Valemo-nos do conceito de paisagem, entendida como a sobreposição de tempos e memórias, formada pelo mundo físico, enquanto materialidade, e pelas percepções humanas, enquanto cultura. Utilizamos como fonte os relatos descritos no *Diário de Fritz Plaumann*, um conjunto de fotografias retratadas por Fritz Plaumann no período de abrangência da pesquisa, panfletos produzidos pelas Companhias Colonizadoras e mapas de diferentes origens. Percebe-se que Fritz Plaumann foi uma pessoa atenta à natureza, preocupado com as questões ambientais e que desenvolveu estudos na área da entomologia. Em suas memórias, preservadas nas fotografias e nos escritos do diário, demonstrou o processo de adaptação em uma floresta que exigiu enfrentamento com a fauna inóspita, a densidade da mata e outras condições climáticas, marcada pela busca de subsistência, na qual a natureza precisa ser superada, mas principalmente compreendida, evidenciando a perspectiva preservacionista de Plaumann. Nessa paisagem, Fritz Plaumann registrou o convívio com os povos tradicionais e demais colonizadores de origem europeia, assim como evidenciou o avanço agrícola e a formação de infraestruturas, com a abertura de estradas e construção de moradias, em um cenário no qual a floresta, aos poucos, dá espaço a uma paisagem rural, com traços humanos cada vez mais marcantes.

Palavras-chave: Fritz Plaumann; História Ambiental; Paisagem; Colonização; Fronteira Sul.

ABSTRACT

This work aims to understand the process of transformation of the landscape in the Western Border of Santa Catarina based on the memories of the immigrant of German origin and entomologist of great magnitude, Fritz Plaumann. To this end, we seek to analyze the uses, values, descriptions and perceptions of the landscape observed in the 1920s and 1930s, a period marked by the beginning of colonization. The region comprises the Uruguay River Basin, located specifically between the Irani and Ariranhazinha rivers, where the colonial nucleus of Nova Teutônia was established by the Colonization Company Luce & Rosa e Cia in 1922. The Plaumann family, after migrating from Germany to Brazil as a result of the consequences of the Treaty of Versailles (1919), arrived in the region in 1924. The immigrants who settled there began to practice hunting, fishing, agriculture and livestock farming for subsistence, producing a surplus for trade. The region, which consists mainly of the Deciduous Seasonal Forest, with fertile valleys, abundant water resources, a dense forest with a great diversity of animal and plant species and inhabited by indigenous and caboclo peoples, had its landscape contemplated in different ways by colonization. We used the theoretical and methodological framework of Environmental History, addressing environmental aspects of the region, the uses and modes of production practiced by colonization and, in a more subjective way, the perceptions produced about the landscape. We used the concept of landscape, understood as the overlapping of times and memories, formed by the physical world, as materiality, and by human perceptions, as culture. We used as sources the reports described in Fritz Plaumann's Diary, a set of photographs portrayed by Fritz Plaumann during the period covered by the research, pamphlets produced by the Colonization Companies and maps of different origins. It is clear that Fritz Plaumann was a person attentive to nature, concerned with environmental issues, developing studies in the area of entomology. In his memories, preserved in photographs and diary entries, he demonstrated the process of adaptation in a forest that required facing inhospitable fauna, dense vegetation and other climatic conditions, marked by the search for subsistence, in which nature needs to be overcome, but above all understood, making clear a preservationist perspective. In this landscape, Fritz Plaumann recorded the coexistence with traditional peoples and other colonizers of European origin. He highlighted the agricultural advance and the formation of infrastructure, with the opening of roads and the construction of houses, in which the forest gradually gives way to a rural landscape, with increasingly prominent human features.

Keywords: Fritz Plaumann; Environmental History; Landscape; Colonization; Southern Frontier.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa com as comunidades indígenas de Santa Catarina atualmente	27
Figura 2: Conquista dos Campos de Guarapuava	29
Figura 3: Imagem da área de ação da Cia Colonizadora Luce e & Rosa em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul	31
Figura 4: Núcleos de colonização do Oeste de Santa Catarina, década de 1940	32
Figura 5: Propriedade Rural em Königsberg adquirida pela família Plaumann após a Primeira Guerra Mundial	58
Figura 6: Panfleto com a Planta de Localização das Terras da Companhia Colonizadora Luce & Rosa e Cia ...	60
Figura 7: A primeira moradia da família Plaumann em terras brasileiras	66
Figura 8: Mapa da região Oeste de Santa Catarina com a localização de Nova Teutônia	68
Figura 9: Detalhe de Nova Teutônia pertencente ao município de Joaçaba	69
Figura 10: Esboço da demarcação dos lotes da região de Sede Irani	71
Figura 11: Poço Redondo.....	72
Figura 12: Retrato tirado por Fritz Plaumann do Rio Irani	73
Figura 13: Fritz Plaumann realizando coleta às margens do Rio Ariranha (1955).....	75
Figura 14: Chapecó (1927).....	80
Figura 15: Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina	83
Figura 16: Registro de uma jaguatirica fotografada por Fritz Plaumann em 1928.....	88
Figura 17: Armadilha para pegar tigre	89
Figura 18: Exemplares da coleção de Fritz Plaumann	91
Figura 19: Museu Entomológico Fritz Plaumann – década de 1980.....	93
Figura 20: Pr. Eylau (1918).....	94
Figura 21: Paisagem rural da Alemanha (1919).....	95
Figura 22: Indígenas Kaingang da região do Rio Irani	97
Figura 23: Artesanato indígena	98
Figura 24: Colmeias de Plaumann em Königsberg - Alemanha (1924)	103
Figura 25: Pele de jaguatirica (1930)	107
Figura 26: Pesca da família Klein – foto de 1929	109
Figura 27: Retrato tirado por Fritz Plaumann de parte da floresta derrubada (década de 1930)	114
Figura 28: Retrato tirado por Fritz Plaumann de parte da floresta incendiada (Década de 1930)	115
Figura 29: Retrato registrado por Fritz Plaumann sobre a prática agrícola (década de 1930).....	115
Figura 30: Retrato tirado por Fritz Plaumann com a floresta convertida em área agrícola (1940)	116
Figura 31: Retrato de um potreiro com gado bovino (1938).....	120
Figura 32: Caminho para Itá (19.5.1939)	124
Figura 33: Casa comercial alugada pela família Plaumann - foto de 1930	126
Figura 34: Moradia da família Plaumann construída no início da década de 1930 (Foto de 1953)	127
Figura 35: Recorte de mapa com Nova Teutônia ao centro, contendo os caminhos e estradas - 1934	128
Figura 36: Área central de Nova Teutônia em 1938	130
Figura 37: Igreja de Nova Teutônia (foto de 1941).....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENOS – El Niño-Oscilação Sul

FED – Floresta Estacional Decidual

FOM – Floresta Ombrófila Mista

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

S.D. – Sem data

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UHE – Usina Hidrelétrica

PCHS – Pequenas Centrais Hidrelétricas

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 UMA PAISAGEM DE FRONTEIRA: INDÍGENAS, CABOCLÓS, IMIGRANTES	23
1.1 A PRESENÇA INDÍGENA: RETRATOS DA VIDA KAINGANG	24
1.2 UMA “PAISAGEM CABOCLA”	34
1.3 A “EUROPEIZAÇÃO DA PAISAGEM”: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL	45
2 PAISAGEM E MEMÓRIA: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL SOB O OLHAR DE FRITZ PLAUMANN	54
2.1 ERA UMA VEZ NA ALEMANHA - A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A EMIGRAÇÃO	54
2.2 RUMO AO SUL: O OLHAR IMIGRANTE SOBRE O BRASIL MERIDIONAL E A VIDA NO OESTE CATARINENSE	61
2.3 OS RIOS NA GEOGRAFIA E NA PAISAGEM DA FRONTEIRA OESTE DE SANTA CATARINA	67
2.4 “A MATA VIRGEM” - O ENCONTRO COM A PAISAGEM FLORÍSTICA	78
2.5 A FAUNA TRANSPARECE NA PAISAGEM	84
2.6 RETRATOS DA PAISAGEM POR FRITZ PLAUMANN	92
3 A PAISAGEM COMO RECURSO E AS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NA REGIÃO DE NOVA TEUTÔNIA	101
3.1 A DOMESTICAÇÃO DE ABELHAS, A CAÇA E A PESCA	102
3.2 OS USOS DO ECOSISTEMA: AGRICULTURA E PECUÁRIA EM MEIO A FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL	110
3.3 ATIVIDADES COMERCIAIS, DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E INFRAESTRUTURAS	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

A paisagem é importante referência para analisar a ocupação humana em diferentes espaços geográficos do planeta Terra. No Oeste catarinense, a possibilidade de utilização dos recursos disponibilizados por um ambiente natural fértil e abundante serviu de ingrediente para uma série de grupos humanos que percorreram ou se instalaram na região. Na paisagem, ficaram evidentes as manifestações desses povos, sendo eles indígenas, caboclos e colonizadores de origem europeia¹. A presença e a herança cultural que os envolvem revelam, por meio do registro de suas memórias, marcas determinantes de um conjunto de processos históricos que moldam a constituição socioambiental deste espaço fronteiriço.

Observando a paisagem como uma herança do passado, constituída por processos naturais e humanos, composta pela sobreposição de tempos e memórias, esta pesquisa tem por objetivo analisar os usos, os valores, as descrições e percepções da paisagem para compreender os seus processos de transformação promovidos pela relação dos seres humanos com a natureza e entre si, a partir das memórias do imigrante e entomólogo² alemão Fritz Plaumann, nascido em Pr. Eylau, Prússia Oriental, na Alemanha, em 1902, e falecido em Nova Teutônia, distrito de Seara/SC, em 1994. Concentramos o recorte temporal nas décadas de 1920 e 1930, no contexto de colonização europeia do Oeste Catarinense, na região que compreende o Alto Uruguai, precisamente na área onde houve a atuação da Companhia Colonizadora Luce & Rosa, entre os rios Irani e Ariranhazinha. O território pertencia ao antigo município de Cruzeiro (Joaçaba), local em que foi fundado o núcleo colonial de Nova Teutônia, nas proximidades onde a família Plaumann, ao migrar da Alemanha para o Brasil, estabeleceu morada no ano de 1924.

Algumas problemáticas foram essenciais para cumprir com nosso objetivo: identificar as características ambientais e os grupos humanos que compõem a paisagem do espaço determinado para a pesquisa; identificar os valores e percepções da paisagem destacada pelas memórias de Fritz Plaumann; compreender os usos do ecossistema e suas implicações na paisagem; investigar quais relações socioculturais contribuíram para a interação entre os imigrantes europeus com a natureza local; analisar as transformações ambientais ocorridas na

¹ Estes, pensados aqui pela perspectiva do geógrafo Leo Waibel (1958, p. 206), como pequenos proprietários rurais oriundos da Europa que se estabeleceram em terras brasileiras formando comunidades próprias, não se referindo aos antigos povoadores portugueses e seus sistemas de latifúndios.

² Entomologia é especialidade da biologia que estuda os insetos.

fauna e na flora da região relatados por Fritz Plaumann; analisar como as práticas de trabalho e de (sobre)vivências desenvolvidas pelos imigrantes contribuíram para as alterações ambientais.

Para tanto, nosso trabalho vincula-se à Linha de Pesquisa “História Ambiental, das Migrações e das Ciências” correspondente ao mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS - *Campus* Chapecó. A Linha, de forma sintetizada, tem como objetivo estudar e investigar as relações dos seres humanos de diferentes grupos sociais e culturais com o meio natural, no bojo de questões como povoamento, agricultura, (i)migrações, fronteira, colonização, entre outros, lançando mão da perspectiva da História Ambiental e/ou da História da Ciência.

Não é por acaso que, quando inicio a busca por referências teóricas para orientar minha problemática, encontro embasamento nas obras de professores e pesquisadores que estão ancorados à Universidade Federal da Fronteira Sul, tais quais: Brandt (2012), Moretto (2017), Radin (2009), Salini (2018), Silva *et al.* (2015), entre outros. Esses historiadores desenvolvem pesquisas ambientadas na região da Fronteira Sul, abordando temáticas variadas, como o processo de povoamento e colonização na perspectiva da História Ambiental. As pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores selecionados para dar suporte teórico a este trabalho se atêm principalmente aos processos de transformação ambiental ocorridos no Oeste catarinense, a partir de temas como o avanço da pecuária, os impactos causados ao modo de vida dos povos tradicionais com o processo colonizador, a modernização agrícola, ações de preservação ambiental, assim como as alterações provocadas na paisagem.

Ao considerar que a ocupação da região por imigrantes europeus e suas ações de trabalho e sobrevivência são fundamentais para refletir sobre as alterações ambientais ocorridas, nossa pesquisa se adentra nas particularidades e volta-se diretamente para as ações humanas em relação à natureza; discute questões vivenciadas por indivíduos a respeito da caça, da pesca, da domesticação de animais, do uso de diferentes técnicas de trabalho e do desenvolvimento de infraestruturas, como a construção de moradias e estradas; reflete sobre o contato interétnico e as relações socioculturais entre grupos humanos culturalmente distintos; por fim, adentra em um território de fronteira a partir de memórias que narram a experiência do processo colonizador e suas relações com o ecossistema nas décadas de 1920 e 1930, problematizando-as pelo viés da História Ambiental.

Este trabalho nasce com a motivação de ir ao encontro da Universidade e de aprofundar a aprendizagem na construção de pesquisas na área da História Ambiental, tendo em vista que, de acordo com Myskiw (2021), o Programa de Pós-Graduação em História da UFFS emerge pelos anseios da sociedade e dos Movimentos Sociais com o objetivo de se pensar a História,

as memórias e a cultura da região das fronteiras no Sul do Brasil, com o intuito de desenvolver o ensino, a pesquisa e os projetos de extensão com ênfase a preservação da memória e da história local e regional. Tal contexto justifica esta pesquisa, pois objetivo aqui contribuir com a compreensão de como se constituiu o processo de imigração e como se deu o processo de aproximação entre pessoas e natureza, bem como a conseqüente transformação desta última.

Além dos motivos que me levam à Universidade, almejo compreender a paisagem do Alto Uruguai catarinense e o percurso de transformação de um espaço geográfico de relevo tão peculiar, formado por vales, rios e florestas. Analisar a paisagem é sentir-se no mundo. Um mundo de terra, de rochas, raízes, caules, árvores e animais, cores, odores e sons. Um mundo moldado pelo tempo, pois da mesma proporção que é vida, é morte. Em perceber que o mundo não está ordenado apenas na ótica material das coisas, a paisagem também é cultura. Há quem olhe, quem descreve, quem registra pelas lentes da câmera fotográfica ou quem simplesmente ignora. A cultura humana está imersa na paisagem: há homens e casas, barulhos, utensílios e máquinas; memórias, sonhos com o futuro, múltiplos sentimentos, seja medo ou esperança. As paisagens do passado pairam na memória como um *iceberg* no oceano, pois muitas imagens ocultas pelo tempo ficam além do crivo da história.

Quando a paisagem emerge como resultado de intenções humanas, aparece um mundo que é memorável. A paisagem é testemunha da história. O passado vem ao presente porque continua e permanece em tudo que lhe é próprio, mas principalmente pelo sentido humano. Dessa forma, motiva-me o sentimento de pertencimento, de fazer parte de um mundo, de uma região, de um lugar, de um tempo e de um espaço, de escrever sobre e perceber que não sou alheio e nem estou distante de todo o conjunto de elementos que compõem o espaço em que habito. Contudo, para além das reflexões, na origem deste trabalho está o encontro com *O Diário de Fritz Plaumann* e a possibilidade de problematizá-lo como fonte e objeto de estudo na área da História Ambiental.

*O Diário de Fritz Plaumann*³ chega ao público com a organização de Mary Bortolanza Spessatto, publicado pela Argos Editora Universitária, em 2001. O diário acompanha os relatos da vida de Fritz Plaumann desde sua infância na Alemanha, a partir de 1919 datado anualmente até 1934. Dessa data em diante, Plaumann cita que acabam suas anotações diárias e que a continuidade da escrita passa a se basear em anotações avulsas e em sua memória e a partir daí os registros se estendem até o ano de 1992, alcançando boa parte do século XX.

³ As narrativas extraídas do diário apresentadas ao longo da dissertação, consta nas citações com o nome de sua organizadora, Mary Bortolanza Spessatto, porém, cabe destacar, que o texto é de autoria de Fritz Plaumann.

No diário, Fritz Plaumann afirma: “Sob impulso, decidi escrever um esboço, e reviver na memória, em retrospecto, a minha vida. Passei um terço de meus dias na Alemanha, e outros dois terços no Brasil, continuamente, aqui em Nova Teutônia” (Spessatto, 2001, p. 16). Como afirma Cunha (2013), os diários pessoais revelam traços de sensibilidades de sujeitos que se constroem e se inventam pela escrita, dão sentido a experiências vividas, apresentam visões de mundo de um tempo e de uma sociedade pelo exercício da memória e abrem assim possibilidades para que a história seja investigada.

Os diários íntimos, tanto quanto memórias, autobiografias e cartas são denominadas de práticas que se configuram como escritas de si. Essas práticas, de acordo com Ângela de Castro Gomes (2004), nascem no espaço privado e se estendem ao espaço público. Compreendem, portanto, um fenômeno moderno nos quais os registros pessoais, embora subjetivos, fragmentados e ordinários, fazem aparecer, a partir do indivíduo, a organização social de uma época e de um lugar. Os detalhes que as escritas de si registram, os assuntos que revelam, rearranjam, ordenam e dão significado às trajetórias de vida em formato de texto. São produtos da sociedade moderna individualista que autoriza a manifestação de sentimentos e experiências. No seio dessa cultura, indivíduos se tornam verdadeiros a ponto de conquistar frente à sociedade a possibilidade de expressar seu modo de existir para si e para os outros (Gomes, 2004).

Na historiografia, de acordo com Gomes (2004, p. 14) os debates sobre a natureza dessas fontes partem da singularidade que envolve a “produção do eu” para a dimensão que integra a busca por um “efeito de verdade”. Portanto, por ser uma documentação construída por intenções que revelam a intimidade e a subjetividade do autor, a prática historiográfica estabeleceu novas metodologias e categorias de análise que não são mais complexas que a análise de outros documentos históricos. Nesse sentido:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (Gomes, 2004, p. 15).

Cunha (2021) destaca que um diário representa o efêmero, se até mesmo a detalhes ínfimos, é permeado de sentimentos e sensações revelados por uma escritura descontínua e interna. Então, para historicizá-los, certos cuidados e metodologias são necessários. Assim, para não cair nas tramas intimistas, é preciso submeter os diários a uma operação historiográfica. É fundamental, no desenvolvimento da pesquisa analisar quem escreveu, quando, quais temas são tratados e com quais intenções de escrita. Outro passo essencial é construir hipóteses que

problematizam a fonte, cruzando dados com outras referências, pois o passado relatado no diário é representação da experiência vivida, na qual estão projetadas as visões de mundo do diarista. No caso das fontes associadas ao diário, utilizamos as fotografias de Fritz Plaumann, mapas e documentos das Companhias Colonizadoras, documentos que servem de base para cruzarmos as informações das narrativas do diarista.

Porventura, em alguns momentos, para delinear as percepções da paisagem descritas no diário, possa-se adentrar no âmago íntimo da narrativa, por se tratar de um contexto histórico permeado por conflitos e crises socioeconômicas, um período que anuncia a “era dos extremos”, como definiu o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), ao se referir ao século XX. Assim, situa-se o testemunho de Fritz Plaumann no contexto da imigração europeia para o Brasil ocorrida no período pós-Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e da “colonização” da região Oeste do estado de Santa Catarina pós-Guerra do Contestado (1912 - 1916). O olhar de Fritz Plaumann, sempre localizado no tempo, permeado por eventos históricos e atento às características ambientais que configuram a paisagem, nos permite a análise na perspectiva da História Ambiental para refletirmos sobre as suas percepções a respeito da paisagem e as relações que mantém com o meio ambiente, muitas vezes, inversa à ordem exploratória comum da colonização. E, a partir dessas compreensões, é possível investigar as possíveis transformações do espaço em que passou a integrar.

Como salienta Nodari (2009), o meio ambiente foi importante referência para a ocupação do território no Oeste catarinense pela possibilidade de utilização dos recursos naturais disponíveis para a subsistência, o que foi uma das motivações para os grupos humanos que se instalaram na região a partir dos interesses colonizadores. A História Ambiental, na perspectiva de Worster (2003), tem por objetivo investigar como as sociedades humanas são afetadas pelo meio ambiente e como o meio ambiente é afetado pelas ações humanas. Para isso, lançando mão dos meios de análise adotados pela História Ambiental, busca-se compreender as características ambientais da região de Nova Teutônia, analisar como os ecossistemas são reestruturados pela ação colonizadora para atender propósitos agrícolas, convertendo-os em “sistemas domésticos”, altamente dependentes da natureza e, por conseguinte, compreender as percepções da paisagem desprendidas das memórias de Fritz Plaumann. Portanto, a construção deste trabalho toma a paisagem como categoria de análise e investiga as ações colonizadoras e suas relações com a paisagem a partir do viés metodológico proposto por Worster (2003).

De acordo com Corrêa (2012), a paisagem é um termo polissêmico, por possuir vários sentidos. Ela pode ser entendida como a percepção visual de um determinado espaço físico, a materialidade desse espaço, ou ambos. Para a autora, é preciso partir de algum documento para

investigar e descrever paisagem pretéritas, porquanto a paisagem chega ao presente por meio de uma representação, ou seja, pela visão de mundo daquele que é seu testemunho. A paisagem, como nos leva a entender Paul Claval (2004), é o conjunto das ações dos homens e das forças da natureza. A paisagem torna-se humana, de acordo com Peluso Júnior (1991), quando o ser humano aparece nela, quando além dos seus vestígios está a dimensão de quem a observa, conectando a natureza e os interesses humanos.

A relação humana com a paisagem está repleta de “percepções, atitudes e valores” que despertam um emaranhado de sensações. Tuan (2012) as concebe como “Topofilia”, definindo-a como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 2012, p. 19). Ou seja, diz respeito ao vínculo emocional e expressivo que uma pessoa constrói com o meio ambiente e sua paisagem. Esse vínculo, ao envolver diversos sentidos, pode transparecer a partir de memórias, experiências de vida, sentimentos de pertencimento, compreensão ou identificação com um lugar específico, que vai além do aspecto material da paisagem e envolve sentimentos e lembranças que conectam a pessoa à natureza, tornando-a um lugar especial ou crucial para ela.

A natureza se ordena por suas forças simples, como um atributo singelo do cosmos. Porém, a paisagem, ao ser concebida pelas faculdades humanas, também pode revelar em seu íntimo forças que são caóticas, o que é capaz de desordenar esse equilíbrio. Há um conjunto de fatores emergentes na paisagem na relação entre natureza e cultura que se superpõem, Tuan (2005) as denomina de “Paisagens do Medo”, devido ao entendimento das forças naturais, como em uma enchente ou em outros exemplos de condições climáticas extremas. Pode ser também pela escuridão da noite, o contato com plantas e animais com mecanismos de defesa que se tornam agressivos ao contato humano, entre outras situações que permitem despertar sensações de ansiedade e medo, como lugares que abrigam doenças e banditismos, ou até mesmo construções do imaginário, como a presença de fantasmas e bruxas. Assim, as paisagens do medo são reveladas.

Na concepção de Schama (1996), a paisagem é formada tanto por lembranças quanto por rochas, está na percepção humana, como subjetividade, e está no mundo físico, como materialidade. A paisagem está no meio, mas está principalmente no olhar de quem a vê, ela dialoga com a cultura, sendo constituída por sobreposições de tempos e memórias. A natureza não demarca a si própria muito menos venera a si mesma, apenas se dispõe a mercê do tempo, é o sentido humano que determina suas marcas, o que já pressupõe sua presença e toda bagagem cultural que carrega (Schama, 1996).

O gesto de captar a memória e organizar o passado vivido é um ato de cognição que forma visões de mundo particulares a partir de convenções e interesses. Descrever uma paisagem e o universo que se encontra nela em um diário por meio da cultura escrita pode ter o mesmo sentido que capturá-la com as lentes de uma câmera fotográfica, pois o dedo que guia o lápis é o mesmo dedo que clica o obturador, o que transparece é a cultura que guia as mãos e a mente humana. O que permanece é a memória manifestada e cravada em um suporte. Esse exercício fica implícito por suas restrições, como nos deixa claro Fritz Plaumann: “Tentei pintar uma vaga imagem daquele tempo decisivo, sabendo que isso poderia representar apenas uma contemplação global. Nunca poderia ser o mesmo que ‘viver’ com os acontecimentos e todas as suas emoções” (Spessatto, 2001, p. 55).

Essas questões colocam a memória no esboço da realidade formando um elo no tempo e no espaço, pois, no que diz Pierre Nora (1993, p. 08), “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Assim, a história adquiriu no tempo presente interesse pelos lugares onde a memória se preserva. Na sociedade moderna, há mais lugares de memórias e pessoas desejosas de encontrar refúgios para resguardar suas lembranças. A memória é viva, aberta e suscetível a fragilidades e inconstâncias, mas se fixa no que é concreto. Pode ser um lugar fechado em si, mas também aberto a significados (Nora, 1993).

O que definimos como as memórias de Fritz Plaumann, além do diário, está num conjunto de fotografias que hoje se encontra junto ao acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann, em Nova Teutônia. Sobre as atividades fotográficas, no mês de maio de 1925, Fritz registrou: “Ainda no ano passado eu tinha feito fotos dos bugres, da arte de entrelaçar bolsas e chapéus, etc., assim como de nossa atual residência e outras. Neste ano começava a fazer fotos zoológicas” (Spessatto, 2001, p. 62). A atividade fotográfica desenvolvida de forma profissional registrou, pelos olhos de Fritz Plaumann, aspectos relevantes da paisagem daquele tempo que somam aos registros escritos no diário. As fotografias serão apresentadas como evidência das ações humanas sobre a paisagem, como nos sugere Peter Burke (2004).

De acordo com Burke (2004), a imagem fotográfica é um testemunho ocular, porém é necessário que estes “documentos” sejam contextualizados. Na fotografia, para além do cenário, há a captura, o enquadramento, a sensibilidade do fotógrafo, entre tantos outros elementos que determinam o resultado, ou seja, a imagem que revela. As fotografias podem ser consideradas “[...] evidências da história e história. Elas são especialmente valiosas, por exemplo, como evidência da cultura material do passado” (Burke, 2004, p. 29). Nesse sentido, ao fazermos uma crítica sobre as fontes fotográficas, é possível reconhecer no passado elementos da paisagem, como grupos humanos e não humanos presentes naquele tempo

histórico registrado, assim é possível identificar vários elementos da cultura material que a fotografia revela sobre determinada paisagem.

No desmembramento da pesquisa, outras fontes históricas colaboram com nossos objetivos. Os mapas são ferramentas importantes, “sendo base para representar, explicar e entender o espaço” (Rocha; Rocha, 2021, p. 14) permitem compreender não só as dimensões físicas delimitadas, mas observar dinâmicas sociais e interesses privados e políticos que se manifestam na paisagem, permitindo, a partir das representações espaciais, compreender as relações que se desprendem de espaços determinados moldando a paisagem. Do mesmo modo, os panfletos de propaganda veiculados pelas Companhias Colonizadoras permitem, a partir dos seus discursos, compreender as pretensões sobre os usos e apropriações da terra, observando suas influências sobre o processo colonizador.

Portanto, é com tais perspectivas que analisamos os relatos de Fritz Plaumann, traçando seus olhares sobre a paisagem, a princípio na Alemanha, período da infância marcada pela Primeira Guerra Mundial e a decisão pela migração, em seguida, o estabelecimento e a vida em Nova Teutônia, no Sul do Brasil. Antes, procuramos evidenciar as características que constituem a paisagem do Oeste catarinense e compreender o lugar de Nova Teutônia como uma região de fronteira.

É importante destacar que as fronteiras à Oeste do Brasil Meridional constam como territórios travados por disputas oficiais desde o período colonial, definidas naquele contexto histórico entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Posteriormente, no período pós-independência, a Argentina contesta tais tratados, porém, com o arbítrio estabelecido na “Questão de Palmas” (1895) é deferida a propriedade das terras contestadas em favor do Brasil.

Na região que se confirmou como o Oeste do atual estado de Santa Catarina, as fronteiras começam a ser delimitadas oficialmente a partir de 1916 como forma de acordar a divisão dos territórios também pretendidos pelo estado do Paraná. Concluída a demarcação dos limites, foram criados os municípios de Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba) no ano de 1917, integrando-a definitivamente à formação territorial de Santa Catarina (Piazza, 1994). É no antigo território do município de Cruzeiro que Nova Teutônia está inserida, sendo atualmente distrito do município de Seara.

Apesar das fronteiras definirem politicamente a ordem geográfica do país, no constante de nossa pesquisa, as “fronteiras”, em seu sentido plural, não são vistas de forma a estabelecer limites ou materializar geograficamente um espaço, mas sim, pelo seu caráter de mobilidade, de um espaço que se transforma e se expande, que se reconfigura e ao mesmo tempo reconfigura

o que é o humano. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda (1994, p. 12), “Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam [...]”.

Absorvendo essa prerrogativa, na compreensão trazida pelo historiador Marcos Antônio Myskiw (2011, p. 25), “para Sérgio Buarque de Holanda, a fronteira é entendida como um espaço fluído, em movimento contínuo.” Assim, Myskiw nos explica que, na obra *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda (1994) salienta que o processo de aculturação sofrido pelos portugueses no contato com os indígenas, em um meio ambiente estranho e exótico, fez dos portugueses novos homens, obrigados a integrar outros hábitos e costumes para sobreviver. Dada essas experiências à formação do bandeirante paulista, o ambiente sertão adentro torna-se veementemente mais transitável, ampliando a ocupação do território brasileiro. Essa perspectiva expõe outra visibilidade para os indígenas, que passam a ser vistos com certo protagonismo no alargamento do território do país (Myskiw, 2011).

Nesse sentido, o nosso primeiro capítulo tem como objetivo compreender os traços na paisagem formados por um longo processo de ocupação humana na região. Para tanto, abordaremos desde os estudos pré-históricos que se atêm aos vestígios humanos nas margens do rio Uruguai e do rio Irani, indo em encontro de estudos que analisam a presença dos povos tradicionais, indígenas e caboclos para compreender o modo de vida desses povos na relação com a natureza, até a chegada dos (i)migrantes de origem europeia que se inserem na paisagem concebendo novas formas de interagir com a natureza. Tal abordagem se justifica para observar que essa região é habitada e transformada desde muito tempo, porém, sem sofrer as consequências de uma exploração nas vias do capital econômico como foi concebida pelos colonos de origem europeia.

O capítulo seguinte aborda as percepções da paisagem observadas por Fritz Plaumann durante o contexto migratório. Compreende a infância na Alemanha e sua formação cultural na primeira década do século XX e perpassa pela Primeira Guerra Mundial e a experiência vivenciada durante os confrontos, até as alterações no modo de vida impostas pelo pós-guerra que motivam a mudança para o Brasil. Com a viagem e a família Plaumann já em Nova Teutônia, buscamos as relações que estabeleceram com a natureza e o contato com os habitantes tradicionais da região para compreender o processo de adaptação a nova paisagem, como a preocupação com o clima, os animais silvestres e as doenças, entre um conjunto de detalhes que demonstram como a natureza motivou meios de integração e adaptação a ela.

No terceiro capítulo, buscamos compreender e analisar de que maneira a partir de práticas cotidianas, a agricultura de autoconsumo e a criação de animais, o uso dos recursos

naturais, com a caça, a pesca e a domesticação de abelhas, o desenvolvimento de práticas comerciais, a construção de infraestruturas, com moradias e estradas moldaram a natureza e causaram alterações na paisagem.

1 UMA PAISAGEM DE FRONTEIRA: INDÍGENAS, CABOCLOS, IMIGRANTES

Compreender a constituição da Fronteira Sul do Brasil exige que se observe a fluidez e mobilidade desse processo. Se por um lado as expedições do período colonial entram em contato com a fronteira a partir dos séculos XVI e XVII, sendo mais contundente com o avanço bandeirante do século XIX e com o processo colonizador da primeira metade do século XX, pesquisas arqueológicas apontam a presença humana de caçadores e coletores agindo sobre a paisagem das margens do Rio Uruguai num período que remonta a pré-história.

A partir de pesquisas arqueológicas autodidatas seguidas por trabalhos vinculados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), de acordo com a historiadora Mirian Carbonera (2009, p. 84), “esses estudos evidenciaram vestígios de cultura material de grupos pré-cerâmicos, das tradições Umbu e Humaitá, e cerâmicas das tradições Tupiguarani e Taquara”. Tais pesquisas, portanto, a partir dos vestígios materiais, atestam a presença de sociedades pré-históricas onde se configurou o Oeste Catarinense.

Do século XVII em diante, as incursões colonizadoras na região promoveram o contato dos habitantes tradicionais com grupos de origem europeia que transgridem as fronteiras culturais, constituindo a região como um espaço de diversidade étnica, representada pela confluência de diferentes grupos que se integram à paisagem. Evidentes na dinâmica da fronteira pensada pela lógica de Sérgio Buarque de Holanda, emerge na paisagem o exercício de um contingente humano heterogêneo, com suas perspectivas de vida em contraste.

Neste capítulo, pretende-se direcionar e constituir um panorama da paisagem do Oeste de Santa Catarina, em princípio, a partir da presença indígena, com destaque para a etnia Kaingang, em seguida, da composição e participação do sujeito caboclo e, por último, da ocupação empreendida pelos (i)migrantes europeus. Objetiva-se, assim, com base na leitura e diálogos com trabalhos científicos, mapas, relatos oficiais e de imigrantes, observar traços característicos dos grupos que se encontram na configuração da paisagem deste *habitat* de fronteira e buscar compreender as conexões entre eles e com a natureza.

Desse modo, para este capítulo, desenvolvemos uma abordagem sobre a paisagem que se norteia na constatação de Fritz Plaumann de que a região, na década de 1920, já era habitada por outros grupos étnicos. Portanto, buscá-los constitui um retrospecto a fim de desconstruir a ideia dominante de que os colonizadores de origem europeia foram os pioneiros a se estabelecer e desenvolver atividades na região. Parte, ainda, da ideia de que a paisagem é uma herança do passado, construída pela sobreposição de tempos e memórias. Entender a presença dos povos

tradicionais na região significa compreender a paisagem pretérita formada pela ação de diferentes grupos humanos num período anterior a colonização de origem europeia ocorrida na primeira metade do século XX e, sobretudo, a interação deles com o meio natural.

Ao adquirir um lote em Sede Irani, núcleo colonial às margens do rio Irani, distante 13 km de Nova Teutônia, área em que a Luce & Rosa adquiriu as terras e passou a comercialização, Fritz Plaumann relata que no lote comprado havia “intrusos” (como foram denominados de forma inquisitiva os povos caboclos habitantes da região) e uma moradia com plantações próximas. Essas pessoas foram definidas por ele como brasileiros, portanto, o “caboclo” é um habitante presente e ativo na paisagem, cujas relações com a natureza remontam a contextos históricos que são destacados para buscar compreender de que forma eles passam a se estabelecer em meio a esse espaço geográfico, área de maior abrangência da Floresta Estacional Decidual.

Consequente, Fritz Plaumann em seu diário, descreve boas relações com os indígenas, povos presentes na paisagem, aldeados as margens do rio Irani, formando de um lado do rio o Toldo Chimbangue e do outro lado o Toldo Pinhal (Figura 1), da mesma forma, busca compreender as relações desses grupos com a natureza local. Na relação com esses povos, Fritz Plaumann encontrou auxílio no enfrentamento à natureza selvagem, o que retratou em fotografias, enfim, nos deixou entender que a paisagem encontrada já era formada por povos tradicionais e suas marcas estavam presentes com características próprias (Spessatto, 2001).

1.1 A PRESENÇA INDIGENA: RETRATOS DA VIDA KAINGANG

Há algo perceptível a respeito dos povos que ocuparam os mais vastos lugares do globo. A história germinou e floresceu de modo diferente para cada um deles, apresentando ordens particulares na projeção de suas sociedades. Jared Diamond (2009) argumenta que tais disparidades são resultados de processos regionais próprios e se observadas de forma panorâmica, deixam perceber diferenças ambientais e geográficas devido a fatores como a disponibilidade de recursos naturais, climas favoráveis à agricultura, a presença de animais e plantas domesticáveis, espacialidades geográficas, dentre outros elementos que possibilitaram vantagens de certas sociedades perante outras sociedades gerando dinâmicas próprias de poder, complexidades sociais e tecnológicas (Diamond, 2009).

A existência perspicaz de cada povo assegurou seu sucesso e o contato comum entre esses povos difundiram conhecimentos usados na aquisição de meios para orquestrar novas dinâmicas no curso da vida. Do mesmo modo, as experiências conquistadas ao longo de

gerações no contato com a natureza promoveram uma profunda interação com o meio, o que foi fundamental para a longevidade de estilos de vida incorporados à lógica dos ecossistemas aos quais edificaram seu *habitat* (Diamond, 2009).

A história do *Homo Sapiens* é marcada pelo contato de grupos contrastantes, de povos que permaneceram coletores, caçadores e agricultores ou de povos que conceberam um mundo com máquinas e armas. Marcados por temporalidades dissonantes, as ruínas causadas para uns serviram de edificação para outros. Na fluidez e no percurso desses contatos, emergiram fronteiras que caracterizam trajetórias de múltiplos povos no rumo da história (Diamond, 2009).

No palmilhar humano desde eras pré-históricas, uma leva significativa de vestígios possibilitam ao tempo presente, com seu aparato tecnológico e científico, rastrear povos e culturas para responder indagações sobre a gênese humana em determinados territórios. No Oeste de Santa Catarina, as ações humanas empreendidas no fluxo do Rio Uruguai formaram a demanda de estudos arqueológicos com resultados que evidenciaram a presença humana agindo nesse território desde longa data.

Segundo Radin e Corazza (2018), pesquisas arqueológicas recentes apontam que o processo de povoamento indígena ocorreu em três fases distintas: a primeira remonta a 12 mil anos, quando se estabelecem povos caçadores e coletores nômades na região; a segunda, por volta de 2.500 anos, se dá por povos de origem Jê, provenientes das regiões centrais do Brasil; a terceira fase, ocorrida a cerca de 2 mil anos, por povos tupi-guaranis naturais da Bacia Amazônica. Esse longo processo demonstra a presença de dois grupos linguísticos, os Jê, do qual fazem parte os indígenas Kaingang e Xokleng, e os Tupi, no qual estão presentes os Guaranis (Radin; Corazza, 2018).

Sobre os estudos arqueológicos, a historiadora Mirian Carbonera (2009) chama atenção sobre as coleções formadas por materiais arqueológicos encontrados na região, muitos deles achados durante o processo de colonização europeia por interesses particulares, antes de haver pesquisas institucionalizadas. Na década de 1960 em diante, um novo cenário surgiu com a institucionalização das pesquisas, pois muitos pesquisadores com interesses arqueológicos passaram a explorar a região, assim os sítios foram mapeados e a cultura material categorizada, o que contribuiu para a preservação de objetos que revelam a história dos povos primevos. Nesse período, os achados apresentaram culturas materiais de diferentes fases e tradições, com temporalidades e espacialidades diversas: “Foram estabelecidas as tradições Umbu e Humaitá, para os achados pertencentes aos grupos de caçadores coletores, e as tradições Tupiguarani e Taquara, para a cultura material dos grupos agricultores” (Carbonera, 2009, p. 91).

Ainda conforme Carbonera (2009), na década de 1980, novas formas de fazer arqueologia chegam à região com as Pesquisas de Contrato, dessa forma, empreendimentos que causam impactos ao ambiente foram obrigados por lei a financiar pesquisas arqueológicas de salvamento. Com os projetos hidrelétricos no Rio Uruguai sendo iniciados, as pesquisas arqueológicas passaram a ser desenvolvidas por pesquisadores contratados. No caso da UHE Itá, os trabalhos coordenados pela arqueóloga Marilandi Goulard trouxeram um conjunto de evidências e conclusões, como por exemplo: “Esses sítios revelaram a presença especialmente de grupos portadores da tradição Tupiguarani que ocuparam as várzeas próximas ao rio Uruguai” (Carbonera, 2009, p. 92-93).

No ponto onde o Rio Uruguai recebe o afluente Rio Uvá, no município de Itá/ SC, o rio faz um grande contorno, sendo o ponto conhecido como Volta do Uvá. De acordo com Carbonera (2009, p. 93), “Na Volta do Uvá, os vestígios indicaram que a expansão das fronteiras significava para o Tupiguarani também maior encontro com grupos portadores de outras tradições, como a Taquara e caçadores da tradição Umbu”. Tais apontamentos permitiram identificar a presença interétnica de grupos ao longo das margens do Rio Uruguai que se sucederam no tempo, nas quais as condições ambientais foram fundamentais no processo, por oferecerem recursos para as necessidades básicas desses grupos, como proteção, alimentação e matéria-prima para o artesanato (Carbonera, 2009). Os estudos desenvolvidos em Itá, na Volta do Uvá, apontam a presença humana na região a partir dos vestígios arqueológicos datados de 9.027 AP (Carbonera, 2014).

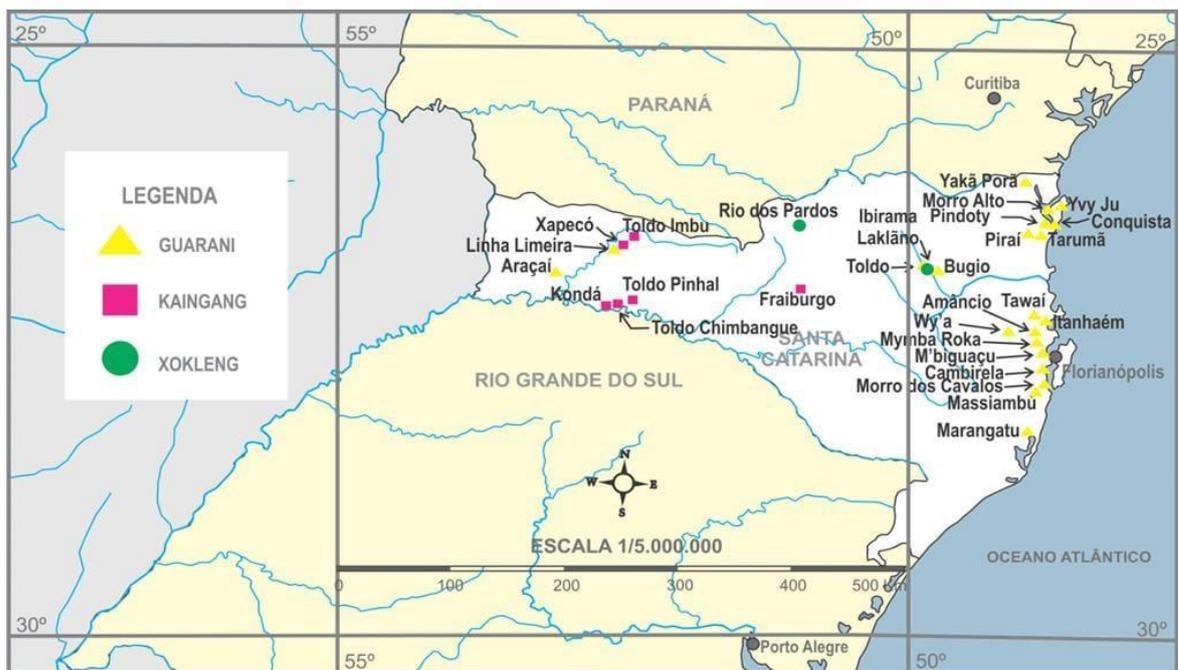
No Rio Irani, outro afluente do Rio Uruguai, suas margens também foram alvo de pesquisas arqueológicas pela construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em período recente, a partir de 2001. Esses projetos tiveram a coordenação de Maria Madalena Velho do Amaral, sendo mapeados em dois momentos de pesquisa uma enorme disposição de sítios, nos quais foram encontrados vestígios principalmente da Tradição Taquara. Esses estudos de tradições pré-coloniais nas áreas de impactos das hidrelétricas são testemunhos de uma história local de tempos remotos que de outra forma não restariam documentos nem memórias. As marcas da presença desses povos na paisagem são registradas por instrumentos de pedras e objetos de cerâmica que permaneceram até o tempo presente (Carbonera, 2009).

Durante o período colonial, a presença indígena em território catarinense é marcada principalmente pelos povos Guarani, Xokleng e Kaingang, povos que descendem dos habitantes das antigas tradições pré-históricas, que podem remontar até 12.000, a exemplo da datação feita no município de Itapiranga, no extremo oeste do estado, pertencente à tradição Umbu, como destaca Bringhenti (2013). De acordo com o pesquisador, antes da imposição de qualquer

limite territorial pela colonização europeia, esses povos definiram seus territórios com base em outras referências e dimensões, evidenciadas pela inter-relação entre eles e com o meio.

O caráter nômade ou seminômade desses povos possibilitou a ocupação de vastas áreas do Brasil Meridional. Índícios levantados por estudos arqueológicos revelam a dinâmica de suas difusões por Santa Catarina, primeiro estiveram presentes na paisagem os Kaingang e os Xokleng, seguidos pelos Guarani. A cultura desses povos também se tornou transitória, resultando em um misto de tradições milenares com a influência da colonização europeia. Atualmente, dados registram a população indígena com maior densidade em Santa Catarina constituída pelos povos Kaingang (Bringhentti, 2013). O mapa a seguir permite visualizar a fixação dos grupos indígenas no estado.

Figura 1: Mapa com as comunidades indígenas de Santa Catarina atualmente



Fonte: Clovis Antonio Brighenti, 2012. Elaborado por Carina Santos de Almeida.

No mapa, os pontos em amarelo representam os povos Guarani, em verde, os Xokleng e em magenta, os Kaingang. Na região Sudoeste do estado de Santa Catarina, próximos ao Rio Uruguai, observamos o Toldo Chimbangue e o Toldo Pinhal. A área desses territórios está localizada próximo às margens leste e oeste do Rio Irani, espaço geográfico onde se concentra nossa pesquisa, por isso, apresentaremos um breve histórico desses povos, tão significativa é sua presença na paisagem.

O Toldo Chimbangué é formado por indígenas de origem Kaingang habitantes do Brasil meridional, decorrentes tradicionalmente de parte das terras situadas entre os rios Iguaçu e Uruguai no Oeste catarinense. Essa região praticamente não estabeleceu contato com a colonização espanhola e a passagem do avanço português foi pouco incidente ou provavelmente não ocorreu antes do século XIX. O avanço da colonização europeia na região ocorreu substancialmente com a ocupação dos campos de Guarapuava e, posteriormente, dos campos de Palmas, durante o período imperial (D'Angelis, 1984).

No início do século XIX, com a presença da Família Real Portuguesa no Brasil e o governo de D. João VI, com o objetivo de ampliar a dinâmica do comércio interno, conhecer e buscar riquezas em territórios desconhecidos e ocupar regiões de fronteira com possessões e para limitar os povos indígenas, os Campos de Guarapuava foram o primeiro destino das expedições colonizadoras. É nesses caminhos que as expedições que partiram de São Paulo, mais ao Sul, adentraram nos campos de Palmas e adiante, no Oeste Catarinense cruzaram o Rio Uruguai e estabeleceram conexão com o Rio Grande do Sul. A ocupação da região dos campos de Palmas era estratégica, por questões de fronteira com a Argentina, mas só foi possível a partir de meados do século XIX por conta do conflito com os povos indígenas (Brandt, 2012).

O retrato a seguir representa a resistência dos indígenas Kaingang ao avanço colonizador na tentativa de proteger suas terras, na região que ficou conhecida como “Campos de Guarapuava”, região central do atual estado do Paraná.

Figura 2: Conquista dos Campos de Guarapuava



Fonte: BOULOS JR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. FTD: São Paulo, 2022, p. 202. Imagem atribuída a Joaquim José de Miranda, século XVIII.

O contato com os Kaingang foi violento, provocou o assassinato de inúmeros grupos da região. Muitas vezes, os paulistas das frentes pastoris se aliaram aos indígenas para concluir seus objetivos colonizadores, como o caso do grupo de Condá, que desenvolveu uma convivência pacífica com os fazendeiros que se instalavam nas terras ocupadas, auxiliando no enfrentamento aos grupos resistentes. O avanço por essas terras permitiu que se incorporasse ao Brasil Imperial uma grande área de território Kaingang entre os Rios Uruguai e Iguçu (D'Angelis, 1984)

De acordo D'Angelis (1984), as fazendas formadas nos Campos de Palmas não se distanciaram mais ao sul, assim “o sertão circundante ao rio Chapecó, Chapecozinho e Irani (cursos médios e inferior), bem como as serras adjacentes não foram palmilhados e, muito menos, ocupados por brasileiros. Permanecia território livre Kaingang, assim como as matas marginais do Uruguai” (D'Angelis, 1984, p. 13-14). Porém, como o autor salienta, com o interesse da Argentina pelo território, principalmente por conta das riquezas naturais, o Brasil intensifica suas ações expansionistas sobre os domínios Kaingang, aumentando a insegurança destes povos.

A estratégia do governo brasileiro em relação aos povos indígenas era a de aldeamento, ou seja, os povos eram retirados de seu *habitat* tradicional e levados para uma região próxima, onde os colonizadores conseguiam ter maior controle sobre eles. Em relação aos Kaingang, é apontada a existência de dois grupos, os hostis aos brasileiros e os já habituados ao convívio. No Oeste Catarinense, os Kaingang foram se aldeando após muitos conflitos, já no Rio Grande do Sul, muitos desejam manter distância da colonização. Esses grupos insubmissos, ameaçados de extermínio, migraram para a região do Rio Uruguai em meados do século XIX, território de influência de Condá. Com receio de serem reconhecidos e responsabilizados de insubmissão, acabaram por ocupar as regiões de mata que permaneciam inexploradas, nas margens do Rio Irani (D'Angelis, 1984).

Ainda conforme D'Angelis (1984), de acordo com a memória Kaingang, uma das primeiras famílias a se estabelecer foi a de Antonio Chimbanguê, que seriam os primeiros a chegar na região, dando origem assim ao Toldo Chimbanguê ou Toldo Irani. Nessa região, com mata rica em “madeira branca”, como canelas, angicos, grápias, cedros, e canjeranas, com pesca abundante, os Kaingang praticavam a caça, a agricultura e a exploração dos recursos, como a erva-mate (D'Angelis, 1984). Dessa forma, a presença desses povos em interação com o meio redefine traços na paisagem, com formas e contornos humanos.

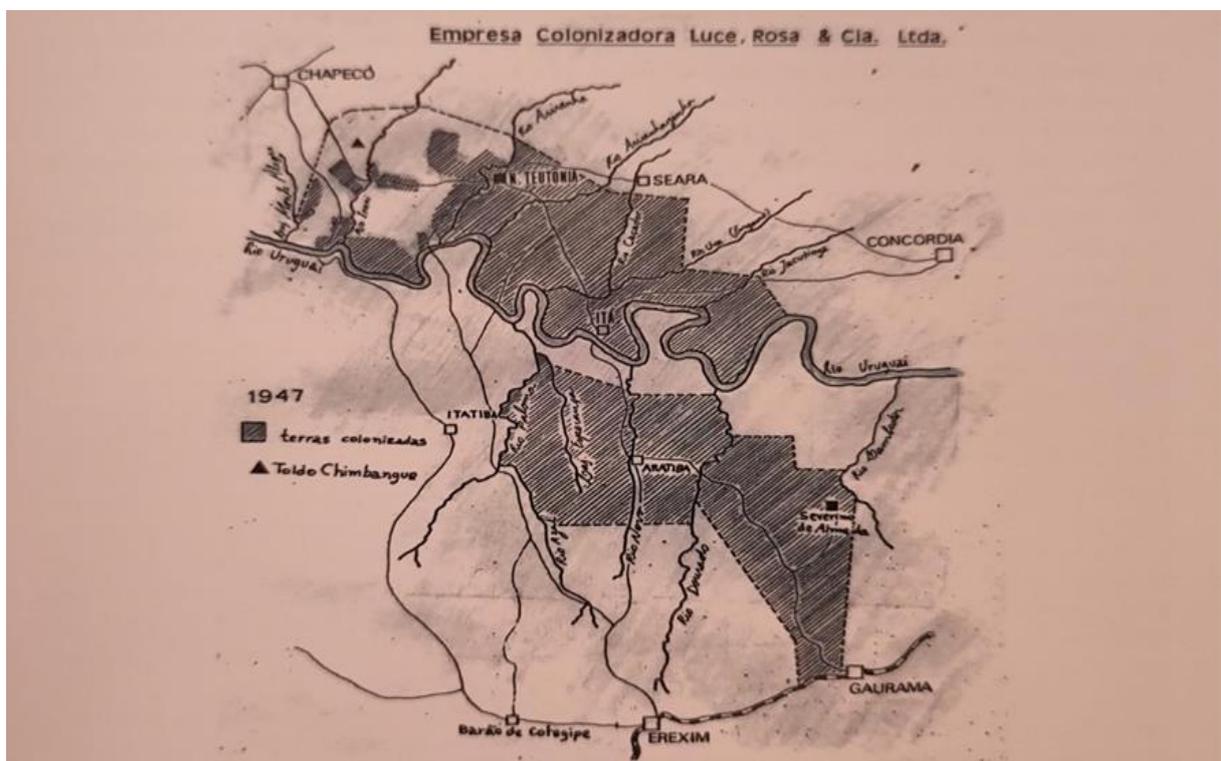
Sobre o modo de vida relacionado à cultura material, Peres (2009, p. 40) explica que: “A matéria-prima utilizada pelos Kaingáng encontrava-se na natureza. Além dos instrumentos de caça e de guerra, como arcos, flechas, lanças, zarabatanas, também produziam cestaria, um conjunto de objetos que fazia parte da composição doméstica”. Os Kaingang, além de caçadores e coletores, praticavam também a horticultura. A natureza era fundamental para a cultura desses povos, ocupando vastas áreas de floresta para garantir seu modo de vida. A população era dividida em pequenas tribos, contando com 50 a 100 membros, cada qual possuía seu cacique, subordinado a uma autoridade superior, um cacique chefe de todas as tribos, que podiam ficar distantes umas das outras por mais de um dia de viagem. Com o avanço do domínio português e em seguida com o processo de colonização de outras nações europeias, muitos Kaingang se aproximaram da colonização. Outros que não se aculturaram foram se afastando das suas terras tradicionais e ocupando áreas não demarcadas no Sul do Brasil (Peres, 2009).

Ao fim do Império, muitos aldeamentos Kaingang são reconhecidos pelo governo, no caso do Toldo Chimbanguê, mesmo com a implantação da colônia militar de Chapecó e mesmo com a República, com os ideais de colonização incrementados, não houve o reconhecimento por parte do governo, embora uma população significativa já vivesse de forma amistosa com os demais habitantes da região. É, portanto, na década de 1940 que esse grupo indígena tem seu

reconhecimento oficial assegurado. Conquanto, as consequências das ações das Companhias Colonizadoras, nessa região levadas a cabo pela Cia Colonizadora Luce & Rosa, causaram impacto ao modo de vida indígena (D'Angelis, 1984).

A ação da Luce & Rosa, que pode ser vista no mapa a seguir, datado do ano de 1947, demonstra a intensa presença da colonização da primeira metade do século XX junto ao território indígena.

Figura 3: Imagem da área de ação da Cia Colonizadora Luce e & Rosa em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul



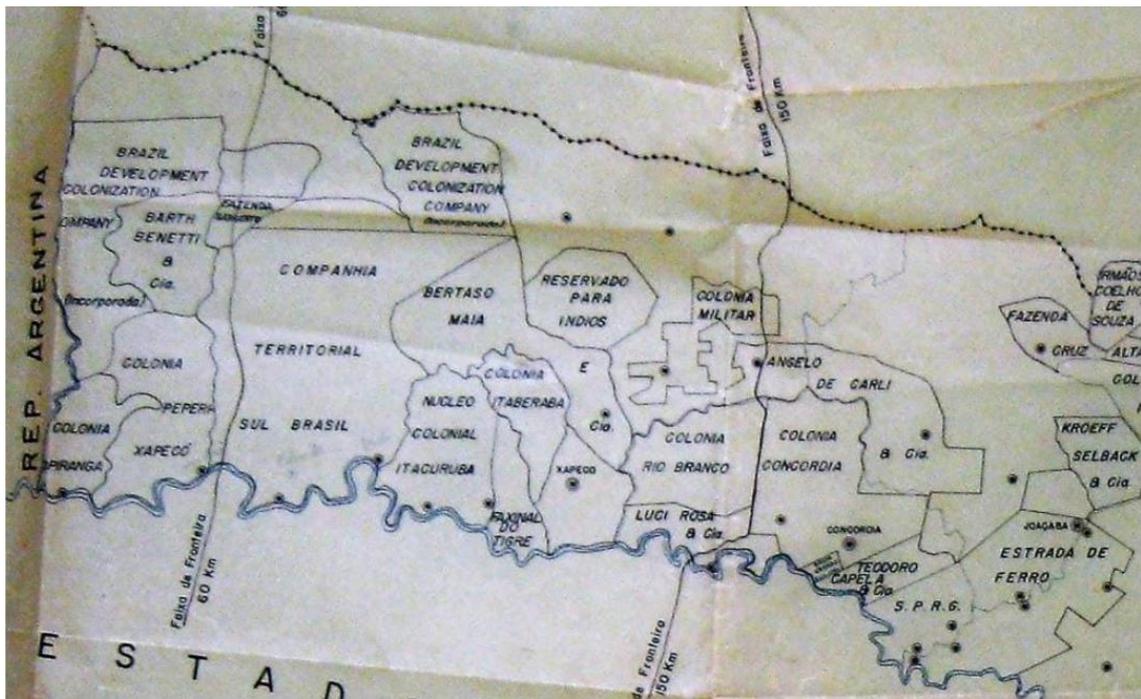
Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

No que tange ao contato das populações indígenas com as Companhias Colonizadoras na primeira metade do século XX, o modelo de colonização causou forte impacto ao modo de vida Kaingang. Como será observado no caso do Toldo Pinhal, tal impacto está relacionado diretamente à propriedade das terras, exigindo um longo processo de luta da comunidade indígena por reconhecimento de seus espaços no âmbito do Estado de direito constitucionalizado no país.

O esboço (Figura 3) apresenta a área de atuação da Colonizadora Luce & Rosa, empresa que adquiriu a concessão das terras para desencadear o processo colonizador. É possível observar, na margem oeste do Rio Irani, a localização do Toldo Chimbangue. Na margem leste

do Rio Ariranha encontra-se a comunidade de Nova Teutônia, originada do processo de colonização. O Toldo Pinhal está localizado na margem oeste do Rio Ariranha, muito próximo a Nova Teutônia, pertencente atualmente ao município de Seara/SC. No mapa a seguir é possível observar a disposição territorial das Companhias Colonizadoras no Oeste de Santa Catarina de forma mais ampla.

Figura 4: Núcleos de colonização do Oeste de Santa Catarina, década de 1940



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Santa Catarina, apud Bauermann e Brandt, 2019.

A questão territorial do Toldo Pinhal, tanto quanto do Toldo Chimbanguê, envolve diretamente a Colonizadora Luce & Rosa e Cia, localizada na área central do mapa (Figura 4), próximo à Colônia Rio Branco. A relação da colonizadora com as terras indígenas é explicada no texto a seguir:

No caso dos indígenas, até mesmo as terras a eles reservadas, por Decretos reconhecidos dos governos estaduais, como as terras do Xapecó, seriam invadidas e sofreriam a ação do esbulho oficial. Nesse processo, desde meados da década de 40, a empresa Luce, Rosa & Cia. acelera as vendas de terras a Oeste do Irani. Por essa época, essas eram praticamente as últimas terras da empresa ainda não alienadas a colonos. Abaixo da Barra do Lambedor, muitas colônias já estavam vendidas e ocupadas, e acima, entre o Lambedor e o Irani, nas terras dos Kaingang, a ocupação começara pela venda de alguns lotes da parte Sul (D'Angelis, 2006, p. 324).

Tal conjuntura ocorre principalmente com o objetivo de acelerar a produção de alimentos, com trigo, milho e suínos e acentuar a exploração madeireira, o que aumenta o fluxo da colonização por alemães e italianos oriundos em sua grande maioria do Rio Grande do Sul. No constante, sem encontrar meios “legais” para a retirada dos indígenas da região, a Luce & Rosa aliena as terras, entregando a terceiros a empreitada colonizadora. Na escritura de compra e venda, a companhia impõe o compromisso de que cabe aos compradores o interesse de retirada dos “intrusos” das terras (D’Angelis, 2006). O que se vê, então, é a exclusão dos povos indígenas de seus territórios tradicionais:

O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipulados pelos empresários, ou pela aquisição de benfeitorias pelos empresários (D’Angelis, 2006, p. 324).

Na relação com a terra e a necessidade de luta por direitos, os indígenas do Toldo Pinhal, no decorrer do século XX, enfrentam um processo de redefinição da propriedade das terras recorrendo à reafirmação de sua territorialidade. De acordo com Giaretta e Lino (2018), a territorialidade, para os Kaingang, vai além do espaço geográfico fixo e determinado, mas é um local de identidade e de memória individual e coletiva, de comunhão com os elementos naturais e sociais que asseguram a permanência das tradições e da cultura. O território é o espaço de afirmação do sagrado, permeado por símbolos e significações, um elo com a terra no qual as memórias dos antepassados revigoram o sentimento de pertencimento e realização enquanto sociedade. Nesse sentido, os autores afirmam que a territorialidade é um espaço físico e simbólico definido pela relação individual e coletiva com a terra.

Antes de terem os laços com a terra restringidos pela colonização, os povos Kaingang constituíam suas territorialidades como lugares de memória, a partir de práticas que confirmavam as experiências vividas em diferentes temporalidades, reafirmadas no tempo presente. Assim, suas marcas na paisagem se fazem presentes pela memória dos seus antepassados, confirmados no caso do Toldo Pinhal pelo cemitério indígena e por seus rituais de passagem. A relação com a natureza, árvores e animais também se constituem como elementos de conexões e pertencimento ao lugar. Outro elemento destacado é o ritual de enterrar o cordão umbilical, demonstrando um pertencimento à terra, o que estimulou a luta de resistência contra o avanço da colonização (Giaretta e Lino, 2018).

Há uma outra questão fundamental na relação dos Kaingang com a territorialidade, configurada pelo caráter da mobilidade. A terra é um *habitat* sem fronteiras, definida por razões

culturais, por necessidades ambientais ou por suas cosmologias. Esse elemento, julgado pelo fato de não se fixar em um lugar, foi usado como meio de deslegitimar a luta dos Kaingang do Toldo Pinhal pela demarcação das terras usurpadas e comercializadas pela ação da colonização. Recentemente, essa comunidade indígena se encontra em um processo oficial com o Estado para a definição de seus domínios territoriais. Assim, a formação do Toldo Pinhal é constituída por um processo histórico de reafirmação de sua territorialidade, em que a memória e a identidade desempenharam um papel fundamental na legitimação do território (Giaretta, 2017).

Como podemos perceber, os traços humanos na paisagem da fronteira Oeste do então estado de Santa Catarina, observados principalmente nas margens do rio Uruguai e de seus afluentes, como o rio Irani, são marcados por um processo histórico que remonta a milhares de anos antes da chegada da colonização europeia. A presença humana registrada por vestígios analisados pelas pesquisas arqueológicas demonstra marcas na paisagem de tradição ceramista e agrícola que interagem entre si e com o meio natural. Revela assim, uma profundidade de raízes históricas na configuração humana e ambiental do Oeste catarinense.

Tais tradições nos permitem compreender a presença de uma diversidade de povos indígenas na configuração da paisagem, persistentes nos tempos atuais. Através da presença indígena, especialmente dos Kaingang, a partir da influência das dinâmicas coloniais, é possível perceber como diferentes fatores naturais e humanos se relacionaram ao longo do tempo para criar uma paisagem peculiar, marcada por uma rica diversidade étnico-cultural e por complexas relações de força na contenda pela terra e pela existência.

Nas malhas dessa tapeçaria, remontam-se as ações humanas que constituíram a paisagem da fronteira Sul. Encontramos um painel de memórias, identidades e territorialidades, na qual a paisagem compõem um elemento ativo na história dos habitantes desse espaço geográfico. Portanto, a paisagem reflete as transformações sociais e ambientais, as lutas pela posse ou propriedade da terra e a interação constante entre o homem e a natureza.

Neste ínterim, o conjunto de pontos que trançam as malhas da história entre indígenas e todas as nuances da colonização de origem europeia no Brasil, sem esquecer a escravidão africana, faz emergir novos elementos humanos na Fronteira Sul, cheios de particularidades, os “caboclos”. No próximo subtítulo, buscamos analisar a presença desses sujeitos históricos na paisagem do Oeste catarinense e o conjunto de narrativas que os observam.

1.2 UMA “PAISAGEM CABOCLA”

A presença cabocla na história do Brasil é notada em diferentes regiões, de Norte a Sul do país, mas há uma certa complexidade nas abordagens que refletem sobre a sua constituição. Os estudos relacionados à sua existência os definem por múltiplas perspectivas. O caboclo, de acordo com Darcy Ribeiro (1995) é um dos muitos tipos étnicos que compõem a diversidade do povo brasileiro, representando o resultado do encontro entre colonizadores portugueses e populações indígenas. Fruto de forças diversificadoras, é figura importante para se pensar a identidade do povo brasileiro, que se faz representar principalmente por questões ecológicas, econômicas e culturais: onde condições do meio ambiente fez surgir paisagens humanas distintas adaptadas as características regionais; em que a economia definiu formas de produção e especializações com técnicas adaptativas na relação com a natureza para satisfazer gêneros de vida diferenciados; e a imigração, que introduziu novos contingentes populacionais gerando contraste culturais nas áreas de maior concentração.

Ao desenvolver uma análise sobre a denominação de “caboclo”, Buba (2021) destaca como a definição do termo e as pessoas a quem delibera apresentam variantes de sentidos, desde a etimologia da palavra até a heterogeneidade desse povo, representando a fusão de povos e culturas na formação do país, de origem principalmente na Amazônia, mas presente em outras áreas com forte presença indígena. Como salienta o autor, o “caboclo” pode ser entendido, dentre tantas concepções, como um grupo étnico, uma categoria de classificação social, uma “mistura racial”, ou no caso Sul brasileiro, ser definido para identificar os habitantes da região envolvidos na Guerra do Contestado (1912-1916).

Analisando a princípio pela dinâmica do “Contestado”, é pertinente salientar que, no início do século XX, o caboclo já era uma habitante tradicional da Fronteira Sul do Brasil, quando, num contexto amplo de questões, ocorria a Guerra do Contestado. A guerra tem a terra como gênese do conflito. Envolve alguns pontos importantes para sua compreensão e, dentre eles, estão a disputa política pela jurisdição da área contestada pelos estados do Paraná e Santa Catarina e a expropriação pela ação das Companhias Colonizadoras, que acometida a população que vivia sob o regime da posse. Tais fatores são de grande relevância, pois também permitem compreender a difusão dos caboclos para diferentes pontos da Fronteira Sul em dois contextos políticos, o Império e a República.

No que diz respeito às disputas políticas pela jurisdição das terras, a região do contestado, de acordo com Petrolí (2023), está associada a temática das fronteiras internas do Brasil, em específico, aos debates que discutem a unidade territorial do país, muitas vezes assegurada pela ação de diferentes grupos humanos sobre os territórios habitados por povos tradicionais. Durante o Império, os limites territoriais eram construídos pela imposição

colonizadora, mas sem critérios específicos, por isso muitas vezes as fronteiras eram imprecisas ou inexistentes. Os interesses, a princípio, estavam relacionados com a confirmação da unidade territorial desejada pela política do Império, mas a partir dos interesses particulares, com as terras adquiridas pelo *uti possidetis*, os domínios passaram para as elites, de acordo com pretensões de vantagens nos negócios, objetivando para estes fins, obter o controle definitivo das áreas em litígio. Com o conflito de interesses entre catarinenses e paranaenses, de acordo com as narrativas do século XIX, o território em litígio é definido como “território contestado”.

Assim, as disputas entre Santa Catarina e Paraná tiveram origem ainda no século XIX, em diferentes pontos da fronteira e uma delas se dava em uma grande proporção de terras à oeste do Rio do Peixe, entre os rios Iguaçu e Uruguai, definida como “Campos de Palmas” (Machado, 2021). Essas questões foram definidas com o tratado de acordos em 1916, após o fim da Guerra do Contestado.

De acordo com Poli (2006), o conhecimento da área ocorreu pelo avanço das frentes agropastoris. A implantação de fazendas de criação de gado foi estabelecendo novos caminhos para o tropeirismo, o que promoveu a conexão entre a região das Missões, no Rio Grande do Sul, com o Centro-Oeste brasileiro. O novo caminho percorre uma extensa área de terra, encontrando os rios Chapecó, Chapecózinho e a região do Goiô-Em, no Rio Uruguai. Nessas paragens, havia uma região rica em ervais e madeiras nobres. O povoamento da região por brasileiros surge com a formação de pousos e a exploração da erva-mate nas margens do caminho das tropas. Como aponta Poli (2006):

O contingente populacional existente à época era formado quase exclusivamente de caboclos (cuja a atividade principal era a coleta da erva-mate e o plantio de pequenas roças para a produção de alimentos necessários à sobrevivência) e de índios, normalmente deslocados de seus grupos e já pouco arredios a presença de brancos (Poli, 2006, p. 156).

Junto aos povoados, conforme apontado por Poli (2006), os caboclos plantavam muito milho, principalmente para tratar as criações. Era comum a criação de animais como mulas, cavalos e burros, gado de leite e porcos, para o consumo próprio, pois o comércio era incipiente na época, havendo pouca infraestrutura, como estradas. Na roça, cultivavam-se alimentos como mandioca, feijão, arroz, batata, entre outros gêneros alimentícios. As comunidades dos posseiros caboclos definiam suas próprias lógicas na definição das dimensões de suas posses, com divisões formadas por picadas, na qual todos respeitavam seus limites.

As atividades na região possibilitaram a expansão e aproximação da Fronteira Sul com outras regiões do Brasil, além de preservar o domínio do território pelo império. A implantação das Colônias Militares de Chapecó e Chopim colaboram com tal propósito, porém, pouco investiu no desenvolvimento social e econômico. No percurso do século XIX, com a queda dos rendimentos da erva, a dificuldade de demarcação das terras e do comércio, ou sofrendo assédio para vender suas terras, os caboclos foram impelidos a estabelecerem novas relações de trabalho e passaram a empregar-se ou como posseiros praticando a agricultura de subsistência, ou como peões em outras propriedades. O caboclo dificilmente conseguia manter a propriedade da terra e quanto mais a ordem privada ia se estabelecendo, mais ele ia se dispersando para outras áreas, principalmente de florestas (Poli, 2006).

A formação das primeiras comunidades caboclas ocorria numa lógica oposta à dinâmica do acúmulo privado de capital, pois nesses espaços encontrava-se como ordem a solidariedade, a igualdade e o espírito comunitário em meio a natureza. A mata era o lugar espacial onde se dava a formação da cultura cabocla, um local de proteção do simbólico que lhe constituía abrigo e proteção. A mata é a casa espiritual do caboclo, a morada onde se formam as primeiras comunidades. A mata é, acima de tudo, a vida do caboclo, pois é onde se dão todas as relações existenciais, tudo que é essencial à vida do caboclo está na natureza, de forma material e espiritual, portanto a natureza lhes é sagrada. Tanto as comunidades caboclas como as indígenas “eram organizadas de modo a relacionar-se bem com a natureza, utilizando-a para a própria sobrevivência sem interesse comercial, mesmo porque nem dinheiro existia, ou seja, construindo impressões de felicidade pela simplicidade de vida que tinham” (Eidt; Tedesco, 2012, p. 2).

Ao se referir sobre a população de origem cabocla habitante da região do contestado, Machado (2021, p. 423) os considera como uma afirmação cultural que constitui um certo *habitus* de uma sociedade historicamente existente no planalto meridional, habitantes pobres do meio rural, praticantes da agricultura sem perspectiva de acumulação de bens. As populações tradicionais, tanto os indígenas como os caboclos, eram considerados desqualificados para o desenvolvimento da região, por não serem reconhecidos como “sujeitos de progresso”. A marginalização dos povos tradicionais ocorre principalmente na exclusão do direito à propriedade da terra no que tange o ideal de impor o progresso para a região contestada, o que seria levado a cabo pelas Companhias Colonizadoras.

Com esse panorama, tem início a Guerra do Contestado. A população envolvida nos conflitos, desde o princípio foram definidas não só como “caboclos”, impróprios para o ideal político de modernização, mas tratados com o caráter de “ignorantes”, “incivilizados”,

“fanáticos”, “posseiros”, “intrusos” e “jagunços”. Essa abordagem pejorativa começa a ser construída pelo discurso dominante da época, concebida por militares, imprensa e elite local para identificar os povos tradicionais. O discurso que aparece em diferentes relatos durante as batalhas visando justificar a espoliação da terra também se propagou no pós-guerra para dar lugar ao processo de colonização europeia (Valentini; Radin, 2012).

O fato primordial para se pensar o estopim da guerra é a exploração das riquezas naturais concedida à Companhia *Southern Brazil Railway* pelo governo brasileiro como recurso para pagar a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. A empresa de origem americana criou a subsidiária *Brazil Lumber and Colonization Company* para extrair a madeira da mata. Lançando mão da violência, a Lumber expulsava a população cabocla das terras. A ação da Lumber e o rasto das batalhas, com todas as suas nuances de barbárie, sangue e morte, conseqüentemente resultaram na dispersão desses povos pela região (Valentini; Radin, 2012).

Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 11) analisa a Guerra do Contestado como “o comportamento social de uma comunidade humana que, enfrentando uma crise global, recolocou, dentro dos limites que lhe eram dados, os problemas fundamentais de sua existência enquanto grupo”. Nesse sentido, o estilo de vida caboclo e suas condutas conceberam um universo mítico cujos valores religiosos são desenvolvidos nas relações sociais e culturais, percebidos em fases distintas: a primeira dessas relações ocorre numa “ordem pretérita”, na qual os papéis sociais, de bens e serviços baseados na tradição, principalmente com a compreensão de um “cristianismo rústico” são amparados na relação de compadrio entre fazendeiros e agregados. A relação material de domínio entre patrão e empregado vivenciada pelo trabalho ganha um elemento não material e pode ser vista, por exemplo, quando o fazendeiro, pelo sacramento do batismo, torna-se padrinho do filho do agregado, tornando-se seu compadre por um vínculo sacramentado (Monteiro, 1974).

Seguindo a lógica, há uma segunda fase que rompe com essa ordem tradicional: a crise perpetuada pela imposição capitalista implantada com as empresas que iniciam a exploração dos recursos da terra, criando outras relações sociais de trabalho ao propagar o regime assalariado, o que promove o “desencantamento” de um modo de vida mantido por relações secularizadas. Acende assim, uma nova ordem, de “reencantamento”, da busca humana daquilo que lhe é de direito, de reconstrução das bases materiais para continuar sua existência. Libertados da tradição, os “rebeldes” encontram na luta um meio de se apropriar daquilo que lhes fora subtraído. Essas relações, de cunho sociológico e histórico, ajudam a compreender o mandonismo na região das terras contestadas e permitem também observar o conjunto de

significados construídos pelos habitantes que se rebelam contra as forças do poder político e econômico que se manifestam para alterar as conjunturas tradicionais (Monteiro, 1974).

O modelo de povoamento do planalto catarinense, por formar extensas áreas para criação de gado e exploração de ervais, moldou um estilo de vida campeiro, na lida com o gado, que envolvia “tanger bois, curar animais, campear, marcar o gado, domar cavalos” (Monteiro, 1974, p. 40). Assim, as virtudes valorizadas estavam na coragem, diferentes das desenvolvidas com o trabalho agrícola ou o comércio. O isolamento do sertanejo também justifica um estilo de vida de costumes e hábitos rudes. Nesse mundo rústico, pouca distinção se fazia quanto ao uso de bens, mesmo proprietários abastados viviam em condições rústicas próprias da vida campeira, com instrumentos e técnicas simples. O luxo estava na fartura que a terra lhes proporciona (Monteiro, 1974).

Perante as necessidades da vida, a violência no sertão era costumeira, envolvia questões de honra, questões políticas ou de terras. Com o estabelecimento das empresas colonizadoras a violência toma outra dinâmica. O habitante do sertão, expulso de suas posses, é transformado em “intruso”, o que criou uma grande massa de marginalizados. Esse fato, junto com o elemento místico que envolvia a vida do “caboclo”, constituído por laços culturais de raiz indígena, portuguesa e posteriormente africana, faz a terra ser vista como um local sagrado. Quando surge o confronto, a terra não é mais tratada como mero meio de subsistência, mas sim como o local onde os irmãos estão mortos e enterrados. A guerra, de acordo com Monteiro (1974), adquire elementos religiosos na luta pela terra.

Antes mesmo do conflito, o controle das terras devolutas era instrumento de domínio político. No período Republicano, o controle é transferido da esfera central para o governo estadual. Na lógica do poder local, havia um controle nas relações de trabalho concentrada no modelo de povoamento da região contestada, concebido pelo avanço da pecuária extensiva. Com a expansão demográfica era comum acontecer “um êxodo de vaqueiros para terras florestais que não interessavam aos fazendeiros e pertenciam ao Estado” (Monteiro, 1974, p. 46). O excedente populacional, em busca de um “sertão novo”, constituía novas posses e ampliaram a difusão para a região de florestas à Oeste, longe do controle dos grandes fazendeiros (Monteiro, 1974).

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa, ao desenvolver um estudo sobre o sudoeste do Paraná, reflete sobre a formação histórica dessa região de fronteira nas primeiras décadas do século XX. Corrêa (1970), ao se referir sobre a população observa que a partir de 1900, houve a penetração nas florestas de pioneiros luso-brasileiros, que eram genericamente definidos pelos colonos europeus como caboclos. Observa que na fronteira adentraram pessoas oriundas de

áreas onde se desenvolvia o processo de colonização, como o caso das populações expulsas da região que percorria a estrada de ferro, no centro-oeste catarinense, onde desencadeou a Guerra do Contestado. Também formaram o território pessoas oriundas dos campos de Guarapuava e Palmas, que eram agregados de fazendas, mas por questões econômicas e sociais foram forçados a se embrenhar pelos sertões em busca de terras para garantir o sustento das famílias. Outros eram foragidos da justiça ou eram estrangeiros (argentinos e paraguaios) em busca da erva-mate. Esse contingente, na grande maioria luso-brasileiros foram definidos, portanto, como caboclos.

Essa população pobre, de acordo com Corrêa, encontrava na fronteira refúgio para viver principalmente da extração da erva-mate e da criação de porcos. Tais atividades definiam o modo de vida cotidiano. Nos meses de maio a outubro, ocorria a colheita da erva. A comercialização ocorria pela dinâmica da troca, geralmente intermediada primeiro pelo pequeno bodegueiro, passando por outros maiores que praticavam o câmbio com empresas argentinas ou de União da Vitória, negociando produtos como sal, açúcar, querosene, entre outros. Quando cessava a produção do mate, voltavam-se para a criação de porcos produzidos à solta em meio a mata. Os animais alimentavam-se da vegetação, principalmente do pinhão. A criação e o abate desenvolveram o comércio de banha na região. Os porcos também eram criados no sistema de “safra”, que consistia na abertura de roças no meio da mata, com plantação de milho a partir de agosto. As plantações podiam chegar a 100 hectares. No ano seguinte, os porcos eram soltos na plantação e parcialmente engordados, depois seguiam para outros centros, como União da Vitória ou Guarapuava e vendidos para os açougues, onde se concluíam a engorda e realizava o abate. Outras atividades como a caça de animais silvestres, o comércio de peles e a produção de mueres também faziam parte do cotidiano caboclo (Corrêa, 1970)

A presença “cabocla” na fronteira, na visão de Corrêa (1970), teve aspectos significativos. Do ponto de vista econômico, muitos prosperaram individualmente, principalmente com a comercialização da erva-mate e da criação de porcos, mas pela natureza periférica e pelas relações monetárias baseadas na troca, a região não teve prosperidade pelo ponto de vista político e capitalista, na primeira metade do século XX. A devastação da floresta pela prática agrícola é destacada como ponto negativo, porém, socialmente, tais atividades foram fundamentais para a formação dos primeiros núcleos urbanos na região (Correa, 1970).

No constante às demarcações territoriais concebidas pelas Companhias Colonizadoras, o relato de Wenceslau Breves, auxiliar da Comissão técnica para a discriminação de terras que

se mudou para Chapecó em meados da década de 1920 para atuar na demarcação junto à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, apresenta a seguinte concepção:

Quando me referir a caboclos, não quer essa expressão dizer que eu queira designar índios ou somente descendentes de índios, como em outros recantos do Brasil, caboclos são os brasileiros antigos, de origem indefinida, isto é, a maioria da população, dedicada à pequena agricultura ou assalariada (Breves, 1985, p. 9-10).

Observando essa população em Chapecó, Breves os classifica como “brasileiros da velha estirpe” (Breves, 1985, p. 18) com ascendência indígena distante, formado pelo contato com os brancos, apresentando aspectos positivos e negativos na relação com o trabalho. É, portanto, na questão do trabalho e na relação com a natureza que a visão negativa prevalece. Refere-se ao sistema de trabalho como “o mais absurdo e atrasado” (Breves, 1985, p. 21) pelo fato de usarem ferramentas antigas e não conhecerem o uso da enxada. A prática agrícola se resumia no uso de ferramentas como a foice, o machado e em seguida faziam uso do fogo, acusando-os de “grandes devastadores das matas” (Breves, 1985, p. 21).

Apesar da forma inquisitiva, a visão de Breves sobre a relação dos caboclos com o trabalho agrícola apresenta elementos para se pensar a relação desses povos com a natureza. A plantação era realizada após a derrubada da mata, com a foice ou uma cavadeira de madeira eram abertas as covas, a fertilidade dos solos possibilitava à plantação desenvolver-se mais rápido que a vegetação nativa. No ano seguinte, uma nova área era escolhida e o mesmo processo aplicado. A roça ficava distante da moradia e abrigada em um espaço aberto no meio da mata. Do mesmo modo, o paiol onde o milho e o feijão eram depositados após a colheita também ficava no meio da mata, distante da moradia (Breves, 1985).

A perspectiva do “atraso” descrita por Breves (1985, p. 22-23) é vista também na forma como descreve os bens do caboclo: o cavalo e a arma eram o “luxo” deles, a moradia era uma “desolação”, pois não havia plantações ao redor, nem milho, nem fruteiras, somente um ou outro porco solto e alguma galinha. O rancho construído em um lugar “devastado” era de pinho lascado, de cima abaixo, com frestas nas paredes e somente a sala era espaçosa para os bailes e para guardar suas preciosidades, o arreio e a cangalha. Até a alimentação é considerada “primitiva”, composta por feijão, farinha de milho branca, canjica e nenhuma verdura, a carne era rara, mas gostavam de um churrasco, alguns possuíam uma vaca para consumir o leite e seus derivados. É evidente que o olhar de Breves é o olhar do colonizador: “Mas em determinados ranchos havia verdadeira miséria em meio a uma natureza opulenta de terras

riquíssimas” (Breves, 1985, p. 24). A visão de Breves desqualifica o “outro” e exalta uma natureza devastada e as riquezas inexploradas.

Para Arlene Renk (2006), a representação da colonização sobre os “brasileiros” (como se denominavam a população atingida pelo processo colonizador) ocorre na razão dos vencedores sobre os vencidos. O termo “caboclo” é, portanto, uma forma de estigmatizá-los por seu estilo de vida. O caboclo, então, é colocado como “outro”, de *habitus* diferente, por isso de menor importância dentro da hierarquia social que se estabelecia com a colonização europeia. Enquanto o colonizador é memorizado com estátuas e nome de praças, o caboclo é invisibilizado, destituído de patrimônio e memória.

A invisibilidade como projeto de apagar a presença do caboclo na paisagem do Oeste Catarinense não está apenas na desapropriação da terra, na dispersão e marginalização desse povo. Está nas representações que desqualificam a sua imagem e modo de vida. Está na diminuição do valor enquanto sujeito, destituídos do direito à memória, dos vínculos afetivos sociais e culturais, do direito a um trabalho digno. Está também no silenciamento dado pela história oficial (Brandt; Puhl, 2022).

Embora a invisibilidade do caboclo faça parte de discursos que abordam a formação socioespacial de Santa Catarina, no texto de Gross (2022), a presença desse povo é registrada na paisagem pela perspectiva da resistência e do reconhecimento:

Os caboclos da região do Contestado, seja nos processos que resultaram na Guerra, se intensificando no decorrer dela e no pós-guerra, ou nos processos atuais, foram desterritorializados e apesar de terem sido muitas vezes ignorados e silenciados, eles resistem através da sua cultura, de seus territórios, identidade e da união de seu coletivo em prol do bem comum, mais recentemente, da preservação e redescoberta de sua história (Gross, 2022, p. 288).

Por esta via de estudos, que preza pela preservação e redescoberta da história, de acordo com as concepções elaboradas por Brandt, Cassaro, Naibo (2021), o caboclo é historicamente um habitante da região de fronteira do Sul do Brasil. Mestiço ou negro, sua compreensão é estabelecida pela condição social e cultural, pessoas pobres que prestavam serviços para os proprietários de terra, posseiros lavradores que viviam dos recursos naturais ou de práticas de uso comum da terra, como a criação de animais à solta. Segundo os autores, a dimensão social e cultural do caboclo aparece de forma fundamental na constituição da paisagem das regiões em que se estabeleciam, o que explica a formação de características definidas como “paisagem cabocla”.

A constituição do caboclo se dá pela formação étnica da população brasileira, pela confluência de povos durante o processo colonizador, mas principalmente pelas relações culturais que esses povos elaboraram entre ambos e com o meio. Brandt (2015) explica que o caráter cíclico e irregular desse processo, no qual os conhecimentos indígenas foram assimilados pelos europeus, assim como a posterior influência africana ao somar nessa conjectura, definiram aos povos caboclos novas representações e entendimentos a respeito da relação com a natureza.

Um exemplo dessa relação, que colabora com a compreensão da paisagem cabocla é a “roça cabocla”: uma prática agrícola de afeição social e espacial na qual a terra é dividida em duas áreas, uma para a plantação e outra para a criação de animais. A área da plantação era fechada e distante da casa e nela cultivava alimentos como milho, feijão e abóbora, sendo comum a adoção da queima da vegetação. Já as áreas de criação eram abertas, criando-se principalmente porcos à solta, sem o uso de cercas (Brandt, 2015).

Como apontam Brandt e Nodari (2011), a identidade da população cabocla está na conexão com o ambiente em que vive, onde as condições naturais permitem a reprodução de práticas e costumes caracterizados pelo uso da terra e dos recursos naturais, assim como o desenvolvimento de laços de parentesco e vizinhança, definindo sociabilidades e gerando sentimento de pertencimento ao lugar. As práticas sociais formam a base da territorialidade, definida como um conjunto de práticas que se desenvolve nos usos, nos modos de ocupação, controle e identificação com o ambiente físico e biológico. Além disso, as relações sociais, políticas e a memória contribuem para a definição da territorialidade. Nas áreas de floresta, na região oeste de Santa Catarina, a população cabocla podia dispor de amplas áreas de terra proporcionadas pelas extensas matas, o que possibilita a sua sedentarização e a reprodução de práticas costumeiras, como, por exemplo, a agricultura.

Em relação às práticas relacionadas ao estilo de vida agrícola, Witte (2023) as descreve:

A produção agrícola era apenas para a subsistência familiar, em pequenas roças, porque não existia comércio para a produção excedente. Engordavam porcos com sementes e frutos das árvores. Possuíam algumas galinhas, que produziam ovos e ajudavam a manter os pátios livres de insetos, mas que precisavam constantemente proteger das aves de rapinas e outros predadores. Caçavam geralmente com armadilhas, apreciando aves como a perdiz (*Rhynchotus rufescens*) e o inhambu (*Crypturellus parvirostris*). Conheciam fontes limpas de água para o cotidiano e especialmente para os anos de seca que ciclicamente afligiam a região, atribuindo a estes lugares a reverência de sagrados (Witte, 2023 p. 254).

Outro elemento que se destaca na paisagem cabocla é a moradia. A edificação era feita com madeira extraída da própria mata e coberta com pequenas tábuas lascadas e sem assoalho, ou seja, de chão batido (Poli, 2006). Pelo fato de as relações de propriedade das terras se tornarem instáveis e provisórias, a eficiência e agilidade nas construções eram priorizadas. Utilizando ferramentas como facões, machados e cunhas, encontravam recursos disponibilizados pela natureza, nas bases utilizavam preferencialmente troncos de Guamirim, com forquilhas como encaixes para sustentar as vigas. A cobertura era montada em uma base com esteiras de taquara comum, sendo utilizadas também folhas de palmeira como complemento. Para construções mais duráveis, faziam uso de “rachões” com a madeira da Araucária ou de Imbuías. O falquejo era uma técnica importante nesse processo, resultando na elaboração de ripas e tábuas que serviam tanto para o telhado como para as paredes (Witte, 2023).

No interior das moradias, a iluminação se dava com velas produzidas com cera de abelha ou gordura animal, moldadas em taquaras. O fogo era aceso geralmente no chão, com a faísca feita pela pederneira em atrito com um pedaço de ferro, usando tecido de algodão como isca. Havia um quarto principal, com camas em estradas de taquara numa base de madeira, coberta por pelegos. A cozinha era um anexo do quarto ou uma estrutura separada com bancos e mesas de madeira falquejada (Witte, 2023, p. 253-254).

O caboclo, ao ser reconhecido como “homem do contestado”, na perspectiva do sociólogo Octacílio Schüler Sobrinho (2000) tem raízes muito profundas localizadas nas formações humanas que constituíram diferentes tradições e culturas, desde as nações ibéricas, passando por toda movimentação dos povos que se estabeleceram ao longo da história na América meridional. Sua presença na paisagem do Oeste catarinense é vista nos percursos que remontam, além das confluências étnicas e culturais, a relação entre si ou com diferentes grupos humanos, com a terra e principalmente, com a natureza, caracterizadas pela mobilidade e fluidez, observadas tanto por seu modo de vida, quanto pelas relações as quais foram submetidos. Considerados “intrusos” no seu próprio *habitat*, visto como o “outro” em comparação ao imigrante europeu, diminuídos, marginalizados e apagados pela história, hoje, se busca uma reflexão mais aprofundada quanto sua presença, numa tentativa de lhes dar o devido valor na formação histórica deste território.

A expropriação das terras cometida pelas Companhia Colonizadoras, ao expulsar essa população, provocou a fragmentação do seu modo de vida e a marginalização da população. A violência sofrida pelas comunidades tradicionais, principalmente na relação com o poder político e com as Companhias Colonizadoras é um ponto importante para se pensar o processo

colonizador e a presença dos imigrantes de origem europeia na região. A inserção dos colonos no Oeste catarinense estimulada pelo governo gerou diferentes visões, abarcadas por divergências e preconceitos por parte dos novos habitantes nas relações com os povos tradicionais, embora estes foram fundamentais na adaptação dos novos colonos às terras colonizadas. No que se refere à natureza, a colonização de modo geral buscou outras relações, deixando marcas mais profundas na paisagem.

1.3 A “EUROPEIZAÇÃO DA PAISAGEM”: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL

A presença humana na paisagem do Oeste de Santa Catarina define-se por um longo processo histórico que remonta a diferentes tradições ocorridas ainda na pré-história. Posteriormente, a paisagem pretérita da região vai sendo constituída por uma amálgama de povos. Primeiro com os indígenas, movimento iniciado com os Kaingangos, seguidos dos Xoklengs e Guaranis, que foram se integrando à paisagem natural. Do mesmo modo, os caboclos figuram sobremaneira na configuração humana e nas relações com a natureza, definidos por elementos próprios, construindo uma paisagem cabocla. Ao transitar pela região de fronteira, constituída pelo contato de diferentes grupos humanos entre si e com a natureza, a população cabocla estabelecida principalmente nas áreas campestres, com o processo de “povoamento”, vai aos poucos se deslocando para as áreas de florestas, nas bordas dos campos. Com a colonização de origem europeia, alemães, italianos e poloneses passaram a também fazer parte do cenário, impondo-se sobre a paisagem de diferentes maneiras.

Para compreendermos a presença (i)migrante, é necessário traçar um panorama sobre as incursões comandadas sobre a Fronteira Sul, observando o processo que pode ser entendido como a “europeização da paisagem”, ou seja, pelos elementos inseridos ao ambiente pelo trânsito de pessoas de origem europeia manifestando-se sobre a natureza. O panorama aqui apresentado inicia-se com incursões portuguesas e espanholas iniciadas no século XVI, mas dá ênfase à colonização imigrante iniciada no século XIX, cujo ápice se dá na primeira metade do século XX.

De modo geral, pelas vias coordenadas por estrangeiros, de acordo com Corazza (2016), no século XVI, uma incursão externa sobre as terras indígenas na Fronteira Sul ocorre com ordem proferida pelo governo paraguaio, realizada pelo militar alemão Ulrich Schmidel, que chegou ao Rio Peperi-Guaçu. Jesuítas também do Paraguai excursionaram pela região nessa época. Por vias internas, nos séculos XVII e XVIII paulistas, em busca de ouro e de indígenas,

deslocam-se para a região Centro-sul do Paraná. Com a abertura do “caminho de tropas” conectando o Centro-Oeste brasileiro ao Rio Grande do Sul, são estabelecidos os primeiros povoados nas margens dos caminhos (Corazza, 2013).

A partir do século XIX, uma nova dinâmica expansiva aparece no cenário de ocupação colonial da região, incursões internas de ordem oficial adentram no território dos povos tradicionais para assegurar a posse das terras pelo governo, o que se dá no Sul do Brasil como um todo. No período joanino, a ação expansiva com as incursões determinadas pela administração de D. João VI, de acordo com Brandt (2012, p. 63), “buscou, neste período, dinamizar o comércio de tropas para o abastecimento interno, investigar novas regiões e suas possíveis riquezas, povoar territórios fronteiriços com as possessões espanholas e controlar as populações indígenas”. Com essa projeção, há a marca de uma nova política de povoamento, na qual o primeiro destino das expedições que se embrenhou pelo Paraná foram os campos de Guarapuava. Posteriormente, as expedições alcançaram os campos de Palmas, cuja área se estendia até o atual Oeste de Santa Catarina.

Brandt (2012) chama atenção para o contexto, pois tais incursões se baseiam em conhecimentos prévios sobre os aspectos naturais da região, como rios, serras, animais de caça, povos indígenas, ou mesmo a presença de doenças, como a malária. Os relatos que orientavam as expedições demonstravam na fronteira diferentes temporalidades, marcadas por encontros e desencontros de visões de mundo contrastantes. Até o início do século XIX, a presença europeia estava evidente, seja por ruínas de edificações jesuíticas simbolizando a fé católica e as marcas deixadas pelo contato com os bandeirantes, seja com árvores frutíferas, como laranjeiras, bananeiras, limoeiros e cidras. Observa-se também que a intensidade flagrada no trânsito de pessoas e animais provocava a intensificação de traços europeus, seja estabelecendo fazendas de criação de gado, ou com a “biota portátil”, ou seja, com a inserção de animais e plantas de forma intencional nos ambientes que ocupavam, ocorrida de forma direta, por interesses europeus, ou espalhada de forma indireta, por animais, outros grupos humanos ou por condições climáticas, como ventos e chuvas (Brandt, 2012).

Nos atendo ao Brasil do século XIX, mas já no período Imperial, a respeito da política de povoamento, segundo Miazza (2022), alguns discursos sobre o desenvolvimento socioeconômico que envolviam questões internas ressentidas pela compreensão do passado colonial, caracterizado pela escravidão, pelo grande latifúndio, com disputas províncias ainda não resolvidas e com carência de trabalhadores para a grande lavoura, serviram de base para se pensar a política imigratória. Nesse contexto, de problemas econômicos e sociais não

resolvidos, as ações do império são lançadas principalmente pelo entusiasmo de Dom Pedro II. O imperador idealizava transformar o Brasil numa “nação moderna”, para isso:

Ele viu nas populações da Europa, em particular nas alemãs e do norte da Itália, pessoas capazes e cheias de boa vontade, homens sérios e trabalhadores incansáveis, com a capacidade de construir uma nova cidade com modelo europeu. Além disso, estabelecida a paz com as terras do Sul, o governo central brasileiro sentiu uma nova necessidade de ter o controle e explorar a fundo as terras pouco povoadas e ainda em estado de floresta virgem (Miazzo, 2022, p. 25).

O geógrafo Leo Waibel (1958), ao se dedicar sobre a colonização europeia no Brasil meridional, a fim de pensar a relação com a terra e as atividades dos colonos, observa que as condições geográficas do Sul do país são fundamentais para discorrer sobre a imigração, principalmente, nas terras florestais. Ele explica que a escolha dos imigrantes ocorreu por conta de seu vigor e experiência no trabalho com a terra em situações extremas irá, de certa forma, direcionar as ações relativas aos projetos migratórios na ocupação territorial.

No Sul do país, as motivações colonizadoras são observadas a partir de algumas questões socioespaciais: um grande território, com planaltos, rios e florestas, com uma paisagem intocada e vista como um vasto vazio demográfico. No caso do Rio Grande do Sul, agricultores e proprietários de terras ocupavam apenas as regiões costeiras e planas, utilizadas por criadores de gado que se moviam pela fronteira. É nessa paisagem que se projeta a imigração europeia na província (Miazzo, 2022).

No que diz respeito exclusivamente à imigração alemã, os primeiros imigrantes chegaram ao Brasil em 1824, ainda no governo de D. Pedro I, em terras concedidas pelo império brasileiro justamente no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, o objetivo do governo era povoar terras não aproveitadas e desabitadas, desencadeando o processo povoador na província em uma área em que predominava mata e apresentava um relevo inapropriado para as atividades agropecuárias desenvolvidas até então na província. A grande maioria desses imigrantes saíram de áreas antropizadas da Europa, muitos não possuíam conhecimentos agrícolas, pois se determinavam a outras profissões. Ao se depararem com as matas sulinas, de florestas virgens, ricas em árvores de diferentes espécies e densas de cipós e trepadeiras, seus olhares foram de encontro a uma paisagem que despertou fascínio e medo (Bublitz, 2008).

Porém, as necessidades e o processo de adaptação conduziram esses novos habitantes a redefinir o ambiente:

Ano após ano, os descendentes dos pioneiros conquistariam extensões cada vez maiores, ultrapassando, inclusive, os limites da província. Em sua diáspora por novas terras, os homens-fronteira promoveriam não apenas mudanças na paisagem, mas também alterações de ordem econômica e social na província e no Estado. O lócus dessa revolução foi a mata, e o seu objetivo maior, sem dúvida, acabou sendo a eliminação dessa vegetação, considerada sinônimo de caos, de selvageria e de atraso. Sintomaticamente, os colonos derrubaram a floresta para tornar a nova terra semelhante à antiga (Bublitz, 2008, p. 324).

Alguns motivos são importantes para refletir sobre tal processo. Como salienta Bublitz (2008), no Sul do Brasil, as pretensões políticas se encontravam em defender a Fronteira contra a expansão dos países vizinhos. Além disso, com o povoamento, buscava-se renovar a agricultura, produzindo alimentos para satisfazer o mercado interno e urbano que começava a crescer, embora os resultados foram a transformação drástica da paisagem.

Por outro lado, no contexto europeu, a migração da população para outras regiões no mundo é entendida a partir de algumas justificativas, como o enfraquecimento do Império dos Habsburgo e as dificuldades administrativas e econômicas de alguns Estados Modernos. Além disso, essas questões são potencializadas pelo processo de desenvolvimento técnico e científico que deixou milhares de pessoas sem ocupação e sem apoio de um governo. Com a unificação e a formação da Alemanha em 1871, o cenário sofre algumas mudanças. Dada às condições do processo migratório e a situações vivenciadas no Brasil, as visões negativas desestimularam a migração, assim como o governo passou a estimular a permanência do povo em seu país, com os projetos nacionalistas (Miazzo, 2022).

Como salienta Hölke (2016), apesar das dificuldades enfrentadas na adaptação com a nova terra, o fato dos muitos imigrantes que se estabeleceram no contexto do Sul do Brasil ter ocorrido por meios financeiros próprios gerou uma certa autonomia nas suas relações com o meio, levando boas notícias para a Europa, o que não ocorreu com os imigrantes de origem alemã estabelecidos nas regiões cafeeiras do Sudeste. Para estes, as experiências com o sistema de parceria que financiava a imigração os reduziam a relações de trabalho quase escravistas por conta das dívidas de financiamento aos quais eram submetidos.

As condições de imigração relatadas tanto no Brasil quanto situadas nas colocações dos governos territoriais alemães no século XIX, antes da unificação, levou a criação de leis para regulamentar várias condições do processo. No caso da Prússia, apesar das condições evidentes nas narrativas sobre a emigração, animadoras ou degradantes, por questões militares e políticas, qualquer ato de deixar o território passou a ser desencorajado, era indispensável preservar a

população, principalmente para manter a região de fronteira a Leste densamente habitada. Tais leis definiam as relações políticas entre Brasil e os estados alemães no âmbito das migrações. O governo prussiano, em 1853, criou a “Lei da Emigração” válida para todos os estados alemães (Hölke, 2016):

O novo na lei de 1853 foi o dispositivo de dificultar os deferimentos dos pedidos de emigração dos seus súditos. Restringiu também os espaços que os agenciadores ocupavam em jornais e outros meios de comunicação para o aliciamento de emigrantes. [...] Principalmente em relação à emigração ao Brasil, o comportamento do governo prussiano era muito reticente. Quando se concedia autorizações para a emigração, estas se davam exclusivamente para as colônias de Dona Francisca (Santa Catarina) ou São Leopoldo (Rio Grande do Sul) (Hölke, 2016, p. 103).

Após a Guerra Franco-Germânica de 1870-1871, com Guilherme da Prússia se tornando imperador, o chanceler prussiano Otto Von Bismarck, membro do Comitê Permanente para Questões da Emigração, desde 1856, tinha clara sua posição contrária à emigração. Em declaração de 1888, afirmava que quem optava pela decisão de emigrar era um traidor da pátria. Não os considerava, portanto, nem alemães nem compatriotas. A emigração significa a diminuição de mão de obra para os latifúndios, já que os centros industriais atraíam principalmente os jovens, bem como o despovoamento da região Leste da Alemanha, principalmente, no espaço de fronteira. Contudo, apesar da resistência, a partir de 1870, há início de uma considerável onda migratória para o Brasil (Hölke, 2016, p. 111-112).

De acordo com Machado (1998), o período entre 1875 e 1879 significou o incentivo por parte do governo imperial brasileiro para projetos de colonização destinados à pequena propriedade, embora com fragilidades e contradições, gerando revoltas e contestações, demonstrou certo grau de determinação do governo brasileiro. O clima de insatisfação ocorria principalmente quando o governo não correspondia com as necessidades materiais mínimas para as relações de trabalho e subsistência dos colonos. Sendo assim, a emigração se tornava um risco que precisava ser calculado, tanto na viagem para o Brasil, quanto na aquisição dos lotes, nas relações de trabalho e nas garantias de vida, havendo, muitas vezes, corte de subsídios aos imigrantes por parte dos governos provinciais, o que provoca situações conflitantes nas relações colonizadoras (Machado, 1998).

No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e as consequências enfrentadas com o Tratado de Versalhes de 1919, os vetores relativos à colonização adquirem novas proporções. Segundo o historiador Eric Hobsbawn (1994), a Alemanha, como cláusula de “culpa de guerra”, sofreu graves punições, enfrentando uma grande recessão econômica nos

anos subsequentes ao Tratado de Versalhes. A alternativa de muitas famílias nesse período foi a decisão de optar pela migração. No caso alemão, a Primeira Guerra Mundial abriu novamente as portas para aqueles que optaram por deixar o país. No caso brasileiro e catarinense, as questões políticas por demandas territoriais e a Guerra do Contestado (1912-1916) mais a violência infligida sobre a população local, abriram espaço para a ação do Estado dando aval para as Companhias Colonizadoras atuarem no processo migratório e imigratório.

Há algumas questões a se pensar nesse contexto no que se refere à presença europeia na paisagem a partir de um conjunto de ações de interesses públicos e privados, ou seja, na ordem do governo e das Companhias Colonizadoras. Fatos que envolvem a relação com a terra, não apenas no âmbito de seu uso, mas também no que diz respeito a gente, a conquista, a apropriação privada e a comercialização: no âmbito público, são evidentes nos projetos políticos implantados a partir das jurisdições que definem as fronteiras externas e os limites internos, ao se inserirem como parte do discurso de “modernidade” de acordo como os objetivos econômicos e sociais, a fim de tornar a terra produtiva na lógica do capitalismo, incorporando novos grupos humanos considerados aptos às prerrogativas, em detrimento dos povos tradicionais; no âmbito privado, são evidentes no exercício da apropriação da terra e da sua transformação em mercadoria e recurso natural (Radin, 2009).

No rol dos ideais colonizadores que definem o projeto político de nação almejada para o Brasil, as projeções que trazem consigo a concepção de “modernidade” adentram no século XX. São construídas pelos valores de “civilização” e “progresso”, presentes nas discussões científicas iniciadas no século XIX, envolvidas no debate político-social e postas em vias de prática com o decorrer da República, principalmente com os projetos de imigração. Muitos dos modelos e representações que circulavam na época eram discutidos e projetados pela via racial. Pregava-se o branqueamento da sociedade e a eliminação de indígenas, negros e mestiços por serem considerados “inferiores” na constituição de um país que se pretendia moderno, civilizado e progressista, aos moldes europeus, que viam nos povos americanos uma raça degenerada e selvagem, cuja miscigenação com outros povos os relegava a atraso (Schwarcz, 1993).

No que confere ao Oeste de Santa Catarina, pensando no espaço onde se formou o antigo território de Cruzeiro, o local visto como “sertão”, isto é, caracterizado pela ausência de pessoas e de Estado, um “grande vazio demográfico”, de acordo com Radin (2009, p. 36), as questões não foram muito diferentes. As representações construídas de forma hierarquizada eram de menosprezo às populações tradicionais, vistas como “inferiores”, pelo discurso científico e “atrasados” do ponto de vista socioeconômico, quanto às práticas de trabalho, “normalmente

colocadas em contraposição às dos colonizadores, considerados civilizados, ordeiros e progressistas”.

O escopo se justificava nas políticas expansionistas e modernizadoras do início do século XX que pretendiam o avanço e a criação de novas fronteiras agrícolas, o que significava incorporar novas regiões e transformar a natureza em recurso para alimentar o sistema capitalista do país. Por outro lado, também significava articular novas relações de poder sobre a terra e o território (Radin, 2021, p. 310-311).

As prerrogativas criadas pelo poder público catarinense deram aval para a apropriação privada das terras por parte das empresas colonizadoras, a fim de transformar a terra em mercadoria, reconfigurando o espaço de forma remanejada para atender aos interesses colonizadores, tanto por parte da demanda dos colonos, com a definição de lotes rurais para a agricultura familiar, quanto por parte das pretensões do governo, ocupar o “sertão” e criar situações de levar a “modernidade” e o “progresso”, com o entendimento de que tal fardo caberia ao homem branco. As empresas eram formadas por sócios com diferentes atuações, geralmente um atuava na região, outros ficavam nos escritórios sedes. Sócios minoritários ou colaboradores de confiança contratados atuavam na venda dos lotes, na medição, na nomeação dos rios, na alocação dos colonos, na solução de problemas encontrados com a instalação das famílias e nas questões técnicas que envolviam as práticas de subsistência (Radin, 2009).

Na região do alto Uruguai Catarinense, território que pertencia ao antigo município de Cruzeiro, dentre várias empresas colonizadoras, está atuando na região a Luce & Rosa e Cia (Figura 3), com escritório estabelecendo contato inclusive na Alemanha. Nos panfletos utilizados como propaganda pela Luce & Rosa, publicados em língua portuguesa, alemã e italiana, a exaltação da natureza como forma potencial para aquisição de riquezas e o desenvolvimento de infraestruturas modernizadoras, como a conexão com outras regiões pela abertura de ferrovias constituíam um atrativo para a colonização das terras. Ao mesmo tempo, era estratégia de muitas colonizadoras a omissão das condições da paisagem a serem encontradas, como podemos ver:

Certamente, a fertilidade da terra era inegável, só que não era avisado aos compradores das terras que, além de não haver mercado consumidor para a sua produção, também não poderiam contar com estradas transitáveis para o escoamento dos produtos. [...] As colonizadoras estavam mais preocupadas em demonstrar as vantagens [...] que as pessoas teriam, caso migrassem, do que alertá-las para as dificuldades (Nodari, 2009, p. 40- 41).

Conforme levantado por Pansera (2022), em 1919, as terras da região de Nova Teutônia foram vendidas para a colonizadora Luce & Rosa e Cia, dando início à colonização da área com a demarcação das terras. Pensando na imigração alemã em posição ao nome teuto dado à localidade, a empresa instalou três famílias de origem alemã oriundas do Rio Grande do Sul no ano de 1922, investindo assim em propaganda na Alemanha para a comercialização dos lotes com o foco voltado para estes imigrantes, o que foi incisivo para a escolha de diversas famílias em se estabelecer na região, sendo fato definitivo para a família de Fritz Plaumann.

Quando a expedição do governo catarinense em 1929 chega a Passo dos Índios (Chapecó), encontra com uma comissão de colonos de origem alemã vindos de Nova Teutônia. Costa (1929) apresenta o seguinte olhar sobre os colonos estabelecidos naquela paisagem:

Ali compareceu para saudar o presidente um orpheão composto por jovens colonos de Nova Teutonia, distante núcleo de allemães recémvindos, todos tendo coparticipado da grande guerra, mas já correspondendo ao nosso ‘vigetz’ com um ‘muito obrigado’, dobrando o ‘r’; e ao nosso ‘auf vir der sein’ com um não menos pesado “até outra vez” tudo isso demonstrando que já se estão familiarizando com a nossa bella, cantante e rica língua portuguesa (Costa, 1929, p. 13).

A expedição do então presidente do estado de Santa Catarina, Adolpho Konder (1884-1956), entre as décadas de 1920 e 1930, com o objetivo de demarcar oficialmente a presença do Estado sobre a região Oeste, observa os colonos alemães de Nova Teutônia de forma amistosa, destacando a adaptação a cultura brasileira com o domínio da língua portuguesa, apesar dos vestígios ainda existente do sotaque germânico. Na paisagem, as vozes da língua alemã aos poucos se convertem em português brasileiro, mas o sotaque não esconde suas origens.

A expedição ao Oeste de Santa Catarina, segundo as prerrogativas daquela época, de acordo com Martinello (2016, p. 161), tinha em seus principais motivos a integração, pois partia-se da visão de que o “outro” habitante do “sertão”, isolado e distante se situava como “não integrado”, surgindo aí a consciência por parte de uma comitiva oficial emitida na obrigação de “abrasileirar” a região e seu povo. Nesse sentido, não é só a questão da língua que chama a atenção, mas as condições demográficas e geográficas, como por exemplo, a nomenclatura dos lugares, sejam comunidades ou cursos de rios. A questão da (re)nomeação das toponímias é um mecanismo de imposição de poder, que ocorre também de forma simbólica com a presença de autoridades, revendo e impondo valores de integração territorial com um sistema nacional sobre uma região fronteira, que não pode ser deixada somente na ordem

privada, mas na ótica do poder estabelecido por um governo que se mostra presente (Martinello, 2016).

Em síntese, o avanço da colonização europeia sobre a Fronteira Sul, observado por um conjunto de circunstâncias históricas, esteve permeado por questões políticas, econômicas e sociais, levando os governos a adotarem medidas específicas para assegurar sua soberania, seja no período colonial, imperial ou republicano. A constante preocupação com a consolidação do poder sobre a fronteira intensificou, ao longo do tempo, intervenções que redefiniram a organização espacial da região, amplificando a antropização da paisagem. Como resultado, promoveu-se a fixação de novos elementos ao ambiente, assim como a redefinição humana, percebida nos traços étnico-culturais e, com diferentes práticas e narrativas em suas formas de conceber a natureza, representou um longo processo que podemos chamar de “europeização da paisagem”, ocorrido a princípio com o avanço do “povoamento” por interesses de Portugal e atenuado com os projetos (i)migratórios no início do século XX, no qual uma outra dinâmica foi projetada com a “colonização”.

Contudo, nesse cenário de colonização da fronteira, com a interação de diferentes grupos étnico-culturais, com os quais vão se reconfigurando as condições humanas nas suas interações com a natureza, a família Plaumann inclui-se a partir do ano de 1924, fazendo parte do ambiente juntamente com outras famílias de origem germânica. As memórias de Fritz Plaumann revelam características importantes da paisagem, tanto do período de vida na Alemanha, quanto as impressões durante a viagem pelo Atlântico e a chegada ao Brasil, assim como os esforços de integração ao meio ambiente de Nova Teutônia, levando em consideração o intercâmbio cultural que trazem consigo com os novos elementos que passam a vivenciar.

Frisa-se que a presença da colonização de origem europeia não significou o fim da “paisagem cabocla” ou mesmo a eliminação dos povos indígenas. Como veremos, as memórias de Fritz Plaumann demonstram que estes grupos étnicos estão presentes na paisagem, com sua cultura e estilo de vida, embora as nuances da colonização, o aumento demográfico como consequência e a incorporação da região a dinâmica do capital econômico, estabelecem outras relações com a natureza, de cunho mais exploratório. Portanto, a paisagem formada por indígenas e caboclos sofreria remodelações ao longo das primeiras décadas do século XX.

2 PAISAGEM E MEMÓRIA: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL SOB O OLHAR DE FRITZ PLAUMANN

A paisagem faz parte de um mundo concreto, enquanto elemento material, mas também é um processo de construção cultural. Aos olhares sensibilizados, a paisagem desperta múltiplas sensações, possibilitando desenvolver a consciência de pertencimento a um lugar, é carregada de memórias, remonta trajetórias pessoais e coletivas de uma sociedade. Com a experiência construída por Fritz Plaumann, é possível analisar como as reflexões nascidas na relação humana com a paisagem representam a sensibilidade de sujeitos que experimentam situações de vida na qual a mudança de ambiente é vista como a perda de imagens significativas, o que pode gerar a expectativa de um porvir incerto. A sensação presente de visitar as paisagens do passado se eleva à perspectiva de um novo horizonte, que se reconstrói na esperança e pode confortar a decisão de deixar a terra natal para trás e partir em direção a um novo destino, como força capaz de simbolizar o recomeço de uma vida.

A emigração da Alemanha, tendo a América como destino, foi a opção de muitos alemães com a crise desencadeada após a Primeira Guerra Mundial. Abandonar a terra natal não foi uma decisão fácil a ser tomada, mas para muitos, as condições não deixaram alternativa. Acompanhando as narrativas que envolveram tal processo na família Plaumann, percebemos como é significativa a relação com o espaço vivido, haja vista que a paisagem é referência importante nos relatos registrados no *Diário de Fritz Plaumann*, assim como as consequências da guerra marcam suas memórias ao definirem o destino da pequena família.

Aqui, nos deparamos com o testemunho de um imigrante alemão que apresenta reflexos do cenário europeu na qual a Alemanha estava envolvida, nas primeiras décadas do século XX, com ênfase às condições vivenciadas por sua família, para compreender suas percepções e relações com a paisagem, sua formação cultural e as condições que estimularam a emigração para o Brasil. Do mesmo modo, investigamos as ponderações sobre a travessia do Atlântico, a chegada em terras brasileiras, as perspectivas de vida em Nova Teutônia e suas considerações que nos permitem compreender a relação imigrante com a paisagem na fronteira Sul.

2.1 ERA UMA VEZ NA ALEMANHA - A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A EMIGRAÇÃO

A família Plaumann vivia em Preussich Eylau, Prússia Oriental, na Alemanha⁴ e habitava um prédio de três andares, contendo sótão e porão. O prédio se destaca entre outros menores por suas proporções. Estava situado na praça da cidade, próximo à escola primária, ao prédio oficial do Burgomestre, da polícia e da cadeia, próximo também havia o estabelecimento dos veículos do Corpo de Bombeiros. Na paisagem descrita, Fritz Plaumann complementa que “no pátio do terreno paterno ficavam a oficina, as dependências, um pequeno jardim e o pomar” (Spessatto, 2001, p. 17).

Na oficina, o pai da família, Friedrich Willhem Plaumann, exercia a função de mestre profissional de seleiro e estofador. Fritz Plaumann relembra os passeios pelas florestas do Governo e suas características: local protegido, com o terreno dividido em quadros, separados por covas sem vegetação para prevenir incêndios, onde era possível observar plantas silvestres raras. Tanto nas florestas do Governo, quanto nas propriedades particulares havia a prática do reflorestamento, o que, de acordo com Fritz Plaumann, mantinha o percentual de floresta estável por séculos, mesmo com o crescimento demográfico. No verão, a família costumava visitar as praias do Mar Báltico (Spessatto, 2001).

Nesse ambiente familiar, citadino, edificado e envolto por instituições públicas na qual se dava a vida da família Plaumann, outrora havia sido palco do avanço do exército napoleônico, preservado na paisagem e presente na memória dos habitantes da cidade, também registrado nas memórias de Fritz, como descrito: “Ainda me lembro bem da primeira excursão feita pela nossa escola ao pequeno bosque, situado numa colina distante da cidade. Naquele local, disseram-me, Napoleão dirigia o seu exército, na batalha decisiva de Pr. Eylau, em 1807” (Spessatto, 2001, p. 19).

Em memória da batalha, Fritz Plaumann lembra da existência de um monumento construído em um parque retirado da cidade, esculpido em pedra lioz, para lembrar da cooperação entre a Rússia e a Alemanha contra as pretensões da França napoleônica (Spessatto, 2001, p. 22). Segundo Tuan (2012), o senso ocidental moderno apresenta a lealdade e o amor pela terra em que estão as raízes de seu povo, evidencia os laços com a natureza e recorre a sua história, pois a familiaridade com o lugar vivido envolve afeições, como a estimação, um sentimento protetor contra as perplexidades que podem surgir do mundo externo. Assim, ao se referir sobre a familiaridade e a afeição representada na relação com a terra natal e a reflexão sobre a história de um povo, Tuan explica que:

⁴ Antigo território alemão que, após os conflitos da Segunda Guerra Mundial, passou a se chamar Bagrationovsk, sendo atualmente parte da Rússia.

A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. A retórica patriótica sempre tem dado ênfase às raízes de um povo. Para intensificar a lealdade se torna a história visível com monumentos na paisagem e as batalhas passadas são lembradas, na crença de que o sangue dos heróis santificou o solo (Tuan, 2012, p. 144).

O olhar de Fritz Plaumann sobre tal evento, revendo tal paisagem, representando a memória coletiva que ficou na história de sua nação, não está posto ao acaso, emerge em outro momento marcante da história, não só da Alemanha, mas da Europa do início do século XX, a Primeira Guerra Mundial, a qual Plaumann vive no tempo presente, sendo significativa para a vida de sua família. A notícia dos jornais está registrada no diário e destacada com aspas: “Assassinado herdeiro do trono, Franz Ferdinand, da Áustria, por conspiradores da Sérvia, na cidade de Sarajewo, do mesmo país, no dia 28 de junho de 1914” (Spessatto, 2001, p. 21). Fritz Plaumann reflete que apesar da notícia, ninguém do seu meio suspeitava do início de uma guerra, porém, no dia 28 de julho, um mês após o assassinato, iniciou a guerra Áustria-Sérvia. A Rússia mobilizou seu exército em favor da Sérvia, no dia 1º de setembro a Alemanha fez o mesmo em favor da Áustria (Spessatto, 2001, p. 21).

Com o avanço do exército russo, a paisagem pacífica avistada pelos Plaumann, aos poucos foi sendo tomada por soldados, canhões e fumaça das casas em chamas. Os confrontos se aproximavam da cidade, refugiados iam chegando e sendo acolhidos ao mesmo tempo que boa parte da população começava a deixá-la. Os russos ocuparam a cidade por um certo período, mas a ofensiva alemã em contra-ataque libertou a Prússia Oriental. Os prejuízos foram enormes, causando impacto na agricultura e na pecuária, gerando um clima de escassez e racionamento. Apesar do cenário de destruição, de acordo com Fritz Plaumann em seu diário, a localidade da residência da família ficou fora da linha de combate, não causando danos materiais nem humanos (Spessatto, 2001, p. 22).

As lembranças construídas por Fritz Plaumann sobre a infância dão sentido às experiências que o apresentam como uma pessoa interessada pela natureza, que cultivava plantas silvestres, procurava besouros para descobrir seus nomes, recebendo estímulos para iniciar uma coleção de insetos, sendo presenteado por seu pai com literatura para o estudo das aves, da astronomia, lembrando suas mudanças de interesse, de Zoologia para Botânica, para a Astronomia, para a Química e para Agronomia, cogitando inclusive ser um oficial florestal no futuro. Recordando dos esforços dos pais, com bons conselhos para estimular o estudo e a educação, nesse cenário está Fritz Plaumann passeando pelas florestas e paisagens da Alemanha do início do século XX (Spessatto, 2001).

As paisagens que formam a superfície terrestre se diferem, sendo significativas para qualquer experiência humana, na mesma perspectiva, se diferem as formas como as pessoas, a nível individual, percebem e avaliam a mesma realidade, pois são construídas por percepções humanas que as veem de maneira particular. A nível de coletividade, grupos humanos distintos possuem percepções distintas sobre o meio ambiente, embora muitas delas sejam universais por partirem de sentidos comuns e de acontecimentos cotidianos inerentes a vida (Tuan, 2012). Nesse sentido, algumas experiências são mais significativas que outras, criando componentes para a memória, como o caso extremo de vivenciar uma guerra que rompe com a paz de uma época. Assim, Fritz conclui sua reflexão sobre esse período: “E assim se foi a infância sossegada: era uma vez...” (Spessatto, 2001, p. 22), pois as maiores consequências na vida da família Plaumann viriam após 1919.

A partir de então, com a derrota da Alemanha, com o futuro incerto, os Plaumann vendem a propriedade urbana e compram uma propriedade rural. Fritz Plaumann descreve esse novo ambiente como um local isolado, no qual o vizinho mais próximo estava na distância de 100 metros. Havia a residência, um terreno para a pastagem, terras para cultivar batatas, trigo, pomar e horta. Ao lado do terreno havia um ribeirão colorido com flores aquáticas e um prado que ficava florido na primavera e no verão. Ele destaca que nesse local circulava um vento forte que vinha do mar (Spessatto, 2001).

A casa chama atenção de Fritz Plaumann por apresentar características que considera antigas. O telhado era feito de palhas de cereais, o colmo abrigava o ninho de uma cegonha, cujo casal migrava para a África no outono e retornava na primavera para procriar. A ave, segundo Plaumann, era comum nas paisagens europeias, embora ameaçada de extinção. Próximo à casa, encontrava-se um curral para o gado e cavalos, galinheiro, um espaço para acondicionar o feno, um poço antigo e um vimeiro. O frio do inverno, com temperaturas que chegavam a 30 graus negativos, criava uma imagem branca de neve (Spessatto, 2001, p. 26). As árvores desnudas da folhagem aparecem duplicadas no reflexo das águas, observadas na imagem a seguir, podemos ver um retrato fotografado por Fritz Plaumann dessa paisagem e desse tempo. A fotografia a seguir é datada de 1924 e faz parte do álbum de Fritz Plaumann intitulado “*Bilder aus der alten Heimat – ab 1917-1924*”.

Figura 5: Propriedade Rural em Königsberg adquirida pela família Plaumann após a Primeira Guerra Mundial



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

Os Plaumann reconstruíram sua vida em um ambiente rural. A agricultura passa a proporcionar a subsistência da família: “Tínhamos leite, manteiga, ovos, e até, de vez em quando, peixes do ribeirão para nosso gasto” (Spessatto, 2001, p. 27). A apicultura surge como uma alternativa de renda. É nesse período que Fritz aumenta a dedicação aos estudos sobre a natureza:

Logo comecei a fazer anotações meteorológicas, inclusive as gráficas, um calendário com as datas da floração da vegetação silvestre, um calendário do regresso das aves de passo. Começava também a estudar agricultura. Para isso, tinha recebido de meu pai uma edição de quatro volumes, com o suficiente para poder dirigir uma grande fazenda (Spessatto, 2001, p. 27).

Dedicando-se a aprender também sobre a agricultura, é principalmente com o trabalho no manejo e comercialização da produção de mel que acendem a preocupação com a condição da Alemanha na época. É nesse contexto que as consequências do Tratado de Versalhes (1919) atingem diretamente a vida de toda a população. A inflação sobe rapidamente a níveis alarmantes, levando muitos a dívidas, perdas de bens e das economias, ao desespero. De acordo com o relato de Fritz Plaumann, em novembro de 1920, um dólar valia 87,00 marcos alemães,

já em novembro de 1923, um dólar chega a 4.200.000.000.000,00 marcos⁵ (Spessatto, 2001, p. 28).

A emigração foi a possibilidade de muitos para escapar dessa realidade, sem perspectiva de futuro e com receios da nova condição de vida que a realidade determinada pelo Tratado de Versalhes impôs à Alemanha. Relata Fritz que sua mãe propõe a emigração, pois para os Plaumann, a situação difícil seria mais suportável em outra realidade, num país estrangeiro. Assim, Fritz Plaumann parte em busca de informações dadas pelo Governo da Alemanha no Departamento Informativo para emigrantes (Spessatto, 2001).

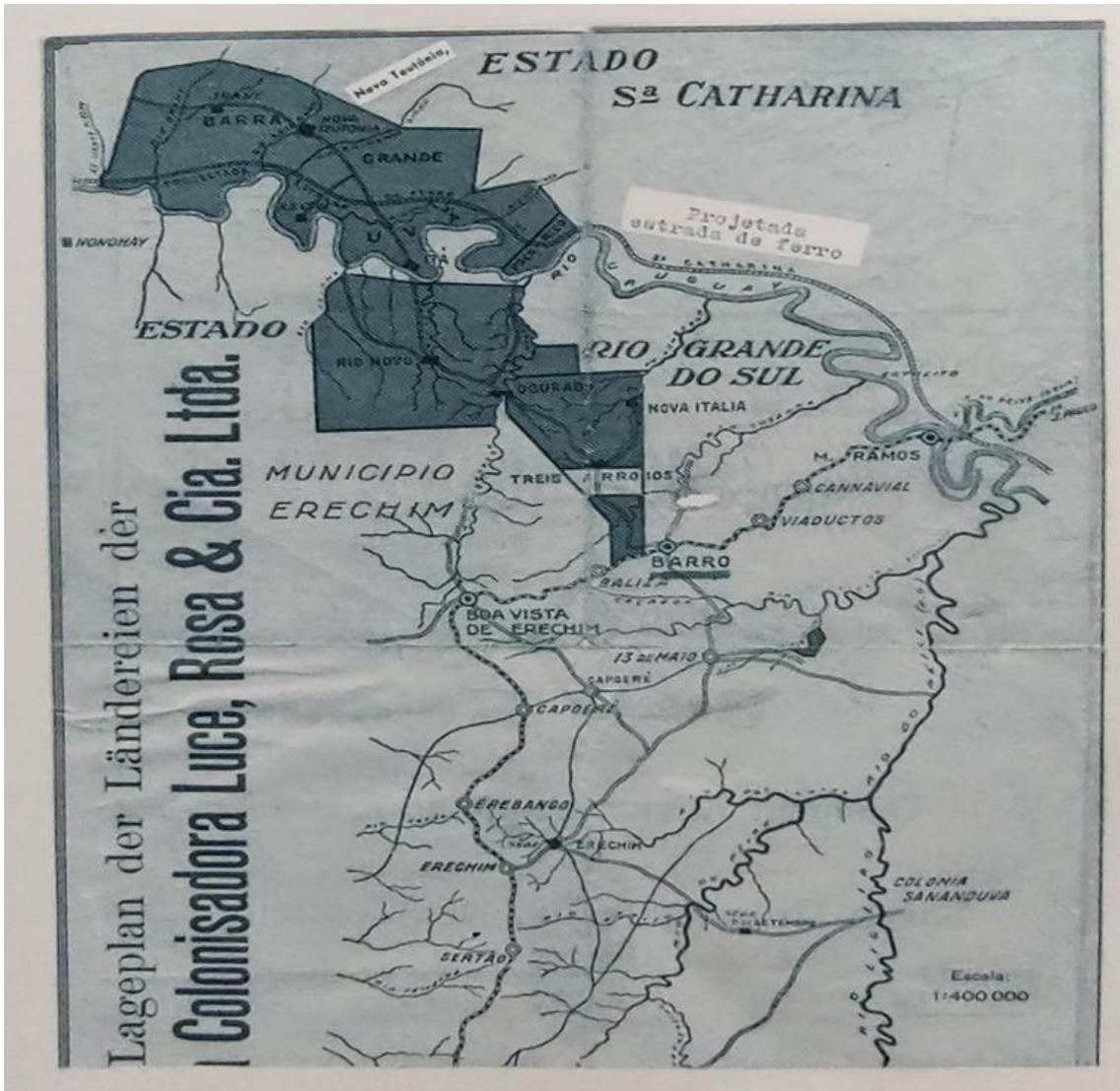
Ao entrar em contato com o departamento, o senhor e a senhora Plaumann receberam informações e escolheram o Brasil como destino. Fritz afirma desconhecer os motivos da escolha. Receberam prospectos de três Companhias Colonizadoras que atuavam no Sul do Brasil: Foz do Iguaçu, Hansa Humboldt e Luce & Rosa e Cia. Optaram pelas terras comercializadas pela Luce & Rosa e Cia. A decisão foi assim justificada por Fritz:

Escolhemos a região encostada no Rio Uruguai, no lado de Santa Catarina, provavelmente por causa do nome de Nova Teutônia, uma localidade a ser construída, e porque no esboço foi desenhada uma linha ferroviária projetada não muito distante da sede, o que, infelizmente, nunca se realizou (Spessatto, 2001, p. 31).

O panfleto utilizado pela Luce & Rose e Cia apresenta a Planta de Localização das Terras, contendo o esboço de um mapa da referida região, local onde atuava na época, nele é possível observar Nova Teutônia nesse território e o caminho a ser percorrido pela projetada estrada de ferro mencionada no diário por Fritz Plaumann.

⁵ De acordo com Gumbel (1958 apud Ferraz 2009, p. 13), no ano de 1923, o dólar em relação ao Marco Alemão subiu de 10.000,00 para $4,2 \times 10^{12}$. No período de 1917 a 1923, o Marco caiu a 10^{12} parte do seu valor original, o que gerou descontentamento da população em relação ao governo, por conta da degeneração moral, corrupção e ascensão de novos ricos de origem duvidosa. FERRAZ, João Grinspum. Ordem e revolução na República de Weimar. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Mestrado em Ciência Política: São Paulo, 2009.
<https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-22022010-115028>

Figura 6: Panfleto com a Planta de Localização das Terras da Companhia Colonizadora Luce & Rosa e Cia



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

Com o destino determinado, vendem a propriedade e preparam a bagagem e a documentação para deixar a Alemanha rumo ao Brasil. Fritz Plaumann deixa a seguinte reflexão sobre esse período, carregada de sensibilidade:

O rumo de nossa vida desviou-se mais uma vez. Outono, a melhor época do ano, tinha passado, o verde das folhas tinha mudado para uma tonalidade amarelada e, cansadas, as folhas caíam no chão. O tempo da florescência se foi, tanto quanto o canto dos passarinhos. Logo, uma densa camada de neve e gelo iria cobrir toda a paisagem. Seria isso o símbolo da vida que nos esperava? (Spessatto, 2001, p. 34).

Com a reflexão concebida por Fritz Plaumann, podemos pensar a questão da emigração, pelo ato da mudança de um ambiente para o outro, o que se faz perceptível na relação com a paisagem. Na passagem observada no diário, o pensamento de Fritz Plaumann se volta às imagens materializadas no cotidiano pelas estações do ano para refletir sobre as mudanças e incertezas que envolvem a vida em suas dimensões temporais, passado, presente e futuro. A passagem do outono, com suas folhas amareladas caindo e o silêncio substituindo o canto dos pássaros, simboliza o fim de um ciclo ou de um período de vitalidade e alegria. A chegada iminente do inverno, com sua neve e gelo cobrindo a paisagem, sugere um tempo de dificuldades ou desafios que estão por vir. A indagação ao final indica a preocupação, ou até mesmo uma dúvida, sobre se o inverno seria um presságio do que o futuro reservava, talvez simbolizando um período de adversidade ou estagnação na vida das pessoas envolvidas.

Uma coisa é certa, outro ambiente seria o *habitat* da família Plaumann, na América do Sul, no Sul do Brasil, no estado de Santa Catarina, em Nova Teutônia. Contudo, outra paisagem os aguardava.

2.2 RUMO AO SUL: O OLHAR IMIGRANTE SOBRE O BRASIL MERIDIONAL E A VIDA NO OESTE CATARINENSE

A viagem dos Plaumann iniciou no dia 1º de outubro de 1924, partindo de Königsberg para Berlim, seguindo viagem para Hamburgo. No outro dia, em Hamburgo, foram ao ponto de partida “Grosser Grasbrok”, pegaram um vapor que os levou até o navio Madeira para dar início à viagem por mar até o Brasil. No dia seguinte, avistaram a costa da Inglaterra com um intenso movimento de embarcações. O balanço do navio Madeira com o mar agitado deixou parte da população enjoada e sem condições de fazer as refeições, inclusive o senhor e a senhora Plaumann. Mas a viagem seguia. Passaram pelo Golfo de Biscaya, no oceano Atlântico, entre a França e a Espanha: “Na manhã do dia 14 de outubro enxergávamos as montanhas da costa da Espanha. Daqui o navio mudava o seu rumo de Sudoeste para Sul” (Spessatto, 2001, p. 37). Na Espanha, pararam no Porto de Leixões. Os enjoos continuavam, mas a senhora Plaumann apresentava melhoras, porém, quando o mar se agitava, os passageiros sentiram as consequências (Spessatto, 2001, p. 36-37).

No dia 21 de outubro, chamou atenção a vista inédita de um peixe voador e seu movimento ao transpor a água. Passando pelas Ilhas Canárias, avistaram penhascos elevados e sem vegetação de árvores ou arbustos, “uma paisagem muito interessante, mas, infelizmente,

os mais altos picos das montanhas estavam cobertos de nuvens”. No dia 25 de outubro de 1924, “o tempo estava chuvoso e o mar um tanto agitado. Passamos pela linha do Equador: 0 de latitude e 31 de longitude”. O evento foi marcado por uma cerimônia com o ritual de batismo. “O ritual foi assim: espalhar na cabeça e rosto um pouco de água perfumada”. Para alguns também foi jogado água com mangueiras, ocorrendo inclusive a entrega de certidão de batismo (Spessatto, 2001, p. 39).

No dia 26, avistaram as montanhas da Ilha de Fernando de Noronha, no dia seguinte, observaram a costa do Brasil. Viram pela primeira vez as baleias: “No dia 28 de outubro entrávamos no Porto da Bahia, situado em uma bela paisagem”. Encontraram vendedores comercializando papagaios, frutos, macacos e louças de barro. No dia 31 de outubro adentraram no Porto do Rio de Janeiro, “numa paisagem montanhosa, arborizada e romântica”. Passaram pelo porto de Santos, por Desterro e no dia 4 de novembro chegaram ao destino final, o porto do Rio Grande do Sul. Fritz assinala que “de Hamburg (Alemanha) até o Rio Grande do Sul dista 6.223 léguas marítimas (11.525 quilômetros)” foi a viagem percorrida (Spessatto, 2001, p. 40).

Desembarcados no porto de Rio Grande. Muitas coisas naquela paisagem chamaram a atenção, como, por exemplo, as ruas com pavimentação de pedra, praças e casas em construção, residências com apenas o andar do chão, o vendedor de leite que seguia com sua vaca, parando nas residências enchendo os copos diretamente da teta do animal e entregando para os clientes pela janela das casas. Também repararam a existência de poucos cavalos e carretas de duas rodas puxadas por uma dupla de mulas (Spessatto, 2001, p. 42). Nesse sentido, podemos notar que os detalhes observados nas paisagens descritas dizem muito a respeito da orientação cultural daquele que a experimenta e a descreve, neste caso, Fritz Plaumann se depara com uma paisagem em um ambiente dissonante daquele ao qual estava habituado na Alemanha.

A história cultural e a experiência coletiva de um grupo pensando na relação entre cultura e meio ambiente podem influenciar a percepção e as atitudes de acordo com o modo que as pessoas veem o mundo. Por exemplo, um visitante observa aspectos diferentes do meio ambiente em relação a um nativo habituado com o local, ou seja, o residente e o passageiro, o estrangeiro e o da casa apresentam perspectivas diferentes sobre a paisagem que experimentam. A postura e o entusiasmo do passageiro que se depara com uma perspectiva nova, muitas vezes pode ser de surpresa, pode ser superficial e/ou estética, construída por uma postura crítica, trazem como principal contribuição uma perspectiva nova sobre a paisagem, sendo que o olhar humano impressionado é adaptável, buscando meios para aprender a viver no mundo que se apresenta (Tuan, 2012).

A formação cultural de Fritz Plaumann ocorreu principalmente no período em que viveu na Alemanha, concebida pelos ensinamentos, influências e o contato com a natureza que lhe oportunizaram a construção de diversos conhecimentos. Pensadores alemães também foram importantes ao definirem conceitos e interpretações sobre a natureza, como Kant, Goethe e Schelling. Esses pensadores influenciaram vários naturalistas, como o caso de Alexandre Von Humboldt (1769-1859), naturalista que compreende a ciência pelo viés do romantismo, viajou o mundo, inclusive a América Latina, realizando coletas da natureza, cujos objetos estão acondicionados no Museu de História Natural de Berlim. Essa tradição europeia orientará a vida imigrante de Fritz Plaumann na Nova Teutônia (Lubenow, 2015). A educação proporcionada por influência da família, como os livros adquiridos e o interesse demonstrado nas intenções de compreender as práticas agrícolas para administrar a vida no campo também fazem parte deste processo.

João Klug, ao traduzir a obra “A origem da Vida”, deixa claro na apresentação as influências dos pensadores alemães na percepção de Plaumann sobre a natureza: desde os menores insetos pertencem ao todo, ou seja, para compreender a natureza, é preciso vê-la como um conjunto interrelacionado, na qual as mínimas relações são fundamentais a existência dos seres vivos. *A origem da Vida (Die Entstehung des Lebens)* foi publicada originalmente por Fritz Plaumann em 1947 e sua tradução foi publicada em 2022. Em síntese, a obra traz a percepção de que a vida tem uma razão submetida às Leis do Universo, uma ordem cosmológica que vai além da evolução.

Tais influências contribuem diretamente para a forma como Fritz Plaumann observa e descreve a paisagem. O olhar sobre as paisagens, em um momento impactante na vida da família, - a mudança provocada pela emigração, os longos dias de viagem e a chegada em um país estrangeiro - é carregada pela memória que encontra outros espaços geográficos e modos de vida diferentes. Este outro contexto histórico é moldado pelo contraste de tempos, a bagagem de vida que os Plaumann trazem da Alemanha e o cenário encontrado no Brasil onde estabelecem contato com o “outro”, a partir de então irão ditar a formação de novas experiências e consciências de vida.

A paisagem, como nos lembra Schama (1996), é construída por “camadas de memórias”. Como um lugar de memória, as paisagens são significadas pela experiência humana. Todas as paisagens são carregadas por ações e representações estabelecidas com os marcos culturais da humanidade. Ao ser avaliada pelo peso da bagagem cultural que o ser humano carrega, a paisagem aparece como um produto definido pelos sentidos que a compreendem, vista como local de um novo nascimento, pois é nessa perspectiva que a

paisagem emerge e se manifesta enquanto tempo presente ou enquanto lugar de memória (Schama, 1996).

Os Plaumann, buscando ir ao encontro do novo destino, seguiram viagem. Passaram por Pelotas e, em Porto Alegre, entraram em contato com o escritório da Colonizadora Luce & Rosa e Cia. Lá receberam a informação de que ainda havia lotes coloniais à venda em Santa Catarina. Pagaram pelo terreno, receberam passagens de trem e seguiram numa viagem “miserável, o vagão sacudia muito, a poeira entrava pelas janelas, de modo que, em pouco tempo, estávamos cobertos por uma densa camada de pó”, até Santa Maria, onde pernoitaram no Hotel Müller. No outro dia partiram até a Estação Barro, seguindo viagem em um automóvel até chegar no Porto do Rio Uruguai, na divisa com Santa Catarina (Spessatto, 2001, p. 44).

No ano de 1924 podemos contar um século da imigração alemã ao Sul do Brasil. Praticamente cem anos se passaram e as paisagens se apresentam sob novas condições. Aqueles primeiros imigrantes do século XIX, oriundos de áreas antropizadas e campos cultivados que se instalaram no extremo Sul do Brasil, numa área de florestas íngremes e terrenos acidentados na província do Rio Grande do Sul encontraram, na sua perspectiva, um ambiente desolado, obrigando-os a adentrar na mata para se estabelecer. Assim, abriram caminhos, derrubaram árvores, definiram lotes, cultivaram a terra, construíram as primeiras moradias, representaram a paisagem por narrativas próprias, transformando drasticamente a paisagem. Aos poucos, seus descendentes, unidos a novas gerações de imigrantes, se espalharam pela vasta região Sul (Bublitz, 2008). O caminho percorrido pelos Plaumann no ano de 1924, do Rio Grande até cruzar o Rio Uruguai e adentrar em terras catarinenses, já apresenta um longo percurso de representações sobre a paisagem, com horizontes ampliados por projeções humanas. Em ambientes com estruturas materiais, foram acolhidos em hotéis, encontraram estradas abertas e menos precárias, permitindo o trânsito de automóveis e trilhos para o caminho de trens, ou seja, percorreram um cenário marcado por um longo período de ações humanas sobre a paisagem.

Pelo mesmo viés, a mudança de uma cidade prussiana da Alemanha para Nova Teutônia, um núcleo projetado num cenário de Colonização Europeia para o Oeste de Santa Catarina, integrado ao modelo sociopolítico colonizador, pode-se perceber uma grande distância cultural, ambiental e de temporalidade. De acordo com Tuan (2012), as frentes pioneiras de exploradores e povoadores, no caso das migrações, observam o meio ambiente com olhos adaptados a outros valores e suas referências despertam as preocupações que dispõem perante a paisagem e a maneira como a confrontam.

Recebidos pelo administrador da Colonizadora Luce & Rosa e Cia, passaram a barca pelo Rio Uruguai, chegando na Aldeia de Itá, pernoitaram e no outro dia foram de carroça até

Nova Teutônia. Fritz Plaumann registra que, como já havia anoitecido, passaram a noite em um galpão que servia de abrigo para os imigrantes, com telhado de tábuas, paredes de taquara rachada e barro, sem soalho nem janelas, com o vento entrando pelas frestas. Sem camas, pediram tábuas para dormir (Spessatto, 2001).

Observada a iniciação dos Plaumann em Nova Teutônia, Fritz descreve a situação do lote comprado pela família:

No mapa geográfico dessa região escolhemos um terreno colonial, situado perto do Rio Irani, porém um tanto afastado da projetada aldeia de Nova Teutônia. Para examiná-lo, andamos a mula, meu pai e eu, mais ou menos 13 quilômetros até o dito lote n.º 407, de 13,8ha. De Nova Teutônia, reto ao Rio Irani, já existia uma estradinha passável a cavalo e de mula de carga, porém, o referido terreno achava-se do outro lado da serra. Quer dizer que a linha divisória entre os terrenos coloniais, desse e do outro lado, passava bem na encosta. Este lote já fora vendido uma vez, mas depois foi abandonado pelo comprador. Para poder chegar ao lugar da moradia, existia somente um atalho para pedestres, do tempo da medição dos terrenos e depois um atalho melhorado, e assim passável, com muito cuidado, a mula (Spessatto, 2001, p. 44-45).

Definida a aquisição do lote, registrado com o número 407, de dimensões que não chegavam a 14 hectares, Fritz descreve as suas condições geográficas, esclarecendo que a compra ocorreu tendo como referência os mapas da região concebidos pela Companhia Colonizadora. As condições de acesso exigiam cuidado, possível de percorrer a pé, ou com cautela, montado em uma mula. A localidade estava distante 13 quilômetros do núcleo colonial de Nova Teutônia. Como descrito, no lote, outra família havia adquirido posse, mas desistido. Na moradia encontraram um inconveniente, outra família de “intrusos” a ocupava. Possivelmente posseiros de origem cabocla, que são definidos por Fritz Plaumann no decorrer de seu diário como “brasileiros”, os quais, no contexto da colonização europeia após a Guerra do Contestado, foram destituídos das terras pela ação do governo. Segundo Fritz, após ordens da colonizadora, os tais “intrusos”, como se referiu a eles, deixaram o local de forma pacífica (Spessatto, 2001, p. 48).

Na fotografia a seguir, retratada por Fritz Plaumann, podemos ver a imagem da primeira moradia da família Plaumann a que se refere.

Figura 7: A primeira moradia da família Plaumann em terras brasileiras



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

Esse novo lar, onde se vê presente em cada uma das portas o senhor e a senhora Plaumann, acompanhados por um cão, com tábuas rústicas e telhado de madeira, diferencia-se da moradia de três andares, em concreto, com sótão e adega, envolto por instituições públicas em uma área urbanizada na qual a família se encontrava anteriormente na Alemanha. Essa nova paisagem é descrita por Fritz Plaumann da seguinte forma:

Neste lote colonial, onde existia capoeira, havia antes plantação, notava-se uma pequena quantidade de cana-de-açúcar, completamente dominada de ervas. Existia uma pequena moradia feita de tábuas rachadas e com telhados de tábuas, que não tinha janelas nem assoalho, mas com duas repartições. Havia algumas pequenas árvores frutíferas sobreviventes e bananeiras (Spessatto, 2001, p.46).

As condições materiais do lote colonial descritas por Plaumann apontam todas as evidências de uma “paisagem cabocla”. Analisando a fotografia da moradia e as descrições, comparadas por exemplo, com o modo que Breves (1985) as observa nesse mesmo período, demonstrando-as como um ambiente desolado e devastado, julgando-as pelo fato de que a presença de poucas árvores frutíferas próximas era característica comum do modo de vida caboclo e de que as roças ficavam mais distantes do “rancho”, próximas de uma sanga ou rio, assim não precisam do uso de cercas para criar seus animais, como cavalos e vacas (Breves,

1985). No caso do olhar de Fritz Plaumann, não há esse juízo de valor direcionado a estes habitantes, mas nota as características do ambiente e das pessoas que o compõem, demonstrando o conjunto de forças que marcam a paisagem.

Com a dispersão da população após a Guerra do Contestado e o deslocamento para as áreas de florestas no Oeste, geralmente ocupando regiões próximas aos rios, os caboclos, em meio às florestas, encontravam-se com a possibilidade abundante de uso da terra, reproduzindo suas práticas e modo de vida, com suas moradias e práticas agrícolas. Os caboclos geralmente eram posseiros, ou seja, se instalavam nas terras, mas não possuíam o título legal sobre a propriedade.

A colonização como ocorreu no Oeste Catarinense promoveu o deslocamento da fronteira, vista enquanto espaço ideológico, de valores simbólicos nas quais algumas práticas são vilipendiadas, como o caso das tradições culturais e sociais dos caboclos. Ocorre não só uma história de destruição do modo de vida dos habitantes anteriores, mas do confronto de técnicas antigas com as novas visões de mundo. A fronteira “deixa de ser vista apenas como o lugar de desencontros, para tornar-se um lugar de descoberta do outro” (Nodari, 2009, p. 59).

Na descrição da longa viagem da Alemanha para Nova Teutônia, os relatos de Fritz Plaumann registram as percepções de paisagens e acontecimentos que marcam a trajetória imigrante até a chegada ao novo destino. Experiências que olham outros espaços geográficos, vivenciam rituais, entram em contato com outras culturas e condições de vida, se deparam com o novo, tanto nas representações materiais da paisagem antropizada, quanto nas representações da natureza que não são as mesmas. E, por isso, fazem refletir sobre as condições que o processo imigratório concebe ao imigrante que se vê em meio a outra natureza e a outra temporalidade.

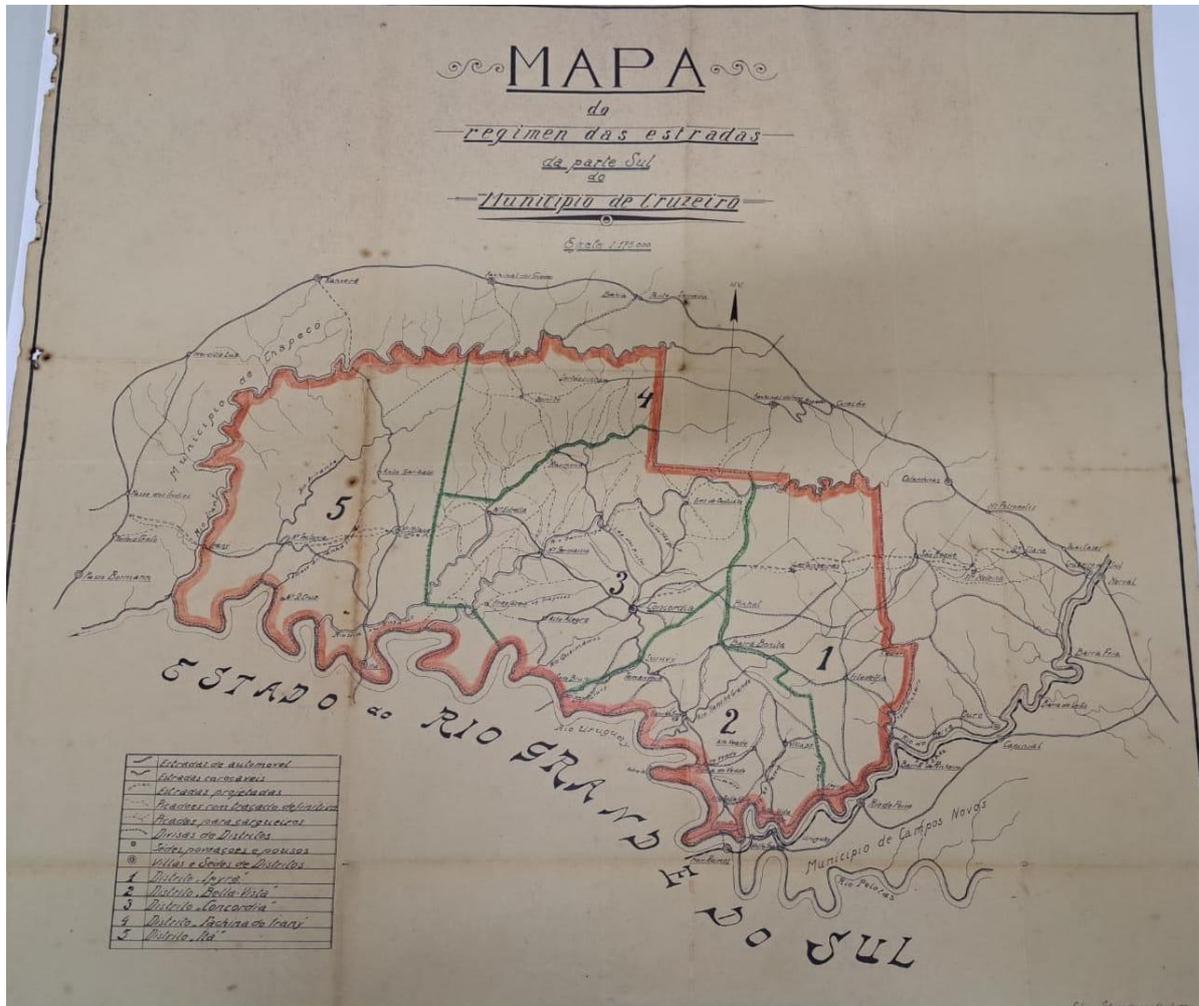
Ao observar as características da paisagem em torno do terreno, Fritz Plaumann também passa a compreender as características geográficas da região, tomando os rios e córregos como importantes pontos de referência e subsistência, dando importância à existência de fontes de água. Os rios são parâmetros cruciais para compreender muitos dos aspectos que dizem respeito à relação dos colonos com a natureza.

2.3 OS RIOS NA GEOGRAFIA E NA PAISAGEM DA FRONTEIRA OESTE DE SANTA CATARINA

A região Oeste do estado de Santa Catarina, após tratado o Acordo de Limites do ano de 1916, foi constituída por dois municípios: Cruzeiro e Chapecó. Podemos observar os limites dessa divisão territorial, com o mapa hidrográfico da região formulado em 1919. Nele, os rios

aparecem como importante referência para a definição dos limites dos dois municípios que formam oficialmente o Oeste de Santa Catarina.

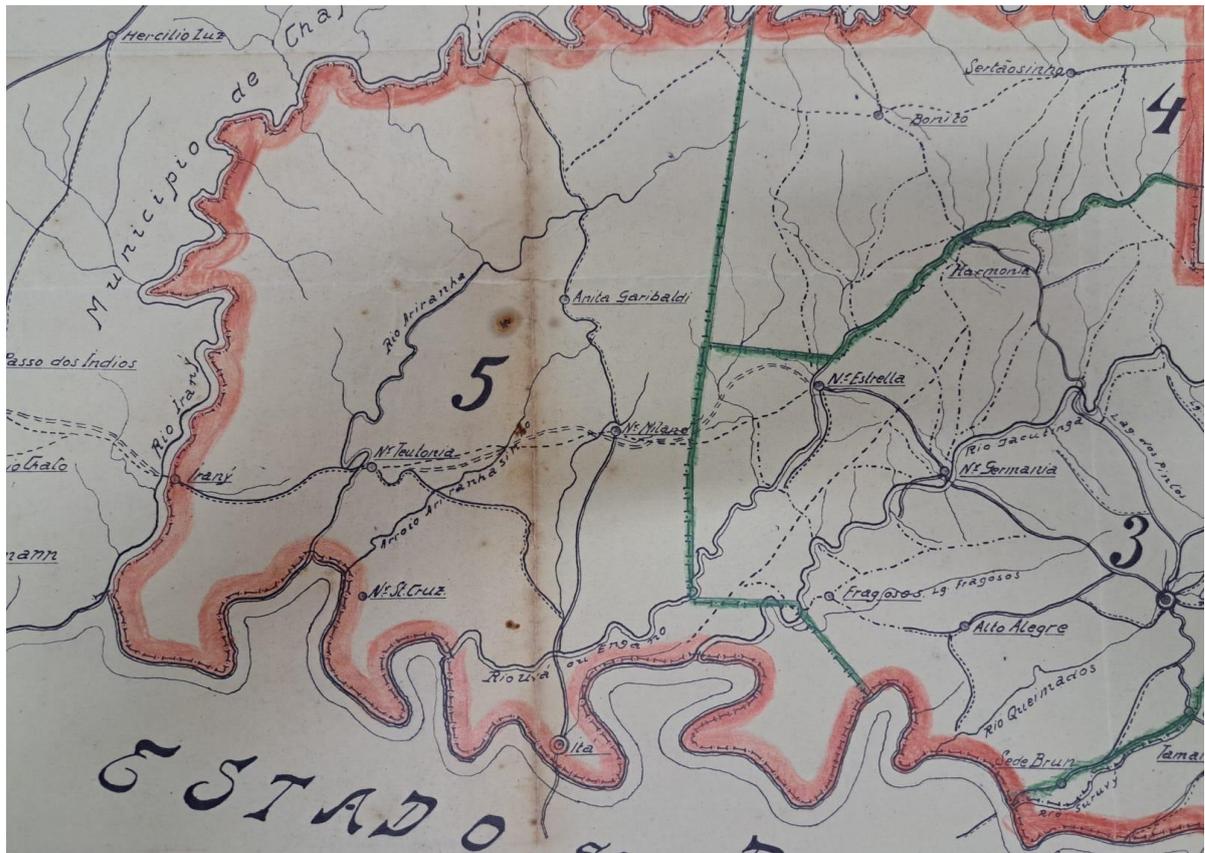
Figura 8: Mapa da região Oeste de Santa Catarina com a localização de Nova Teutônia



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina

O município de Chapecó se estende do Rio Peperi-Guaçu, no Extremo Oeste, fronteira entre o Brasil com a Argentina, até o Rio Irani. O município de Cruzzeiro se estende do Rio Irani até o Rio do Peixe, no Meio Oeste. Ao Sul, ambos os municípios encontram o Rio Uruguai, fazendo divisa com o Rio Grande do Sul. Ao Norte, uma divisa seca foi definida para limitar Santa Catarina com o Paraná após as disputas territoriais entre os dois estados.

Figura 9: Detalhe de Nova Teutônia pertencente ao município de Joaçaba



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

Na figura, podemos ver a localização de Nova Teutônia (na área demarcada com o número 5), submetida então à vila de Itá, a qual era submetida a Concórdia, distrito de Cruzeiro. A família Plaumann, como explica Fritz, a princípio não se estabeleceu no núcleo do povoado de Nova Teutônia e, sim, num lote distante 13 quilômetros aproximadamente, próximo ao Rio Irani. No diário, tomando a nova moradia da família como referência, são descritas as características desse espaço geográfico:

Esta moradia estava situada em uma planície ondulada, tendo uma pequena fonte de água potável, terminando com uma descida forte de 65 metros para o Rio Irani, o qual representava a divisão do terreno mais baixo e de 100 metros de comprimento. O terreno mais alto, que significa a divisão do loteamento da Sede Irani, eleva-se, aproximadamente, a 130 metros acima da moradia. O nível do Rio Irani acima do mar é calculado em 250 metros. O prolongamento da divisa mais baixa de 300 metros do lado esquerdo representa o Ribeirão Poço Redondo que desemboca na parte do Rio Irani, denominado assim por causa do seu trecho fundo, normalmente com água mansa, situada entre duas cachoeiras, onde o rio começa a desviar-se em forma de 'V' de 40 graus. Ali, numa estreita linha, o rio fica passável a cavalo ou a canoa na época normal. Distância em linha reta até o Rio Uruguai: 6 quilômetros, a Passo dos Índios

(Chapecó): 16 quilômetros, até Passo Bormann: 20 quilômetros (Spessatto, 2001, p. 46).

O lote colonial adquirido pelos Plaumann, portanto, está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, distante seis quilômetros do leito do rio, como cita Fritz Plaumann. A moradia foi construída em uma planície ondulada, nas margens do Rio Irani. De acordo com Tuan (2012), o vale, ou bacia fluvial, é convidativo para a vida humana por razões que, segundo ele, são óbvias:

Ele promete uma subsistência fácil por ser um nicho ecológico altamente diversificado: há uma grande variedade de alimentos nos rios, nas planícies de inundação e nas encostas dos vales. O ser humano depende muito do acesso fácil à água: não dispõem de mecanismo para retê-la por longos períodos no seu organismo. O vale acumula água em seus cursos, em poças e em fontes. Se o curso de água é suficientemente grande, também serve como um meio de comunicação natural. Os agricultores valorizam os solos ricos dos fundos dos vales (Tuan, 2012, p. 167).

No fundo dos vales, os rios serpenteiam, cortam montes e dividem a terra, seguindo seu fluxo natural. No projeto de colonização aplicados pelas Companhia Colonizadoras, foram referências importantes como guias na medição e demarcação dos lotes.

Dissertando sobre a ação da Cia Territorial Sul Brasil, Werlang (1992) explica que a demarcação dos lotes era determinada pelo fluxo dos rios, o regime hidrográfico era previamente avaliado, de cada leito dos rios iniciavam a marcação até encontrarem os lotes que partiam de outros leitos, formando uma divisa seca denominada de “travessão”, o qual dividia as terras entre dois rios. A distância entre os rios determinava as dimensões dos lotes, que em conjunto formavam as “seções” e “linhas”, as seções podiam ser divididas em 3 ou 4 partes, que formavam as comunidades, chamadas de linhas. Essa dinâmica divisória, também servia de guia para a construção das estradas, tanto as gerais, quanto as vicinais, determinadas pela lógica do travessão, das seções e das linhas que estruturavam os lotes.

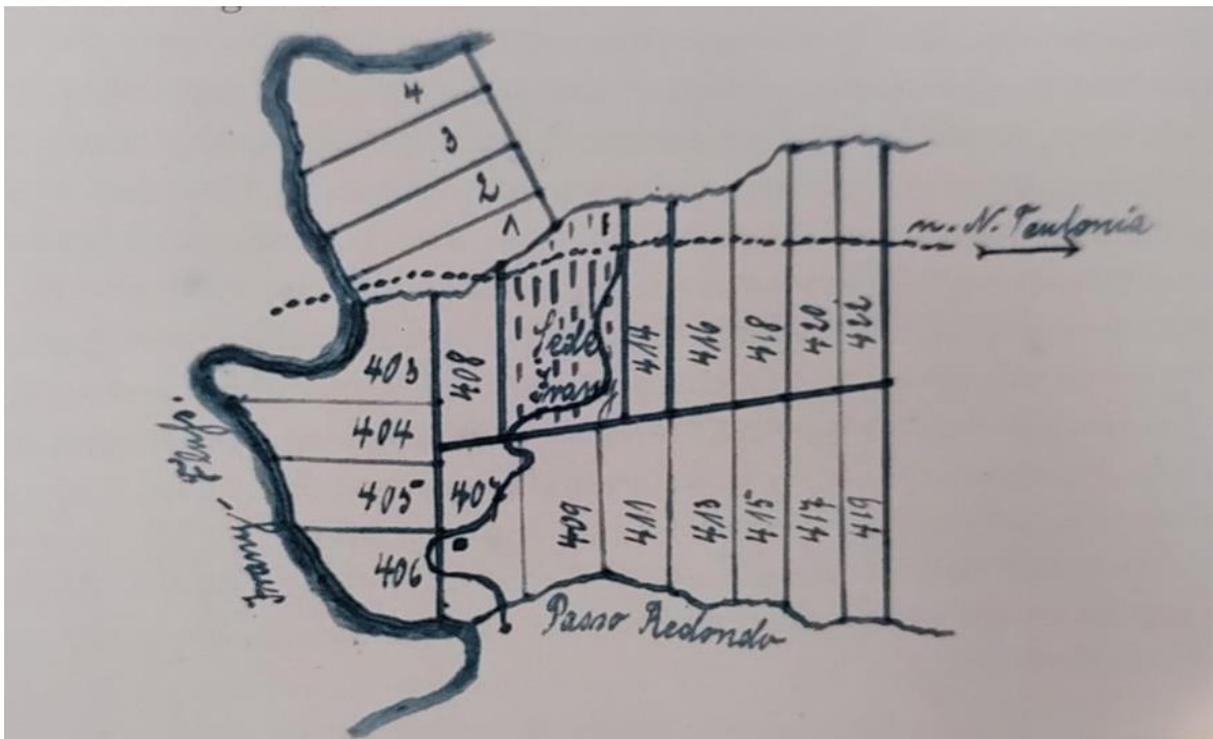
Segundo Leo Waibel (1958), ao se referir sobre a colônia agrícola formada nas margens do rio das Almas, em Goiás, o alinhamento dos lotes de acordo com o leito dos rios se alongando por uma faixa até o local onde ocorre a abertura de estradas faz parte de experiências alemãs, no sentido de que:

Este foi o tipo de apropriação de terras que foi aplicado nos últimos tempos medievais para a colonização da Alemanha oriental. A sua ideia é dar a cada colono uma parcela igual das férteis terras ribeirinhas, bem como das terras menos ricas das encostas e das pobres das colinas (Waibel, 1958, p. 151-152).

Ou seja, a importância dos rios faz parte das experiências humanas relacionadas com o espaço geográfico, justificadas pela noção de fertilidade das terras e sua divisão para bom proveito, privilegiando todos os colonos a partir de tais experiências e práticas. Como Tuan (2012) definiu por óbvia a relação entre a fertilidade das terras no fundo dos vales e a busca por estes locais, tais fatores colaboram para explicar a escolha dos colonos por regiões próximas aos rios.

No esboço a seguir, é possível ver o traço dos lotes em torno do núcleo colonial de Sede Irani, com o lote 407 adquirido pelos Plaumann, destacando a presença dos rios e o traçado do caminho que levava a Nova Teutônia e, do outro lado do Rio Irani, levava a Passo dos Índios. O rio Irani é referência para o traçado dos lotes, partindo dele demarcação das divisas dos lotes em linhas retas, utilizando outros leitos de rios menores também como referência e, entre as linhas, os travessões que indicavam a abertura de estradas.

Figura 10: Esboço da demarcação dos lotes da região de Sede Irani



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (autoria desconhecida, 2001).

O Rio Irani é um afluente da bacia do Rio Uruguai. Nasce em Água Doce, município do estado de Santa Catarina, num local conhecido como Serra da Trincheira, com altitude aproximada de 1.250 metros, percorrendo em torno de 206 quilômetros até desaguar no Rio

Uruguai, com um desnível em torno de 980 metros e uma drenagem de 1.750 km². O relevo pelo qual o rio percorre é de planalto com topo ondulado, onde o leito do rio corre formando depressões. Em suas encostas, há rupturas de inclinações em forma de degraus, formando uma paisagem acentuada por derrames basálticos (Klingelfus *et al.*, 2009).

Fritz Plaumann, ao relatar sobre a dificuldade de percorrer o Rio Irani de canoa, descreve o rio com um número elevado de cachoeiras, algumas sendo possíveis de cruzar somente descendo da canoa e arrastando-a, outras eram fortes corredeiras que poderiam causar riscos às pessoas que não conheciam suas características (Spessatto, 2001).

A fotografia (Figura 11) consta nos álbuns de Fritz Plaumann da década de 1930 e mostra os detalhes do rio na região do ribeirão Poço Redondo, que é um afluente do rio Irani.

Figura 11: Poço Redondo



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Além das margens com declives íngremes que dificultavam o acesso ao rio, em tempos de cheia, o rio subia a níveis que se tornavam intransponíveis. Havia um ponto de barca, onde se recorria a um barqueiro para cruzar o rio. As cheias são muitas vezes descritas como um empecilho para a mobilidade de Fritz Plaumann, como em ocasiões em que era necessário ir a Nova Teutônia buscar mantimentos (Spessatto, 2001).

No retrato (Figura 12), observamos uma captura fotográfica registrada por Fritz Plaumann em meados da década de 1930, apresentando as características descritas sobre o Rio Irani. Nela, é possível observar as corredeiras, ter uma representação do fluxo de suas águas, a densidade da vegetação, o declive em suas margens e os sinais de nevoeiro ao fundo, assim como se podem ver as características do relevo desse espaço geográfico.

Figura 12: Retrato tirado por Fritz Plaumann do Rio Irani



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

O rio era uma importante fonte de subsistência para as famílias que habitavam às suas margens. A pesca era uma alternativa para matar a fome enquanto a adaptação e as dificuldades da prática agrícola marcavam a vida no início da colonização. Nesse caso, a Páscoa por ser um evento marcante e por ser o período no qual algumas tradições têm o costume de comer peixes, é registrado pela memória de Fritz Plaumann, assim como a boa atitude de seu vizinho, que não eram muitos nem viviam tão próximos, como na Alemanha, diferente inclusive de quando eram muitos, venderam a propriedade urbana e se mudaram para a propriedade agrícola.

Essa região também é atravessada por outro rio, afluente do Rio Uruguai, o Rio Ariranha. No mapa da Figura 04 é possível observar que o Rio Ariranha passa pela sede do povoado de Nova Teutônia. O rio aparece nas memórias de Fritz Plaumann nos períodos de

enchente. Com os percalços provocados para locomover-se, também nos registros de pesca, sendo importante fonte de subsistência para a população local. Sendo destacado também como local de coleta para suas pesquisas entomológicas.

O Rio Ariranha nasce no atual município de Ipumirim e percorre 57 quilômetros até desaguar no Rio Uruguai com área de drenagem de 236,25 Km² (Almeida *et al.*, 2017). Fritz Plaumann percorria as margens do Rio Ariranha para realizar a busca e a coleta de insetos para suas pesquisas e o desenvolvimento da coleção entomológica, iniciada já nos primeiros anos no Brasil e se estendendo por praticamente todo o século XX, a qual dedicou seu tempo de vida. Como afirma: “Sempre era a zona montanhosa do Alto Uruguai o centro das minhas pesquisas” (Spessatto, 2001, p. 128).

Na imagem (Figura 13), está um retrato de Fritz Plaumann com material de coleta às margens do Rio Ariranha, acompanhado de seu cão, com a mata ciliar ao fundo, ambos aparecem refletidos nas águas do rio. A foto forma um registro das interações de Plaumann com a paisagem natural, com enquadramento que dá destaque para a mata ao fundo, o rio em primeiro plano e Plaumann ao centro, apresentando nas mãos o material utilizado para coleta entomológica. As roupas brancas não apenas dão destaque ao entomólogo, mas demonstram o cuidado com a vestimenta para o trabalho de pesquisa no interior da mata. A foto é datada de 1955. Ela foge ao recorte temporal proposto no nosso trabalho, mas é contundente por apresentar Fritz Plaumann em sua atividade contínua de pesquisa entomológica. Nessa época, as coletas eram acompanhadas por sua esposa, Klara Anamaria Lincks, sendo ela responsável por muitas fotografias, registrando a atividade entomológica.

Figura 13: Fritz Plaumann realizando coleta às margens do Rio Ariranha (1955)



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Como nos diz Gilmar Arruda (2000), sobre a tradição imagética construída sobre o Brasil, o destaque dado à natureza como algo exuberante foi muito comum nas narrativas e percepções construídas por naturalistas e viajantes do século XIX. As florestas nativas eram parte atraentes da paisagem brasileira e remontam à valorização atribuída pela necessidade de caracterização do Brasil:

Mas não poderia ser qualquer imagem, o Brasil seria, nesse caso, sinônimo de ‘natureza exuberante’, de ‘espetáculo majestoso’. Tanto viajantes como naturalistas estiveram empenhados, no século passado e, como veremos, também no presente século, em mapear o Brasil mas com os olhos e sentidos diferentes (Arruda, 2000, p. 71).

A perspectiva apresentada pelo enquadramento da foto, ao apresentar a Mata Atlântica ao fundo, parece conter as mesmas prerrogativas, pois, como afirma Arruda (2000, p. 74), a floresta “é objeto de investigação e de relato”. A grandiosidade da floresta, no caso de Fritz Plaumann, se torna produto de pesquisa. A natureza precisa ser compreendida, mas também chama atenção para vários fatores nas relações cotidianas que precisam ser superados, como a dificuldade de locomoção em meio a mata densa ou a forte correnteza dos rios que dificultavam quando era necessário cruzar para a outra margem. Quando o assunto são os rios, o foco também se dá por sua magnitude e impacto na vida, como as enchentes.

As enchentes aparecem em vários relatos no diário de Fritz Plaumann. No dia 18/11/27, ele anota o seguinte: “Fazia dez dias que o Rio Uruguai, alcançava o mais alto nível de enchente. A água refluía até o Poço Redondo, juntando-se com o Rio Irani, formando uma zona mansa, quase parada” (Spessatto, 2001, p. 80). Como ilustrado na Figura 05, o lote nº 407 ficava na área em que o Poço Redondo encontrava o Rio Irani, que seguiu para desaguar no Rio Uruguai, de acordo com a medição de Fritz, essa área estava a seis quilômetros em linha reta do Rio Uruguai, cuja enchente desse período chegou até o lote dos Plaumann. Já em relação ao Rio Ariranha, que fazia divisa da sede de Nova Teutônia, causando impacto na vida dos moradores com suas enchentes, como relato do dia 15/09/27: “Por causa da alta enchente do Rio Ariranha, que faz a divisa com a sede de Nova Teutônia, tive que deixar o animal na sede e passar o Rio Ariranha a canoa” (Spessatto, 2001, p. 78). Segundo medidas de Plaumann, a região estava a 30 quilômetros do Rio Uruguai.

As enchentes do Rio Uruguai eram um evento importante para a época, pois era a oportunidade esperada para a condução das bolsas construídas com a madeira retirada das florestas, que seguiam pelo rio rumo a Argentina. Sobre essa história, Fritz Plaumann no mês de agosto de 1926, registra o seguinte, apresentando um certo exagero na quantidade de balsas, e por outro lado, os riscos da atividade:

A primavera era também a época dos balseiros. No Rio Uruguai, já esperavam milhares de balsas, previamente preparadas, formadas de toras de cedro, etc., pela vinda da enchente, para serem levadas à Argentina. A viagem era comandada por um prático e um ajudante. Também o senhor Albino e seu

companheiro, senhor Aparício, aproveitaram a enchente para essa finalidade. Porém, ambos voltaram muito doentes (Spessatto, 2001, p. 74).

Apresentando uma análise dos regimes de chuvas na região do município de Seara/SC, ao tomar as anotações de Fritz Plaumann e os dados da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), sobre as precipitações pluviométricas da região, a partir da década de 1930, Anderson Borges (2015) demonstra um quadro em que podemos ver que o mês de setembro, que marca o início da primavera, é um mês com alto índice pluviométrico. No ano de 1931, por exemplo, foram registrados 328,7 mm de chuvas para esse mês. Observando a média mensal, os meses mais chuvosos foram definidos sendo setembro (211,2mm), outubro (238,8 mm) e janeiro (211,7 mm). Os meses de março (163,6 mm), julho (175,3 mm) e agosto (171,7 mm) foram definidos como os meses menos chuvosos. Tais análises mensais apontam como resultado que o clima da região é dinâmico, e que não há um padrão no regime pluviométrico. A característica do clima envolvendo o regime de chuvas apresentado aponta que ocorrem períodos de excesso de chuva, assim como períodos de estiagem (Borges, 2015).

Sem contar com a prometida estrada de ferro na região, como ocorria no Meio Oeste de Santa Catarina, com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, inaugurada em 1910 conectando o Sudeste ao Sul do Brasil e permitindo a ação da empresa norte-americana Southern Lumber com suas serrarias, que possibilita a evasão da madeira com a exploração das árvores nativas, principalmente araucárias e imbuías, a parte mais ao Oeste de Santa Catarina buscou outros meios para desenvolver a economia da região e obter lucros com a exploração da natureza. O Rio Uruguai foi o caminho encontrado para tal empreitada (Valentini, 1999). Assim, nos períodos de enchente, as balsas, com suas equipes de trabalho, apareciam na paisagem do rio, intensificando o processo de derrubada da mata.

Além da questão das chuvas para o encaminhamento das balsas que seguiam o fluxo do Rio Uruguai rumo ao comércio praticado na Argentina, outra questão natural é importante para observarmos na derrubada das árvores e no preparo das balsas de toras. De acordo com Eduardo A. Cordeiro (s.d.), os lavradores antigos afirmavam que a derrubada de árvores deveria acontecer nos meses sem “r”, sendo estes os meses de inverno, período em que o humor aquoso que circula na planta (linfa) está em seu interior, o que diminui o ataque de parasitas e faz com que a madeira não carunche. Outro fator importante para a madeira não carunchar e não fermentar é necessário retirá-la do ambiente úmido da mata logo após sua derrubada. A imersão

em água fria, logo após o corte ou num espaço de tempo de poucos meses também é visto como uma forma de preservar a madeira (Cordeiro, s.d.).

A hidrografia e os recursos hídricos do Oeste de Santa Catarina serviram de diferentes formas para a instalação dos colonos de origem europeia da região. Foram utilizados como recurso para a subsistência, meio de desenvolvimento econômico e referência para a demarcação dos lotes. Para Fritz Plaumann, os rios chamaram muito a atenção pela intensidade de suas águas, por suas voluptuosas enchentes, mas também pela pesca abundante.

Embora muitos acontecimentos da história humana fluem com as águas dos rios, como diz Simon Schama (1996, p. 15), “os cursos d’água não são os únicos elementos da paisagem que transportam a carga da história”, pois muitas percepções da paisagem decorrem do olhar sobre as matas e florestas e os contrastes formados por suas árvores.

2.4 “A MATA VIRGEM” - O ENCONTRO COM A PAISAGEM FLORÍSTICA

A relação com a natureza encontrada por Fritz Plaumann no Brasil demonstra um conjunto de percepções, valores e atitudes no contato com a paisagem. Muitas vezes, revela características próprias da colonização, como o desmatamento, as queimadas ou a preparação do terreno para a agropecuária, mas também apresenta valores importantes em relação à paisagem florística, como a prática do reflorestamento, o que representa ações contrárias à dinâmica exploratória empreendida pela grande massa colonizadora.

A floresta encontrada pelos Plaumann e pelos demais colonos que chegaram à região fronteiriça é descrita por Fritz como “mata virgem”. O termo aparece nas situações em que a mata necessita ser superada para o desenvolvimento do trabalho agrícola e na abertura de caminhos que permitam a locomoção pela região. Com o facão em mãos, Fritz diz: “Restava apenas abrir caminho pela mata virgem”; ou em situações de incômodo com insetos: “Na mata virgem já existiam diversos”. Para a prática da agricultura era necessário a preparação da terra, para dar início a empreitada, Fritz escreve: “Combinamos de derrubar mais uma parte da mata virgem” (Spessatto, 2001, p. 66).

A concepção da “mata virgem” como uma natureza intocada é produto da cultura humana e faz parte de uma longa relação com a natureza. Como afirma Schama (1996, p. 20), “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto”. Não existe um mundo natural selvagem, ou seja, em “estado puro”, na perspectiva de Diegues (2001), pois áreas naturais aparentemente vazias são

um mito. No caso do Brasil, essas áreas compõem regiões extensivas, manipuladas por diferentes culturas tradicionais, nelas vivem, ou viveram e atuaram populações indígenas, ribeirinhos, extrativistas (caboclos, como já vimos), entre outros, povos definidos como tradicionais por apresentarem relações com a natureza causando mínimo impacto, sem acúmulo de capital e com uso de recursos naturais renováveis, diferente do impacto causado pelas sociedades urbanas e industriais com suas práticas exploratórias (Diegues, 2001). Postura exploratória que começa a ser inserida nas relações colonizadoras, principalmente, com o avanço das práticas agrícolas e na exploração da natureza enquanto recurso capital.

No desenvolver do trabalho agrícola, embrenharam-se na mata densa, fazendo roçadas e derrubando as árvores altas. Ao observar uma canjerana derrubada pela tempestade, Fritz descreve: “Os fortes galhos estilhaçados, de cor vermelha, davam a impressão de que pegava fogo” (Spessatto, 2001, p. 79). Ele observa também na paisagem a presença de bananeiras, pessegueiros, jabuticabeiras e outras vegetações, como samambaias (*Pteridium Aquilinum*), erva camomila (*Matricaria chamomilla*), e cogumelos, com os quais faziam almôndegas para comer (Spessatto, 2001).

Sobre a região, Fritz Plaumann encontra a localidade de Passos dos Índios⁶, onde, segundo ele, havia um grupo de agricultores imigrantes da Alemanha, com plantação de cana-de-açúcar, alambique para fabricação de cachaça e criação de suínos. Descreve que o local “era um terreno chato com grama, aproveitado para a criação de gado. Tinha bosques abertos e, em outros lugares, matas de araucária. Perto da povoação havia também um moinho movido de água e uma serraria” (Spessatto, 2001, p. 65-66). Podemos observar a presença das araucárias em uma região vista como “planalto do campo”, sendo que na região de vale, nas margens do Rio Irani, em seu diário ele não relata a presença de araucárias, mas sim sua ausência, como destaca: “Visto que não havia araucária para o Natal, buscava folhas de palmeiras pra enfeitar nossa casa” (Spessatto, 2001, p. 53). A questão sobre a definição de “planalto do campo” representa um marco de divisores, em oposição aos vales, formados por áreas mais altas, como o exemplo de onde está situado Chapecó. Plaumann destaca que naquela região, por ser mais fria que a costa do rio Irani, não havia bananas nem cana de açúcar.

A fotografia (Figura 14) mostra um retrato feito por Fritz Plaumann de Chapecó, em 1927. Nela, vemos um conjunto de moradias em madeira, com pessoas junto a elas. No fundo, estão algumas araucárias ainda remanescentes ao avanço colonizador. A paisagem demonstra

⁶ Localidade que formou a sede do município de Chapecó.

um relevo plano com as marcas humanas sobre a natureza, evidenciando um ambiente transformado pela cultura e um núcleo colonial em expansão.

Figura 14: Chapecó (1927)



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Da infância vivida na Alemanha, Fritz Plaumann explica sobre a aprendizagem da importância do reflorestamento, conhecimento que traz para o Brasil e desenvolve nas terras da família. No dia 30/07/26, escreve o seguinte:

Neste mês, já começávamos com o reflorestamento em pequena escala. Por enquanto plantávamos: 70 pés de louro (*Cordia hypolencæ*), 50 sassafrás (*Sassafrás officinale*) e dois cedros (*Credella fissilis*), de qual também semeávamos no canteiro (Spessatto, 2001, p. 74).

No dia 03/06/27, escreve: “nós plantamos bergamoteiras e sementes de pinheiro (*Araucária brasiliensis*)” (Spessatto, 2001, p. 77). No dia 26/06/27 afirma: “nas semanas passadas transplantávamos árvores frutíferas, mudas de figueira e 36 mudas de videira” (Spessatto, 2001, p. 77). Ou seja, demonstra como a prática de reflorestar era uma atividade desenvolvida, não apenas com o plantio de árvores frutíferas, mas principalmente de espécies nativas que compunham a vegetação da região. Está relacionada também à reprodução de plantas

consideradas úteis diretamente para a alimentação, não unicamente girando em torno da conservação da biodiversidade, mas representava práticas oriundas das relações humanas com a paisagem e da preocupação com a preservação ambiental.

No início dos tempos modernos, o predomínio do homem sobre a natureza era o novo paradigma ao qual se voltava a mentalidade humana. A partir do século XIX, porém, novas perspectivas aparecem como controvérsia, evocando dúvidas nas relações antropocêntricas frente à natureza na cultura ocidental europeia. É o que nos diz Keith Thomas (1998):

O estudo cuidadoso da história natural fizera cair em descrédito muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais viera à luz; e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passa a plantar árvores e cultivar flores para pura satisfação emocional (Thomas, 1988, p. 289).

A natureza produz sensações múltiplas que testemunham sentimentos diversos. O apego ou o sentimento de se sentir parte de um *habitat* natural determina e ajuda a explicar diversos sentimentos humanos na relação com a natureza, que são construídos culturalmente. Considerar a natureza um lar é uma forma de buscar sua preservação, assim como o orgulho de ver as plantas frutificarem e se transformarem em um mundo produtivo e próspero é uma forma de experiência que define as relações humanas com bons sentimentos na integração com a paisagem, justificando atitudes individuais ou de grupos em particular (Tuan, 2012).

Além de ações práticas, a preocupação com a preservação ambiental é apresentada na reflexão de Plaumann sobre natureza, a propriedade e a vida. Da mesma forma que a natureza exige de si proteção, os bens que envolvem a humanidade também necessitam ser protegidos por ela. É preciso que a humanidade use seus valores racionais, reconhecendo suas ações para evitar tudo o que pode ser prejudicial à própria espécie. Utilizar a capacidade mental de forma correta, é uma exigência da natureza para manter a aptidão à vida. É obrigação do povo e dos governos protegerem o espaço vital contra ações predatórias (Plaumann, 2022).

Nas relações com a pesquisa entomológica, Fritz Plaumann deixa claro seu modo de atuar, condenando as explorações da fauna para fins comerciais, descartando qualquer possibilidade de integrar suas pesquisas às finalidades da indústria. Com a atividade de pesquisa, na década de 1930 já tomado fama internacional, Fritz afirmava um caminho ético na relação com a natureza:

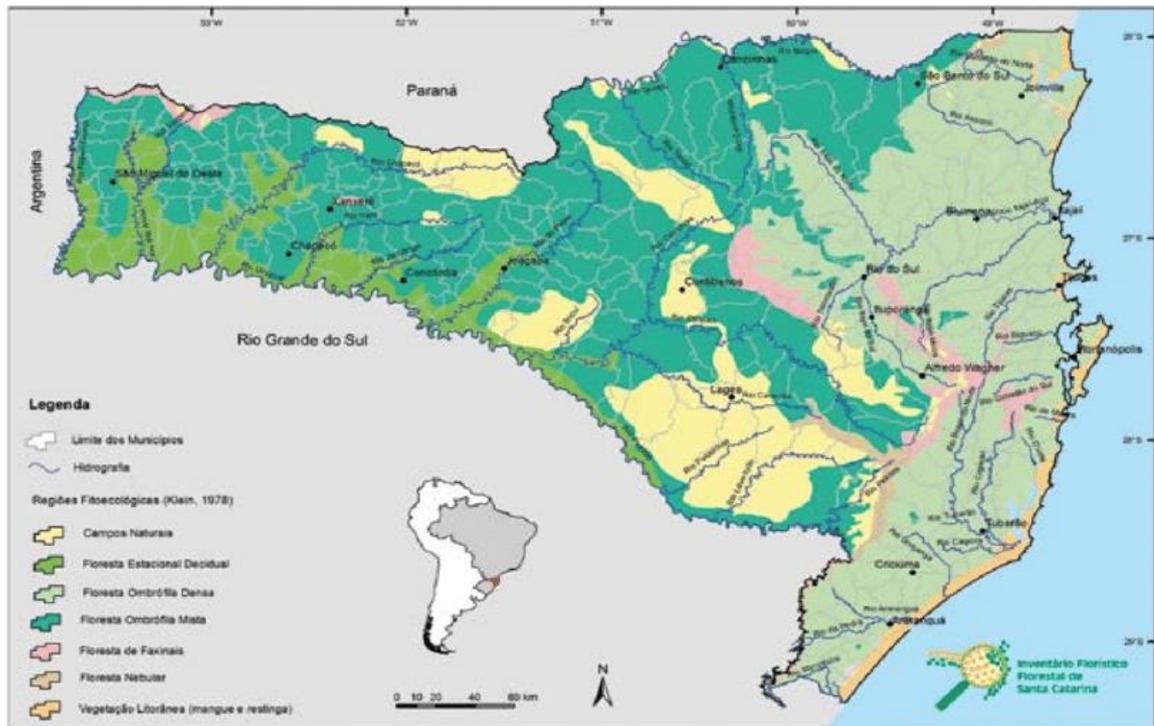
Eu sempre recebia pedido para fins industriais, que sempre rejeitava, trabalhando para fins científicos, e pretendia continuar nesse lema. Sempre lamentava esse massacre para fins industriais e não pretendia assumir responsabilidade em tal empreendimento (Spessatto, 2001, p. 102).

A constituição florística na qual está localizada os relatos de Fritz Plaumann, sendo o centro de suas ações, corresponde ao bioma da Mata Atlântica. No Oeste catarinense, têm destaque duas formações fitoecológicas: a Floresta Estacional Decidual (FED) ocupa 8,04% do território catarinense em uma área mais próxima a bacia do Rio Uruguai; a Floresta Ombrófila Mista (FOM) ocupa 44,94% do território. As duas somadas compõem mais da metade das florestas catarinenses (Salini, 2018).

A FED era conhecida pelos colonos como “mata branca”, o que a diferenciava da FOM, designada como “mata preta” por sua maior incidência de araucárias. A FED estende-se pelo percurso do vale do rio Uruguai, no seu curso médio e superior, avançando pelo leito de seus afluentes em uma altitude de 200 metros até 800 metros, podendo chegar a uma abrangência de até 50 quilômetros além do rio Uruguai nos leitos do rio Irani e Chapecó. Chama atenção nessas formações fitoecológicas as espécies madeiráveis, destacam-se na FED árvores como o louro, o cedro, o angico e a cabreúva, dentre outras (Nodari, 2012).

No Oeste de Santa Catarina, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED) são predominantes, como podemos ver dispostas no mapa:

Figura 15: Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina



Fonte: Vibrans *et al.*, (2012, p. 32). Metodologia do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina.

A FED se estende pelo eixo principal do Rio Uruguai, num intervalo de altitude entre 150 e 800 metros. Sua maior expressão ocorre justamente no Sudoeste do estado, avançando junto aos vales formados pelos afluentes do rio Uruguai, onde estabelece contato com a FOM, geralmente a partir de 600 metros de altitude. A área apresenta clima quente e úmido durante certa parte do ano, mas conserva por considerável período clima frio que impede o desenvolvimento de um número elevado de espécies tropicais. As florestas estacionais são comuns em áreas com forte sazonalidade e precipitações atmosféricas inferiores a 1600 mm anuais, principalmente quando há períodos de cinco a seis meses com volumes de chuva menores que 100 mm em média por mês. As áreas de abrangência da FED correspondem atualmente a uma floresta fragmentada em pequenas dimensões, sendo raras áreas contínuas com mais de 200 ha., por efeito da intensa colonização recente destas florestas (Gasper *et al.*, 2013).

É em meio a essa formação que define a paisagem florística, principalmente, com destaque para a FED, que a família Plaumann desenvolve seu modo de vida e Fritz Plaumann desenvolve suas observações, sendo a floresta um *habitat* rico para uma grande diversidade de animais que orientam e envolvem um conjunto de relações vividas.

2.5 A FAUNA TRANSPARECE NA PAISAGEM

A diversidade de animais que compõem a fauna encontrados na região de Nova Teutônia chamou atenção de Fritz Plaumann por vários aspectos, como o interesse pela pesquisa e a obtenção de conhecimento científico; os riscos causados para a saúde, para a vida humana, para a prática da agricultura e para as criações domésticas e a oportunidade da caça e da pesca para a alimentação. Na paisagem descrita por Plaumann, aparecem mamíferos, uma diversidade de aves, peixes e aqueles que se tornaram os objetos de sua pesquisa, os insetos. Muitas das espécies animais são descritas em seu diário acompanhadas do respectivo nome científico⁷. As representações da paisagem na relação com a fauna revelam as preocupações e os infortúnios enfrentados em meio a natureza selvagem.

No ano de 1924, primeiro ano dos Plaumann no Brasil, a família toda sofreu algum tipo de enfermidade, sendo a diarreia a que mais causou impacto nos afazeres cotidianos, exigindo repouso e cuidados. Outras dificuldades encontradas ocorreram pela presença de diferentes tipos de insetos na propriedade. Em um domingo, dia 30 de novembro de 1924, Fritz relata que encontrou uma grande aranha caranguejeira (*Grammostola mollicoma*), a qual matou. “Existiam também aranhas da superfamília “*Opilionoidea*”, com pernas compridas, corpo anguloso, de cor escura, quase preta, que exalava um fedor típico atroz, tão forte que obrigava a gente a abandonar o quarto” (Spessatto, 2001, p. 53). Fritz Plaumann descreve uma paisagem não apenas visual, mas constituída pelos odores que a fauna criava no ambiente.

Os problemas causados pelas aranhas junto da moradia não eram os únicos. No mês de dezembro de 1924, Fritz Plaumann relata “uma incrível calamidade: um ataque de pulgas que não deixava dormir. Em apenas um dia peguei 400 pulgas, no dia seguinte mais 250, fora as centenas que minha mãe, dia por dia, matava, jogando água fervendo sobre o chão” (Spessatto, 2001, p. 53). Não só as pulgas causavam desconforto, aos poucos foram surgindo outras situações. Logo, apareceram os bichos-de-pé, identificados com uma mancha redonda e um ponto preto, exigindo abrir a pele para extraí-lo. Sua mãe, quando percebeu o primeiro, já se encontrava com catorze na sola do pé.

No Natal de 1924, Fritz Plaumann escreve:

Para a calamidade das pulgas juntava-se a calamidade dos bichos-de-pé. Ainda continuava a matar, diariamente, de 20 a 50 pulgas. No dia anterior

⁷ Os nomes científicos de animais e plantas são utilizados no texto desta dissertação de acordo com a nomenclatura descrita no diário por Fritz Plaumann. Por questões diversas, podem ter sofrido alterações desde então, adquirindo outras nomenclaturas.

tinha um bicho de pé, e neste dia três, e três também o meu pai. Tanto mais sofria a minha mãe que tinha a planta do pé inchada, mesmo nos dedos da mão tinha essa praga. A fonte dessa miséria residia na bem paga ‘casa de moradia’, temporariamente ocupada por gente desconhecida, inclusive com cachorro (Spessatto, 2001, p. 54).

Outra situação com os insetos era a presença de moscas minúsculas quase invisíveis aos olhos (*Ceratopogonidae*), outras um pouco maiores (*Simuliidae*), ambas picavam causavam dores significativas. Também destaca a presença de mosquitos (*Cilicidae*) que na mata virgem existiam em diversidade. Sobre as moscas, Fritz relata:

Existia aqui um tipo de mosca (família *Oestridae*, gênero *Cuterebra*), cujas larvas alimentavam-se da pele dos seres vivos, tanto humanos quanto animais. Por enquanto, somente meu pai tinha um desses parasitas. Na Alemanha existiam espécies dessa família que atacavam o gado, mas não o homem (Spessatto, 2001, p. 59).

Os cupins (Ordem *Isoptera* e família *Termitidae*) eram outros insetos que causavam danos para os Plaumann, atacando a moradia. Em um episódio, os cupins destruíram as camas, consumindo a madeira sem que ninguém percebesse (Spessatto, 2001).

Havia também na localidade a presença de escorpiões (*Tityus ruficollis*). Em um dia Fritz relata ter matado seis deles. Certa feita, a senhora Plaumann arrumando a roupa em uma mala, fora picada no dedo, aplicando sucção na área picada com a boca e tratando com amoníaco líquido, por isso ela não teve problema. Seu pai encontrou um escorpião dentro do boné que seria usado por Fritz (Spessatto, 2001, p. 71).

Outro problema enfrentado pela ação de insetos ocorreu com as formigas. No domingo, 18 de janeiro de 1925, ao derrubarem uma árvore, constataram nela a presença de um ninho de grandes formigas (*Camponotus sericiventris*) de coloração preta e amarela: “Nesta manhã notamos que as formigas cortadeiras (*Acromyrmex Hispidus falax*) tinham cortado as folhas do pessegueiro” (Spessatto, 2001, p. 57). Na região, destaca também a presença de formigas cortadeiras denominadas de saúva (*Atta wollenweider*). (Spessatto, 2001).

A enorme diversidade de insetos, ou demais animais considerados pragas ou pestes pelos seres humanos, é uma característica importante da Mata Atlântica. Na relação com as práticas agrícolas, a que mais chama atenção é a formiga cortadeira, denominada de saúva pelos tupis. Os registros notáveis das saúvas são um lamento por sua voracidade sobre as plantações, com consideráveis evidências nas relações frente aos desígnios humanos em sua hegemonia perante a natureza, por interferir sobremaneira no cultivo da terra e na sobrevivência da nossa espécie (Dean, 1996).

O Gênero *Atta* de formiga é extremamente bem-sucedido – ele se espalhou por todas as regiões tropicais e semitropicais do Novo Mundo. Pelo menos cinco de suas espécies habitam a região da Mata Atlântica. Seu sucesso se deve a uma adaptação extraordinária: as formigas consomem exclusivamente um fungo, que cultivam em buracos subterrâneos. O fungo deve ser alimentado de folhas frescas, que elas colhem na superfície (Dean, 1996, p. 125).

Nas florestas primárias, o desenvolvimento de uma grande população de formigas é contido, mas o manejo humano na floresta favorece o seu desenvolvimento. As queimadas eliminam os predadores e reduzem o número de competidores, facilitando às colônias que se expandam, sendo comuns em florestas jovens e em crescimento ou ambientes de terras nuas. Suas filas são visíveis, carregadas de retalhos de folhas como mini guarda-sóis, deixam sulcos profundos no chão, destruindo tudo pelo caminho. O controle sobre suas populações é difícil, as saúvas têm hábitos noturnos e abrigos subterrâneos, assim como, pouco conhecimento se tinha para contê-las (Dean, 1996).

Apesar das preocupações e infortúnios, por outro lado, os insetos despertavam o interesse e fascínio de Fritz Plaumann, como no caso das abelhas. A experiência desenvolvida com a apicultura na Alemanha permitiu, já nos primeiros meses no Brasil, a domesticação de abelhas coletadas nas matas. Enquanto abriam terreno para a plantação agrícola encontravam as colmeias, coletavam o mel e o enxame, servindo para complementar a alimentação.

Para o mesmo propósito, muitas vezes recorriam à caça como uma forma de subsistência, como relata Fritz Plaumann, embora sua relação com os animais fosse diferente. Como ele afirma, tinha mais interesse em observá-los (Spessatto, 2001, p. 71). Nesse sentido, Fritz Plaumann apresenta a grande diversidade de animais encontrados. Muitas aves aparecem na paisagem observada por Fritz, como a jacutinga (*Cumana* ou *Penelope jacutinga*), descrita por ele com “um galináceo do tamanho de uma galinha doméstica” (Spessatto, 2001, p. 71). Os tucanos (*Rhamphastus dicolorus*), as saracuras (*Aramides saracura*), inambú (*Crypturus parvirostris*), corvo preto (*Catharista atrata*), o uru (*Odentophorus capueira*), baitacas (*Pionus maximiliani*), uma diversidade de pombos (*Oreopelia montana*, *Columba p. plúmbea*, *columba rufina sylvestris*), falcões (“quiri-quiri”, *Tinunculos* ou *Cerchneis sparveria cinnamonia*), açores (*Gavião Rupornis m. magnirostris*), quero-quero e biguá (*Carbo vigua*) ave que se alimenta de peixes. “Diziam que existia por aqui também, de raridade, o urubu branco ou rei (*Gypagus papa*)” (Spessatto, 2001, p. 65).

No cenário da caça aparece no retrato de Fritz Plaumann vários mamíferos. No dia 31/05/25, data de Pentecostes, cita: “peguei na armadilha de ferro, que trouxe da Alemanha, uma cutia (*Dasiprocta azarae*), tamanho de lebre, pertencente também aos “*Roedores-ciurómorfos*”, com orelhas curtas e quase sem rabo, pesando 3,5, com comprimento de 55 cm, altura de 25 cm” (Spessatto, 2001, p. 62). Com aquisição de chumbo e pólvora para a espingarda, além da armadilha, a caça para a alimentação melhorava as condições de vida, capturaram uma paca (*Coelogenis paca*), explica que é um animal parecido com a cutia, com as mesmas proporções, porém pesando cinco quilos. Aparece nos registros veado (*Cervus nemoricagus*), tapetis ou coelho brasileiro (*Silvilagus minensis*) e o veado pardo (*Mazama americana*). Registra também a observação inédita de um grupo de macacos (*Cebus fatuellus*) que se moviam pelas árvores da mata. Observa a presença de bugios (*Alouatta fusca*) e de antas (*Tapirus americanus*) (Spessatto, 2001).

Outros animais que chamaram a atenção de Fritz Plaumann eram as raposas ou gambás. Ele anota que, em certa noite, ao ouvirem barulho no galinheiro, encontraram um, que mataram a tiros: “Tratava-se provavelmente, de um “*Didelphis Paraguayensis*”. Medidas de corpo: 43 cm, com o rabo chegava a 67 cm, altura 22 cm. Esse bicho pertence à subclasse dos ‘Marsupiais’, que tem a bolsa marsupial para a qual a fêmea recolhe os 10 ou 12 filhotes recém-nascidos” (Spessatto, 2001, p. 61) Outro caso semelhante é observado com um felino, o tigre brasileiro, ou onça (*Feliz onza*) que atacou oito porcos e alguns cachorros de um vizinho nas margens do Rio Uruguai (Spessatto, 2001).

Os rastos das onças às vezes eram vistos pelo caminho. Mas um incidente que envolveu diretamente Fritz Plaumann ocorreu em um domingo, no dia 20 de junho de 1930. O episódio é descrito da seguinte forma:

Para matar o tigre que já tinha roubado, ao redor, tantos porcos e cachorros, um índio e dois brasileiros colocaram espingardas no mato como armadilhas. À noite a carga de bala feriu o tigre, que escapou. No dia seguinte, os três, tendo na frente o índio que tinha somente um braço, seguiam para a floresta. Quando o primeiro pulava sobre o tronco de uma árvore caída enfrentou-se com o tigre ferido, que ficou deitado atrás do tronco. O homem tentou dar um tiro com o revólver na cabeça do animal. O cartucho falhou e então, puxando o revólver para dentro da sua boca o tigre fechou-a, deu uma pancada e derrubou o homem no chão. Nesse momento chegaram seus companheiros e o tigre dirigiu-se contra eles. Com o disparo de cinco tiros os homens espantaram a fera, mas não era possível persegui-lo, visto que foi preciso socorrer o chefe que estava ferido e faleceu logo depois. No mesmo dia reencontraram o tigre a menos de cem metros daquele local. A carga da espingarda calibre 16 tinha ferido o animal bem perto do coração, não o suficiente para matá-lo imediatamente (Spessatto, 2001, p. 86).

Outros encontros de humanos com os felinos são observados. Fritz Plaumann registra que alguns dos seus cachorros que os acompanhavam nas expedições pela mata sofreram com ataques desses animais de maior porte. Outros felinos de porte menor também são registrados. Um dia Fritz pegou um gato do mato (*Feli macrura*) numa armadilha e seu vizinho atirou em uma jaguatirica (*Felis pardalis*), a qual Fritz Plaumann fez um registro fotográfico, datada do dia 12.10.1928.

Figura 16: Registro de uma jaguatirica fotografada por Fritz Plaumann em 1928.



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Fritz Plaumann também deixou registrada a armadilha utilizada para capturar os animais. No álbum fotográfico da década de 1930, a imagem da armadilha é descrita como “Armadilha para pegar tigre”.

Figura 17: Armadilha para pegar tigre.



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Naquele ambiente, o enfrentamento com a fauna era corriqueiro. Havia na paisagem os porcos do mato (Catêto: *Dicotyles Tayassu*) e os queixadas (*Dicotyles albirostris*), animais que podiam ter comportamento agressivo e atacarem, principalmente, os cachorros. As cobras apareciam com facilidade, muitas provocaram acidentes, levando cachorros à morte. Quando avistadas, geralmente eram mortas. As espécies destacadas são a cobra coral (*Micrurus curallinus*), a jararaca (*Bothrops jararaca*), urutu (*Bothrops alternatus*) e a cobra cipó verde (*Leptophis mexicanus*), entre outras. Para os casos de acidentes com cobras, Fritz Plaumann mantinha um estoque de soro antiofídico. Sobre a questão do soro, no mês de setembro de 1927, Fritz escreve em seu diário: “Recebi do Instituto Butantã, de São Paulo, soro contra as mordidas de cobras venenosas e aparelhamento para pegá-las e enviá-las ao dito instituto, que forneceu o soro em permuta” (Spessatto, 2001, p. 78). O contato com pesquisadores e órgãos de pesquisa foram importantes para o desenvolvimento de pesquisas sobre a natureza, permitindo a Fritz Plaumann ampliar seus conhecimentos e garantir certa segurança. Sobre o contato com o instituto Butantã não temos mais referências para aprofundar a relação entre ambos. Fritz também não revela detalhes sobre o manejo do soro, como técnica de conservação, por exemplo, mas destaca o seguinte:

Dia 8/01/29. Para casos de emergência eu sempre mantinha um estoque de soros para picadas de cobras. Naquela semana, chamou-me um vizinho, porque uma vaca havia sido picada há algum tempo. Apliquei três doses de soro, mas, infelizmente, tarde demais. Já não havia cura (Spessatto, 2001, p. 84).

As condições enfrentadas em meio a uma “natureza selvagem” num território de fronteira, com o isolamento e as eventuais enfermidades, preocupações com a alimentação, envolto em um ambiente estranho e por vezes ameaçador, de acordo com Tuan (2005), representam elementos que constituem uma “paisagem do medo”, o que “diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real” (Tuan, 2005, p.12). Desse modo, Tuan define paisagens do medo:

São as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana - mental ou material - é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos (Tuan, 2005, p. 12).

Como os riscos estão por todos os lugares, vento ou chuva, enchentes, ataques de animais, doenças ou uma invasão estrangeira, os seres humanos sentem a necessidade de controlar as forças caóticas que lhes causam algum tipo de ansiedade. Mesmo as fronteiras são mecanismos construídos para eliminar forças hostis e causar proteção, seja a cerca em um terreno, as portas e janelas de uma casa, ou as muralhas de uma cidade, as fronteiras aparecem porque as ameaças estão nos mais diversos lugares. Tornar o ambiente domesticado e sob domínio racional é também uma forma de controlar as forças do caos (Tuan, 2005).

Em meio a ansiedades e aos infortúnios, a mata se tornava um laboratório para os estudos de Plaumann. Nos primeiros meses em Santa Catarina, no início do ano de 1925, enquanto a família ia se adaptando ao novo ambiente, Fritz anota suas pretensões em relação aos estudos sobre a natureza: “Logicamente não podia começar já a formar coleções, mas já podia fazer observações a respeito da fauna e da flora ao redor, e sobre meio ambiente e ecologia, muito importante para o futuro planejamento de formar coleções” (Spessatto, 2001, p. 56).

No ano de 1931, menciona o andamento da pesquisa com os insetos: “A respeito da minha coleção entomológica em obra, preparava 400 espécies de borboleta e 250 espécies de besouros, material escolhida” (Spessatto, 2001, p. 91). Dois anos depois, no final de 1933, a coleção já contava espécies de borboletas, consideradas raras por Plaumann, possivelmente por não serem encontradas facilmente na natureza, como destaca: “A minha coleção contém agora

800 espécies de borboleta, entre essas raridades algumas como ‘*Prepona procheon*, *Prepona eugenes*, *Opsiphanesa sorsa*, *Papilio Lysithous*, ssp nova’, etc” (Spessatto, 2001, p. 94). Algumas são visíveis na figura 18, demonstrando a delicadeza e atenção, os nomes científicos cuidadosamente escritos e os exemplares dispostos com toda técnica necessária para a conservação.

Figura 18: Exemplares da coleção de Fritz Plaumann



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

Com o início da coleção, muitos dos exemplares coletados serviam de permuta para a aquisição de material de pesquisa, principalmente literatura para estudo. Era preciso também investir em matérias, desde alfinetes inoxidáveis que eram importados até madeira de cedro seca, para acondicionar a coleção e evitar mofo. O contato com universidades, principalmente da Alemanha, no início da década de 1930, deixou Fritz Plaumann otimista em relação à entomologia (Spessatto, 2001, p. 88).

A formação científica de Fritz Plaumann, dentro da tradição naturalista europeia, compreende a lógica de dispor o mundo natural de forma a ordenar e classificar as coisas dentro de um sistema que permite sua distinção. O uso do latim, por exemplo, é uma forma de descrever e classificar os elementos da natureza em uma linguagem universal. Os princípios da

coleção de Fritz Plaumann ocorrem com a coleta de exemplares da fauna, demonstrando seu interesse pelo conhecimento do mundo natural e pelo colecionismo e se dá com o desenvolvimento de experiências e estudos científicos tanto na Alemanha quanto no Brasil, assim como suas interações e trocas com pesquisadores de diferentes regiões do mundo. A partir da relação entre a natureza e a ciência, Fritz Plaumann vai desenvolvendo suas pesquisas na área da entomologia, aprofundando seu conhecimento sobre a fauna e a flora da região (Lubenow, 2015).

Nessa paisagem, a qual Fritz Plaumann registra e compartilha suas impressões, como ele mesmo analisa, não pode ser retratada de forma completa. Porém, podemos ver que além da fauna, da flora, do relevo e dos rios está a presença humana, tanto por seus vestígios observados na paisagem, como por sua presença no território. Encontram-se no ambiente a convivência indígena, está evidente a população cabocla que também se faz presente na paisagem, assim como o imigrante europeu. Vistos pelas lentes de uma câmera fotográfica, o subtítulo seguinte discute as representações da paisagem por meio das fotografias de Fritz Plaumann.

2.6 RETRATOS DA PAISAGEM POR FRITZ PLAUMANN

No acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann⁸, além da coleção de insetos, estão expostas algumas fotografias que remontam às memórias do entomólogo Fritz Plaumann, como um conjunto de materiais utilizados para as pesquisas científicas e dentre estes materiais há duas câmeras fotográficas. Em acesso restrito, estão os álbuns das fotografias que retratam as incursões pela natureza e demonstram detalhes da paisagem. Como afirma em seu diário, a fotografia era utilizada profissionalmente para fazer retratar pessoas, com a finalidade de complementar a renda da família, mas também para capturar o ambiente ao seu redor e para fins de pesquisas zoológicas.

⁸ Inaugurado em 23 de outubro de 1988, no Distrito de Nova Teutônia, o museu conta com mais de 80 mil exemplares de insetos, contendo 17 mil espécies diferentes, fruto da pesquisa e trabalho entomológico de Fritz Plaumann ao longo do século XX.

Figura 19: Museu Entomológico Fritz Plaumann – década de 1980.



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

As fotografias, como introduz Peter Burke (2004, p. 17), são testemunhas importantes ao serem constituídas como evidência histórica. Elas registram atos que tornam presentes elementos do passado sobre um dado momento ou elemento específico, nos quais só uma testemunha ocular poderia registrar. O ato de identificar e observar a paisagem, pelo olhar ou mesmo com o registro fotográfico, como nos chama atenção Simon Schama (1996, p. 17), pressupõe a presença daquele que direciona a visão, coordenada pela bagagem cultural que carrega. Além do mundo material que a fotografia revela, também está a subjetividade de quem guia a câmera fotográfica. Essa junção permite compreender a percepção de Fritz Plaumann como uma pessoa conectada com a natureza e o mundo material do qual fazia parte e preocupado em preservar a memória de suas experiências.

De acordo com Lubenow (2015, p. 16-17), a fotografia, para Fritz Plaumann “pode ser considerada uma ferramenta na observação do mundo natural”. Ela representa o olhar de Fritz Plaumann sobre a natureza na Alemanha, com paisagens rurais, urbanas e do meio ambiente de forma geral, apresentando a região de Pr. Eylau, Prússia Oriental, onde a família residia. Nesse cenário, é possível ver o lado urbano, assim como a paisagem rural.

Figura 20: Pr. Eylau (1918).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

O ambiente urbano se apresenta arborizado e com várias edificações e dele é possível ter uma vista panorâmica da cidade. Nas demais fotografias, estão registradas a moradia onde residia a família Plaumann, a imagem da catedral e a movimentação das pessoas pelas ruas. Nas paisagens rurais, há um detalhe importante no enquadramento das fotos. Em muitas delas, é possível identificar dois planos: um plano inferior, constituído por terra, muitas vezes, com um rio ou lago; e um plano superior, constituído pelo céu. Ambos os planos são divididos por uma linha central, composta por vegetação, arbustos e árvores de diferentes portes. Nelas, o reflexo das plantas transparece nas águas, formando uma paisagem duplicada. Essa técnica constitui uma marca nas fotografias de Plaumann, na qual a terra e o céu são colocados na mesma proporção dentro do enquadramento.

Figura 21: Paisagem rural da Alemanha (1919).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Em Nova Teutônia, Fritz Plaumann continua a fazer registros fotográficos, sempre com um olhar panorâmico sobre a paisagem. Nas décadas de 1920 e 1930, as fotos preservadas em seu acervo testemunham principalmente os elementos naturais, a floresta e os rios. Também eram focadas nos animais próximos ou abatidos pela caça, na diversidade de insetos e flores, nas plantações que se desenvolviam e nas residências que aos poucos se destacavam, permitindo identificar as transformações que eram provocadas na paisagem.

Além do foco na natureza, segundo Fritz Plaumann, no Brasil, a atividade fotográfica surgiu como meio de conseguir algum rendimento financeiro, sendo estimulada pelo promotor da comarca de Passo Bormann, também de origem alemã, no ano de 1925. Para iniciar o trabalho de forma remunerada, Friz pegou emprestado o material fotográfico de uma pessoa de Itá. Já após uma excursão a Passo Bormann, fazendo fotografias e cobrando metade do valor antecipado, rendeu dinheiro para adquirir material próprio (Spessatto, 2001):

Imediatamente, com esse dinheiro, encaminhei o meu primeiro pedido de material fotográfico a Porto Alegre. Em casa, preparava as cópias encomendadas. Logo fiz as entregas e recebi o restante do valor, aproveitando

a viagem para atender novos fregueses. E, assim que chegou o material, pude devolver o dinheiro emprestado. Por isto, resolvi fazer, de vez em quando, outras excursões, ampliando a distância (Spessatto, 2001, p. 65).

Para melhorar as relações sociais, Fritz Plaumann conta que buscava constantemente aprofundar o conhecimento da Língua Portuguesa. Para isso, sua estratégia era levar em seus bolsos uma folha de papel com anotações provisórias com papel dobrado, em um lado contendo palavras em alemão e, do outro, a tradução em português, aproveitando todos os momentos disponíveis para estudar a língua, na roça, em casa, ou nas viagens (Spessatto, 2001, p. 65). Além de permitir rendimento em dinheiro para a família, permitiu integrar-se ao país que emigrou e ter contato com os povos da região e suas diferentes práticas culturais.

Para construir uma clientela, precisou se deslocar por diferentes lugares, percorrendo a região que formaram os núcleos dos municípios de Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia, entre outros. A fotografia, nesse sentido, foi quem conduziu Plaumann, permitindo-lhe mapear a paisagem material, mas, principalmente, reconhecer um mundo humano, de culturas e tradições integrados à paisagem.

A relação com os povos indígenas é citada por Plaumann: “no caminho, comprei um pouco de jabuticaba de uns índios” (Spessatto, 2001, p. 51). Também resultaram em registros e trabalhos fotográficos. Como afirma Plaumann, em 1924, ele já havia feito fotos dos “bugres” (como se refere aos indígenas) e da arte deles, que consistia em fazer chapéus e bolsas. Também faz retratos dos povos caboclos da região: “Dia 13/06/25. Há alguns dias tinha batido fotos de duas famílias brasileiras e neste dia entreguei a elas os cartões encomendados. E este foi nosso primeiro rendimento no Brasil, quase sem continuação” (Spessatto, 2001, p. 62).

Figura 22: Indígenas Kaingang da região do Rio Irani.



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann (2001).

Na fotografia, estão representados um grupo indígena, sem especificação de data, em que é possível ver o trabalho artesanal desenvolvido por eles, com chapéus e cestaria, ao fundo uma plantação e a mata. Sobre a cultura material, Fritz Plaumann fez registro do trabalho artesanal produzido pelos indígenas, como mostra a Figura 23:

Figura 23: Artesanato indígena.



Fonte: O diário de Fritz Plaumann (2001).

A fotografia foi um meio que possibilitou o contato sociocultural de Fritz Plaumann com os habitantes da região. Por meio dela, é possível observar o contato interétnico, muitos elementos da cultura material e dos povos presentes na paisagem. De acordo com Lubenow (2015, p. 28), “pode-se dizer que a fotografia foi uma prática social, um modo de representação do mundo e para a região o ato de fotografar só se dava em momentos considerados importantes, como por exemplo, em casamentos”. Nesse sentido, há uma conexão entre o fotógrafo e o objeto fotografado, pela importância dada a ambos.

A câmera é apenas o aparato técnico utilizado para capturar o momento. Como diz Schama (1996), no instante do enquadramento, da escolha do objeto a ser fotografado e do cenário, é a cultura humana que demonstra sua face, suas percepções, deixando um legado de si e as memórias de gerações para a posteridade.

A cultura é o alicerce da fotografia, ou seja, uma dá sentido à outra. A cultura tem papel essencial como princípio para a criação, interpretação e apreciação das imagens fotográficas. Como expressão visual, a fotografia emerge dentro de contextos culturais que apontam não só o desenvolvimento técnico, mas percepções, atitudes, costumes, expressões e modos de vida das mais variadas sociedades. Portanto, ela é uma ferramenta, mas, antes de tudo, um produto cultural que preserva e transmite momentos cristalizados no tempo.

A fotografia é um instrumento de diálogo e atua como suporte da memória. Ao dialogar com a história, torna-se testemunha visual que ajuda a reconstituir e interpretar fatos e contextos da história humana. Carrega em si muitas significações, mas, a partir do momento que é representada em imagem, submetida a interpretações e idealizações, deixa de ser aquele momento capturado para constituir um novo momento, uma nova experiência (Sotilo, 2006).

As fotografias provam a presença, não só dos seres e objetos fotografados, mas do fotógrafo, aquele que direciona o registro, pois além de ver, ele se faz presente. A foto, portanto, representa o que o fotógrafo viveu. É um meio pela qual as pessoas podem ver e ser vistas na História, é a interpretação do fotógrafo em um dado contexto no qual encontra a si próprio, mas acima de tudo ao “outro”: “É uma História particular e coletiva, na medida em que se repete e que reflete sentimentos, valores, interpretações, processos identitários” (Passos, 2009, p. 2). Nessa perspectiva, a fotografia é o certificado de uma presença na História, contemplado principalmente pelo olhar de si e do outro dentro de certos contextos e realidades (Passos, 2009).

Para a história, no caso da paisagem, a fotografia de acordo com Burke (2004), é de grande utilidade para o reconhecimento, por exemplo, de um espaço e dos objetos materiais que estão agregados a ele, como construções, florestas e plantações. Torna possível, assim, o reconhecimento do passado atrelado ao meio ambiente. A paisagem é parte de um sistema cultural e seus observadores estão envoltos por percepções próprias de sua cultura. Fritz Plaumann demonstra em suas fotografias o interesse pela natureza que o envolve, sendo esta uma preocupação eminente em sua vida.

As fotografias de Fritz Plaumann nos deixam retratos que ampliam a compreensão da paisagem nas primeiras décadas da colonização, evidenciando os contrastes da vida na Alemanha e no Brasil, as características do relevo, a densidade da mata, as condições dos rios, a diversidade dos animais e as ações humanas que resultaram nas transformações da paisagem, como a prática da agricultura, o desenvolvimento de infraestruturas e a expansão das moradias nos núcleos coloniais.

A perspectiva colonizadora, definida pelos projetos coloniais concebidos por ações governamentais e privadas, não apenas arrancou os povos tradicionais de suas terras, mas tentou apagar suas memórias. Ao tentar apagar a presença dos povos tradicionais da paisagem, promove-se a desumanização de grupos que tinham na natureza a ordem material e espiritual essencial para a vida. Ao ir de encontro ao que é humano, admitir os povos tradicionais na paisagem significa não apenas olhar para a presença humana, mas acima de tudo, reumanizar a paisagem. Com as memórias de Fritz Plaumann trazidas para o debate presente, encontramos

uma paisagem a ser reumanizada, apesar de não ter sobrado muitos vestígios preservados no acervo do museu que remetem aos indígenas e caboclos, apenas algumas fotografias e os registros no diário.

A paisagem na área de estudo definida para a pesquisa passa por transformações consideráveis a partir da colonização, com a apropriação privada da terra e a divisão em lotes colônias. A colonização promove o aumento demográfico na paisagem, determinando relações mais exploratórias da natureza. A mata é convertida em recurso, dando espaço para a agricultura familiar. Os habitantes dos núcleos coloniais aos poucos impõem seus aportes culturais e suas dinâmicas sociais, desenvolvem infraestruturas, abrindo-se a dinâmica do comércio e do capital.

3 A PAISAGEM COMO RECURSO E AS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NA REGIÃO DE NOVA TEUTÔNIA

Pelo ponto de vista humano, a domesticação das plantas para o consumo, de acordo com Diamond (2009), é definida quando o cultivo, de forma intencional ou não, causa mudanças de ordem genética nas características de vida silvestre das plantas, tornando-as propícias à alimentação. Do ponto de vista das plantas, os mecanismos evolutivos de sobrevivência desenvolvem características para facilitar sua disseminação e garantir a continuidade da espécie: frutos doces, cores particulares, sementes leves ou grudentas, entre tantos outros elementos, são artifícios que possibilitam a expansão vegetal pelo ambiente (Diamond, 2009).

A questão da dispersão das plantas observada na Mata Atlântica ao perpassar das estações do ano promove o desenvolvimento de um volume denso de matéria produzida pela floresta. Naturalmente, há a formação de um substrato orgânico disponibilizado pelas plantas que permite suprir sua própria expansão, gerando um ecossistema fértil, sendo o *habitat* de milhares de organismos vivos que se mantêm em equilíbrio (Dean, 1996).

A domesticação das plantas e a intervenção humana no processo natural dá início ao que se convencionou chamar de agricultura. A agricultura moderna consiste num domínio consciente sobre as condições naturais das plantas, selecionando e reproduzindo as mais desejáveis e produtivas (Diamond, 2009). Dessa forma, entendemos que a agricultura é uma prática que está associada a questões culturais e sociais que, ao compreenderem os componentes naturais, transformam o ambiente para o cultivo e reprodução de plantas e animais úteis para alimentação. Pensando no avanço humano sobre a Mata Atlântica, Warren Dean observa que a adoção da agricultura alterou profundamente as relações com a floresta.

De modo geral, analisar o papel da agricultura e da pecuária nas relações humanas com a floresta ao longo da história do Brasil abrange toda conjuntura intensificada pelo processo do avanço colonizador. Tal análise deve considerar a dinâmica da natureza, as questões que envolvem o uso da terra e as transformações ecológicas, sociais e culturais que definem as formas de manejo impostas ao meio ambiente (Dean, 1996).

Na convergência entre a natureza e a cultura, levando em consideração seus confrontos e interações, a História Ambiental encontra substrato para desenvolver suas variadas perspectivas de análise. Assim, a partir das “tecnologias produtivas” e como elas reestruturam as relações ecológicas busca compreender “na análise sobre as várias formas com as quais as pessoas tentaram transformar a natureza num sistema que produz recursos para o consumo”

(Worster, 2003, p. 26). Em outras palavras, nos direcionando a essa abordagem, tratamos, neste capítulo, o estudo das diferentes tentativas humanas de transformar a natureza em algo para atender às suas necessidades, a partir de maneiras efetivas de controle e modificação para que a natureza gerasse mais recursos, o que provocou seus efeitos sobre a paisagem.

A agricultura é um meio implacável que os seres humanos dispõem para impor a sua cultura sobre a natureza e assegurar sua sobrevivência. As paisagens tendem a revelar tais relações como produto da ação humana que necessita encontrar meios de prosperar. Enquanto a agricultura não rende frutos, a caça e a coleta são o primeiro subsídio. Assim, a relação que se manifesta de forma intrínseca na paisagem é o apelo da sobrevivência humana enquanto espécie. Tanto as plantas como os animais acompanham a trajetória humana, constituindo fronteiras agrícolas nos territórios explorados. Para tanto, a natureza precisa ser superada, mas também compreendida.

Para este capítulo, buscamos entender a relação humana com a natureza a partir da abordagem sobre o uso dos recursos naturais no início da colonização de origem europeia em Nova Teutônia, território inserido em meio a Mata Atlântica que faz parte da região fitogeográfica que compreende a Floresta Estacional Decidual. Analisamos a relação imigrante com o meio ambiente, a caça e a pesca, a prática da agricultura, a domesticação e inserção de animais, o desenvolvimento técnico e de infraestrutura, avaliando o processo de transformação da paisagem.

3.1 A DOMESTICAÇÃO DE ABELHAS, A CAÇA E A PESCA

Neste subtítulo, observamos o uso dos recursos naturais como necessidade de subsistência entre os colonos, haja vista que a caça e a pesca complementam a alimentação enquanto a agricultura e a pecuária não eram suficientes. Abordamos a relação com a natureza a partir da domesticação das abelhas, na qual a natureza aparece enquanto produto e recurso capital, partindo da experiência de Plaumann ainda na Europa com a apicultura.

Em 1919, a família Plaumann mudou-se para a zona rural de Königsberg. Uma nova realidade surge para o jovem Fritz Plaumann, que então passa a desenvolver estudos sobre a agricultura, experimentando na prática a lida no campo. Nesse período, a crise econômica da Alemanha adquire proporções fora de controle, sendo severa com a população que vê o desemprego e o aumento da inflação afetar a vida de todos. Os Plaumann encontraram na

apicultura um meio de assegurar alguma subsistência. Tomada a decisão, iniciaram o trabalho para o apiário, preparando a estrutura:

Resolvemos instalar uma apicultura moderna. Faltava material para a colmeia, cercar o terreno. Também seria necessário instalar um abrigo para proteção durante as baixas temperaturas do inverno. Para pouparmos despesas, demolimos o galpão, que estava em uso. Cortamos as vigas mais grossas, com 30 cm de diâmetro longitudinal, em quatro peças, para servir como mesas suporte (Spessatto, 2001, p. 28).

Adquiriram máquinas para retirar os favos, prensa para fazer de forma artificial os fundos dos favos, recipientes para acondicionar e transportar o mel. Enfim, todo o material necessário para a atividade de produção e comercialização do mel. No outono de 1920, compraram e instalaram as primeiras colmeias habitadas. Na imagem a seguir, temos um retrato tirado por Fritz Plaumann, no ano de 1924, que apresenta como estava organizado o apiário da família.

Figura 24: Colmeias de Plaumann em Koenigsberg - Alemanha (1924).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

A atividade da apicultura, desde o início, ficou sob responsabilidade de Fritz Plaumann. Um cavalo foi comprado para o serviço agrícola, com a finalidade de arar a terra e transportar

o mel até a estação ferroviária. Aprender técnicas agrícolas na prática, como arar a terra com um só cavalo, ceifar o centeio de prado ocupavam seus dias de labuta. As colmeias prosperavam, gerando uma superprodução de mel, porém, o mel vendido na cidade recebia um valor relativamente baixo. Os comerciantes da cidade o revendiam para as grandes cidades do Sul da Alemanha. Em busca de um preço mais favorável, contatou uma empresa em Leipzig, cidade do lado oposto da Alemanha em relação a Königsberg, onde o valor pago era maior (Spessatto, 2001).

Assim, o mel era despachado via ferrovia, em vasilhames de 50 quilos. Com o passar dos anos, como observado na fotografia tirada do apiário em 1924, as colmeias iam se desenvolvendo naturalmente, com manejo apropriado e aproveitamento dos enxames, conseqüentemente aumentavam os resultados na produção de mel (Spessatto, 2001).

Com a produção de mel e a vida segura em uma pequena propriedade rural, os Plaumann possuíam uma modesta subsistência, mas com a inflação, no ano de 1923, atingindo valores elevados, houve a constatação de que a pobreza seria inevitável. Nesse contexto, nasce a possibilidade de emigrar, e assim iniciar uma nova vida em terras estrangeiras. A propriedade foi vendida, e o Brasil definido como o destino para um novo recomeço na vida dos Plaumann (Spessatto, 2001).

As abelhas possuem importância fundamental para a manutenção dos ecossistemas, bem como para a agricultura por oferecer um serviço essencial à natureza e aos seres humanos: a polinização. O surgimento das abelhas na natureza está relacionado a algumas mutações de espécies vegetais que facilitam a localização de suas flores, que, visíveis aos polinizadores, aumentavam suas chances reprodutivas. Nessa relação, ocorre uma coevolução das plantas e dos seres polinizadores. O melhor exemplo dessas relações é o da abelha. As abelhas não existiam há 130 milhões de anos e os animais mais próximos eram as vespas, insetos que se alimentavam de outros insetos. Com o pólen das flores, algumas espécies de vespas da família *Sphécidae* evoluíram até formar um grupo distinto, as abelhas. Essa explicação da evolução biológica se dá por estudos que constataram que não há registros de fósseis de abelhas anteriores à existência das flores, e sem flores, não há abelhas (Bonfim; Oliveira; Freitas, 2017).

O processo evolutivo deu origem a mais de 20 mil espécies de abelhas e a cada ano novas têm sido descobertas. O *habitat* das abelhas melíferas é amplo, inclui diferentes regiões, desde um ambiente com clima deserto, até uma floresta tropical. A diversificação de clima e vegetação deu origem a várias subespécies de abelhas, adaptadas a diversas condições ambientais. (Bonfim; Oliveira; Freitas, 2017).

A extração do mel para a alimentação é uma prática antiga que remonta a pré-história. No Brasil colonial, os povos indígenas apresentavam diferentes relações com as abelhas, enquanto alguns destruíam as abelheiras, outros possuíam a habilidade de rastrear uma abelha em pleno voo para conduzir-lhes até a colmeia. Alguns extraíam o tronco da planta que abrigava a colmeia e levavam consigo até sua morada, também era comum a coleta dos enxames em cabaças ou porungas para a domesticação, embora a apicultura como técnica moderna de criação de abelhas não definia a relação dos indígenas com esses insetos (Holanda, 1994).

Logo estabelecidos no Brasil, Fritz Plaumann vai ter contato com as abelhas justamente em meio à mata. Quando abriam caminho para iniciar as plantações no período final do ano de 1924, os empreitados que auxiliavam na roçada do terreno encontraram um ninho de abelhas de coloração amarela, conhecidas por eles como “jaty”:

Os empreitados terminaram a roçada, tinham encontrado um ninho de pequenas abelhas amarelas, com o nome vulgar de jaty (*Tetragonissa jaty*). Por fora somente era visível a pequena entrada formada por cera, no tronco de uma árvore recém-derrubada. Abrindo a pequena colméia, colhemos dois quilos do gostoso mel. Também levava para casa o alvéolo com a criação, colocando-a numa caixinha, na esperança de progredir (Spessatto, 2001, p. 53).

Houve progresso, e no início de janeiro de 1925, Fritz Plaumann relata que as abelhas “jaty” colhidas naquela oportunidade já estavam em atividade (Spessatto, 2001).

No mesmo período, encontraram no tronco de outra árvore que haviam derrubado, uma colmeia com pequenas abelhas de outra espécie, de cor preta (*Apidae - Meliponinae*). Novamente, dois quilos de mel foram colhidos e os alvéolos coletados para serem domesticados. Com pouca esperança de progresso, foram levados para casa, mas essas, como suspeitado, não progrediram. Na Páscoa de 1925, ocorrida no dia 12 de abril, para ter algo de que passar no pão, foram colhidos meio quilo de mel das abelhas jaty, pois não havia toucinho nem banha de porco. Assim, aos poucos, as abelhas extraídas da natureza e domesticadas, ofereciam um pouco de subsistência à família Plaumann. Em janeiro de 1927, Fritz relata que houve um bom progresso com a criação de abelhas: “Depois de muita espera, tiramos 15 kg de mel de nossa colmeia. Afinal, conseguimos vender a parte da colheita que se achava depositada” (Spessatto, 2001, p. 76).

Em 1928 faleceu o patriarca da família Plaumann. Nessa época, alugaram a propriedade do comerciante Alb Pletsch, em Nova Teutônia, realizando então a mudança para a nova residência. As colmeias também seguiram com os objetos da mudança para a nova casa, mas

ocorreu um revés. O relato de Fritz Plaumann nos dá uma ideia do desenvolvimento da apicultura nesse período: “Infelizmente, ladrões haviam roubado o mel e uma colmeia estava totalmente quebrada. Duas delas tiveram que ser entregues para o pagamento do transporte, de modo que sobrava para mim somente quatro” (Spessatto, 2001, p. 83).

No ano de 1934, em maio, Fritz Plaumann relata “outra grande e desagradável surpresa: o colmeal tinha caído”. Após um período de grave seca, de rachar o solo, houve uma forte chuva que amoleceu a terra, fazendo ceder as vigas de sustentação pelo grande peso exercido pelas colmeias, levando tudo ao chão: “Um triste aspecto: os pisos das colmeias, as próprias colmeias, as caixas de mel e as tampas: tudo achava-se misturado”. Após a reparação, Fritz observa que o prejuízo acabou sendo pequeno graças ao frio e ao tempo chuvoso. Apenas uma colmeia quebrou e as favas continuaram intactas. O resultado foram várias picadas de abelhas: 30 passaram com seus ferrões pela roupa molhada (Spessatto, 2001, p. 83). Tal passagem revela o zelo e o sentimento de Fritz Plaumann para com as abelhas.

Nos anos 1930, Plaumann aumentava sua dedicação com a entomologia. As abelhas e a prática da apicultura fazem parte da determinação e direcionamento em aprofundar os conhecimentos no estudo dos insetos. A ordem Hymenóptera, da qual as abelhas se inserem dentro da classificação zoológica, de acordo com o inventário do Museu Entomológico Fritz Plaumann, realizado por Silva (1998), apresenta os seguintes dados: Número de gêneros: 123; Número de espécies: 157; Número de morfoespécies: 718; Número de exemplares: 9.792; Número de exemplares indeterminados: 7.898. Considerando que grande parte da coleção foi constituída nas excursões pelas florestas do Oeste de Santa Catarina, as abelhas são insetos representativos na paisagem, importantes na vida de Fritz Plaumann e da natureza.

Na relação com a natureza, mais preocupado com os suprimentos para a alimentação da família, a caça representava ter algo para comer. Enquanto a agricultura não gerava provisões, a caça foi a alternativa. No dia 25 de novembro de 1924, na época em que a família ainda organizava a mudança e iniciava o plantio do milho, Fritz Plaumann relata que para o almoço de domingo a família possuía apenas um pouco de charque. Nesse dia, atirou em uma saracura. Armas de fogo e armadilhas eram o meio utilizado para a caça. Uma das armadilhas, inclusive, havia sido trazida da Alemanha. No dia 16/07/25, Fritz Plaumann escreve o seguinte sobre a caça:

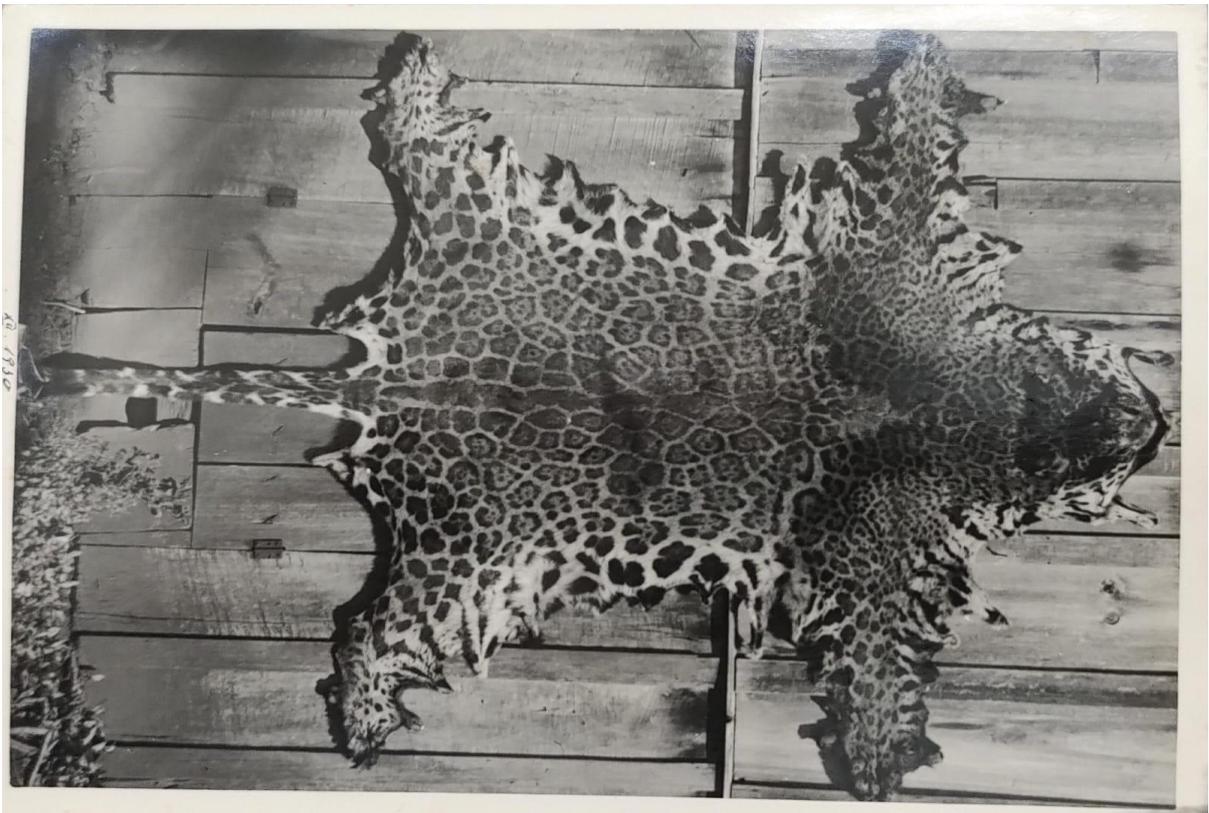
Com a armadilha, chumbo e pólvora para a espingarda, melhorava muito a caça, fornecendo carne para a cozinha. Resolvi registrar os animais antes não registrados. Pegávamos paca (*Coelogenis paca*) semelhante à cutia, também quase sem rabo. Não era possível tirar a pele deste animal, tinha que ser tratado

com água fervente, como um porco. A carne é gostosa. O animal que pegamos media 55 cm, tinha altura de 25 cm e pesava 5 kg (Spessatto, 2001, p. 65).

Os registros dos animais, muitas vezes, apresentam anotações das suas características e medidas. Um resumo contendo o registro da caça com o nome e a quantidade dos animais abatidos aparece no diário nos meses finais dos anos de 1925, 1926 e 1927. As aves e os mamíferos são os mais citados. A lista nos deixa observar a diversidade de espécies encontradas na região. Algumas espécies eram abatidas pelo risco que causavam, como as cobras e os felinos, bem como pela ameaça causada para as criações de galinhas e porcos, como os gaviões, os gambás, os gatos do mato ou algum felino de grande porte.

Na região, também havia o comércio de peles, como revelado: “Há alguns dias eu havia atirado em um veado pardo (*Mazama americana*), com a altura de 60 cm, comprimento de 100 cm e peso de 40 kg. Somente o couro valia 12,00” (Spessatto, 2001, p. 74). Entre as fotos do acervo, encontramos o retrato da pele de uma jaguatirica (Figura 24).

Figura 25: Pele de jaguatirica (1930).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Apesar da caça ser uma fonte importante nas provisões alimentares e aparecer como possibilidade de algum retorno econômico, Fritz Plaumann deixa claro sua percepção: “eu nunca fui um caçador apaixonado, mas sim um observador” (Spessatto, 2001, p. 71). Em um momento marcado em seu diário, registra um pequeno incidente com uma espingarda calibre 12, quando, ao atirar em um gavião, com o rechaço da arma, acabou quebrando a clavícula, no mês de janeiro de 1929.

A pesca também era fonte importante de alimentação. As relações sociais com os vizinhos contribuía com a adaptação e a subsistência. Em certo dia, indo comprar ovos na casa do vizinho Alcides Dutra, ganhou um peixe que o vizinho havia pescado. Alcides é citado em várias ocasiões, considerado por Plaumann um vizinho muito importante para sua família. Sobre as habilidades de pesca e as técnicas disponíveis, temos o seguinte relato:

Páscoa, 04/04/26. Depois das últimas chuvas o nível do Rio Irani subira um tanto e o nosso vizinho Alcides, aproveitando essa ocasião, pegou no seu ‘paris’ – uma enorme construção tipo cesto amarrada na corredeira do rio – mais de 100 peixes e, por sua gentileza, recebemos de presente seis peixes de 1 kg cada um (Spessatto, 2001, p. 70).

Os rios são elementos importantes da paisagem do oeste catarinense, sendo recurso para a prática da pesca. No Brasil como um todo, a riqueza hidrográfica possibilitou o uso dos rios para a subsistência de muitas populações. Cabe destacar a técnica utilizada, o emprego do “paris”, que aparece como técnica desenvolvida pelos colonos europeus na expansão para o interior, podendo ser um meio nefasto, pois prende uma grande quantidade de peixes, como exposto por Sérgio Buarque de Holanda (1994), na obra *Caminhos e Fronteiras*. Esse recurso técnico também foi incorporado pelos indígenas, mas seus meios de pesca não eram tão agressivos quanto os utilizados pelos portugueses. Com a dificuldade de adquirir material, Fritz Plaumann expôs que não possuíam nem anzol para pescar, portanto, a técnica do “paris” dava resultados e os peixes acabam sendo compartilhados.

De acordo com Salini (2018), a pesca era uma atividade de subsistência muito presente na dieta alimentar dos colonos nas primeiras décadas da colonização do Oeste de Santa Catarina como um todo: “A formação hidrográfica da região composta por inúmeros rios, riachos, lajeados, apresentavam grandes quantidades e variedades de peixes” (Salini, 2018, p. 55). Jundiás, pintados, lambaris, cascudos, entre tantas outras espécies de peixes demonstram a abundância da pesca encontrada pelas famílias dos (i)migrantes. Ademais, representam as relações de cooperação e solidariedade entre as famílias, que encontravam fartura em meio às condições naturais e compartilhavam entre parentes e vizinhos, tornando-se um hábito social,

transmitido de geração em geração. Desse modo, a exploração da natureza contribuiu com a alimentação e a sobrevivência de muitas famílias, porém, como consequência, consumiram com a fauna local, interferindo no equilíbrio dos ecossistemas (Salini, 2018).

A pesca é retratada por Fritz Plaumann, como evidente na figura 26, na qual a família Klein exibe o resultado. Nas margens do rio, todos em pé sobre um barco, observa-se a grande proporção de peixes, com tamanhos variados, fonte fundamental para a subsistência de muitas famílias no contexto da colonização de Nova Teutônia.

Figura 26: Pesca da família Klein – foto de 1929.



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Observa-se na colonização, pelos relatos de Fritz Plaumann, a aquisição de outros hábitos, como desenvolver novas relações sociais e com a natureza para assegurar a subsistência da família. A princípio, foi necessário aprender a viver na floresta, enfrentar suas peculiaridades e compreender a lógica de um ecossistema diferente. A alimentação dependia dos produtos da

natureza, encontrados na caça de animais típicos das florestas brasileiras, na pesca, na extração do mel, na coleta e aquisição de frutas nativas, no cultivo de plantas como o feijão e a mandioca. Leite, ovos e carnes de gado ou porco, em princípios não eram facilmente encontrados pelos Plaumann. A busca por produtos de subsistência aumentou as relações sociais com os vizinhos, que, quando possuíam em quantidades para venda, eram negociados, mas nem sempre aconteciam. Teve situação em que foi preciso alugar o cavalo do vizinho Alcides para ir até Nova Teutônia buscar mantimentos: “O aluguel foi de 4,00 por dia. Eu trouxe açúcar, farinha e até um pedacinho de linguiça. O vizinho mencionado prometia arrumar gente para roçar a capoeira” (Spessatto, 2001, p. 51). Nessa viagem, inclusive, foi quando comprou jabuticaba dos índios. O desenvolvimento das criações de animais e das plantações teve a colaboração dos demais habitantes da época, inserindo as primeiras galinhas e porcos na propriedade dos Plaumann ou como trabalhadores contratados para o preparo da roça.

Como escreve Fritz Plaumann, no dia 23 de novembro de 1924: “Minha mãe tentava cozer o pão feito com três partes de farinha de milho e uma parte de farinha de trigo no forno feito pelo primeiro morador (de pedra bruta)” (Spessatto, 2001, p. 48). Assim, o trigo e o centeio foram substituídos pela farinha de milho, que precisava ser comprada nos moinhos da região, cujas distâncias precisam ser percorridas com muitas dificuldades. “Dia 22/04/25. Compramos o primeiro porco de 16 kg por um preço muito elevado e neste dia mais um de 30 kg do senhor Albino, que prometia trazê-lo no dia seguinte. Começavam a amadurecer as primeiras frutas da goiabeira” (Spessatto, 2001, p. 61).

Nesse sentido, os relatos de Fritz Plaumann, apesar de ele se declarar com pouco entusiasmo a respeito da caça, vão ao encontro dos usos exploratórios da natureza desenvolvidos no percurso colonizador, reafirmando os hábitos, as técnicas, as relações sociais decorrentes e o modo de vida que encontra na natureza os mecanismos de prosperar economicamente e socialmente. No caso de Plaumann, além disso, a natureza se torna objeto de pesquisas e aprofundamento de saberes científicos e um espaço de reflexão sobre a necessidade de preservação.

3.2 OS USOS DO ECOSISTEMA: AGRICULTURA E PECUÁRIA EM MEIO À FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL

A agricultura como produto da cultura e do trabalho humano sobre os ecossistemas não ocorre de forma alheia ao meio natural, as culturas agrícolas são incorporadas aos ecossistemas. Worster (2003, p.18), de forma genérica, define ecossistema “como uma entidade coletiva de

plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não-vivente (abiótico) num dado lugar”, que existe e trabalha em conjunto para criar meios de sobrevivência a todos. O trabalho humano, ao intervir nessa ordem, constrói um ambiente reorganizado para propósitos agrícolas, estabelecendo um “sistema domesticado” altamente dependente do mundo natural (Worster, 2003).

O sucesso da cultura sobre a natureza está na expectativa colonizadora de que as condições da paisagem sejam favoráveis ao progresso humano. A preocupação iminente do processo colonizador é encontrar terras promissoras, ou seja, férteis o suficiente e com condições climáticas favoráveis para o desenvolvimento de meios de subsistência, como a agricultura e a pecuária, lançando mão de um conjunto de ferramentas e técnicas disponíveis para a empreitada. Assim, a visão prática do progresso colonizador é instruída na razão do acúmulo de capital, em contraste às práticas tradicionais menos exploratórias na relação com a natureza.

O uso de diferentes técnicas e novas relações de trabalho fundamenta-se na necessidade de melhorar as condições materiais, seja por meio de estruturas comerciais ou pela ampliação de infraestruturas, como moradias e estradas, o que trouxe implicações diretas na paisagem já nos primeiros anos da colonização, ocorrida na década de 1920, nota-se a intensa sobreposição da cultura sobre a natureza. Nesse sentido, como sugere Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997, p. 313) “para o historiador é fundamental perceber, para além da visão funcionalista do progresso, as contradições e os efeitos aleatórios de alterações técnicas no processo de trabalho e seus reflexos, desejados ou não, sobre a paisagem”. Ou seja, é importante observar os efeitos inesperados que as mudanças técnicas no trabalho podem gerar, e como essas transformações impactam a paisagem, seja de maneira planejada ou não.

Os usos da Mata Atlântica por sucessivos grupos humanos, de acordo com Oliveira (2007), deixam uma série de elementos culturais observados na floresta, relacionados a agricultura, a caça, a extração madeireira etc., seja com a prática da coivara comum da cultura indígena ou com a inserção de novas plantas e animais pelo fluxo de diferentes grupos étnicos. Tais fatores alteraram substancialmente a ordem natural dos ecossistemas e transformaram as condições da paisagem pretérita da Mata Atlântica. Contudo, quando se analisa de fato as grandes transformações desses ecossistemas, se dá mais ênfase aos grupos que causaram maior impacto do que os que o antecederam, é o caso da colonização (i)migrante (Oliveira, 2007).

Analisando os relatos apresentados inicialmente por Fritz Plaumann, eles aparecem na lógica colonizadora de encontrar na natureza meios de subsistência. A princípio com a escolha de um lote rural nas margens de um rio, com fontes de água potável e de terras férteis

proporcionada pela paisagem dos vales. A prática agrícola é o passo seguinte, com o preparo do terreno e o plantio das primeiras sementes, como registrado no mês de novembro de 1924, logo após o dia 15, quando houve a mudança definitiva da família Plaumann para o lote adquirido:

Quando terminamos de limpar a capoeira queimada, começou a trovejar. Neste dia plantamos o primeiro feijão preto. Depois do meio-dia o pai foi a Nova Teutônia para buscar a panela esquecida e fazer pequena compra, enquanto eu limpava mais um trecho do terreno. No dia seguinte roçava outro tanto de capoeira. Meu pai voltou depois do meio-dia. [...] Domingo, dia 23 de novembro: para o almoço tínhamos apenas um pouco de charque, faltava feijão e batatinhas. À noite, adoeceu meu pai de diarreia forte e febre. Pela manhã plantei o primeiro milho e atirei em uma saracura (*aramides saracura*). À tarde, também eu adoecei da mesma diarreia (Spessatto, 2001, p. 48).

De acordo com Relly (2020), em território prussiano, a população rural tinha como prática a agricultura em áreas de florestas. Para os alemães que se mudaram para o Brasil, este tipo de manejo era de certa forma comum. As formas de manejo nas florestas alemãs desenvolviam a agricultura e o pastoreio e suas práticas “combinavam agricultura de centeio, aveia, trigo sarraceno (*Buchweizen*) e batatas, extração da casca do carvalho para curtimento de couros, uso da madeira dos carvalhos e faias para carvoaria e pastoreio animal nas áreas desmatadas” (Relly, 2020, p. 8). O uso do fogo era comum, por proporcionar matéria orgânica para o solo como fonte de adubação e calagem. A questão do uso do fogo foi largamente utilizada nas regiões leste da Alemanha como manejo para as atividades agropecuárias, fato que se repetiu no Brasil. Em essência, a lógica do trabalho agrícola possui as mesmas razões, o que propõe uma aproximação à agricultura praticada pelos alemães no Brasil e na Europa. Outro fator que demonstra tal relação também é observado pelas características das florestas no sul do Brasil: “os usos agrícolas e multifuncionais das florestas do mundo camponês germânico estavam intimamente associados às florestas caducifólias temperadas que, através de aguda decidualidade, geravam recursos aos agricultores” (Relly, 2020, p. 8).

Por mais que a lógica agrícola possua os mesmos princípios, os colonos instalados no Brasil se deparam com condições socioambientais diferentes. Fritz Plaumann destaca tal fato ao refletir sobre as condições na sua primeira experiência no lote colonial em Sede Irani:

Domingo, 28/12/24, comprei do senhor Albino 50 kg de farinha de milho, já que ele não tinha encontrado outros mantimentos. Um filho dele levou a compra para nossa casa e prometeu buscar banha de porco no dia seguinte. [...] No outro dia, pela manhã, aumentamos a nossa plantação de milho.

Depois do meio-dia fui até o senhor Albino, que não tinha encontrado a banha, mas me indicou uma pessoa que deveria ter o produto para vender. Resolvi deixar para o outro dia, já que estava ficando tarde. Comprara quatro galinhas, duas pude levar comigo e o restante ele arrumaria depois. Entregou-me também uma pequena lâmpada de querosene antes encomendada (Spessatto, 2001, p. 55).

Em sua juventude na Alemanha, Fritz Plaumann menciona que desenvolveu estudos sobre a agricultura, adquirindo conhecimento relativos a práticas de cultivo e administração de uma propriedade agrícola. Em Nova Teutônia, como afirma em seu relato, se deparam com condições ambientais totalmente adversas ao ambiente do qual possuíam ciência e estavam habituados. Nessa nova terra, foi exigido aprender outros métodos, o que envolvia outras culturas agrícolas, diferentes técnicas de cultivo, adaptação às condições da natureza, como o clima, a fauna, a flora, o relevo, as doenças e o isolamento, até mesmo o sistema métrico gerava dificuldades de compreensão.

Nos primeiros anos em Nova Teutônia, a agricultura foi a condição entendida para satisfazer as necessidades básicas de alimentação e orientou as relações socioambientais. A adaptação ao ambiente, como destacado por Fritz Plaumann, no que diz respeito às condições naturais, faz menção ao clima quando se refere às questões como a precipitação de chuvas e ao calor, sendo diretamente relacionadas ao trabalho agrícola. Os problemas de saúde também são apresentados como preocupação pelo impedimento que as enfermidades provocavam, interferindo na rotina de trabalho, assim como muitas das condições da região observadas por Plaumann estão relacionadas ao isolamento da região, à falta de recursos e técnicas, como animais para criação, sementes, mudas e ferramentas para o plantio. As novas práticas agrícolas exigiam desde o improvisado de ferramentas, pela falta de enxadas, ou mesmo a dificuldade de conter as formigas cortadeiras, até a falta de animais de carga.

A forma de manejo imposta pelos (i)migrantes do século XX, a princípio com o uso de técnicas como a derrubada da floresta (Figura 27) e o uso do fogo (Figura 28) para o cultivo agrícola, aos poucos converteu o ecossistema natural em um sistema domesticado. Fritz Plaumann testemunha com sua fotografia esse processo sendo posto em prática pelos colonizadores:

Figura 27: Retrato tirado por Fritz Plaumann de parte da floresta derrubada (década de 1930).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Com o avanço agrícola sobre a floresta, as árvores nativas são postas ao chão, muitas vezes, sem utilização da madeira, que era deixada no solo à mercê do fogo ou a decompor-se. Na mesma proporção que as árvores caem, a roça vai surgindo em oposição à floresta.

A derrubada da floresta, de acordo com as pesquisas de Nodari (2012), nos primeiros anos da colonização, tinha como principal justificativa a limpeza da terra para o desenvolvimento do cultivo agrícola e era uma das principais razões da vinda dos colonos para a região. As técnicas de derrubada eram simples, geralmente, com o uso do machado ou serra manual. Utilizava-se tração animal para remover as toras maiores, enquanto galhos e árvores menores eram queimados ou deixados para apodrecer no local da derrubada (Nodari, 2012).

Além do mais, como aponta Salini (2018), os colonos são orientados por uma forte ética do trabalho. A terra era um grande patrimônio que necessitava ser trabalhado para garantir o sustento da família. Ou seja, a dinâmica do trabalho e do cultivo leva em conta que a pequena propriedade familiar é o espaço da família e de sua permanência.

Figura 28: Retrato tirado por Fritz Plaumann de parte da floresta incendiada (Década de 1930).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Figura 29: Retrato registrado por Fritz Plaumann sobre a prática agrícola (década de 1930).



Fonte: O Diário de Fritz Plaumann

A paisagem retratada na fotografia apresenta um cenário de intervenção humana sobre a natureza, configurando uma paisagem cultural em meio a um ecossistema devastado. Fica evidente o manejo da área utilizando a técnica do fogo, visível nas cinzas e no carvão sobrepostos ao solo. O tronco das árvores demonstra o uso de ferramentas de corte para a derrubada das árvores. Em meio ao que restou de uma floresta, com a terra relativamente limpa, um colono desenvolve o plantio de sementes com uma máquina manual, conhecida popularmente como plantadeira “pica-pau”, assim denominada pelo som que projeta, parecido com o estalo produzido pelo bico da ave em contato com o tronco das árvores. No local onde havia uma floresta, com o ferro das ferramentas de corte, o crepitar do fogo e o estalo da máquina, a paisagem se converte em cultura agrícola e, logo, as folhas verdes da plantação irão configurar uma nova paisagem, com as marcas delineadas pelas mãos humanas.

Figura 30: Retrato tirado por Fritz Plaumann com a floresta convertida em área agrícola (1940).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

A paisagem rural, aos poucos, vai sendo construída por traços culturais ligados às relações de trabalho praticada pelos colonos, em contraste com a mata, deixando novas linhas e formas no espaço geográfico, com outro padrão estético.

O progresso das culturas agrícolas era uma preocupação importante na empreitada colonizadora, como Fritz Plaumann deixou transparecer nas relações socioambientais, nos primeiros meses do ano de 1925:

Nestes dias, fazia de novo bastante calor. Tão longe da nossa propriedade via-se chuvas e trovoadas. A primeira plantação de milho começava a florescer. No outro dia recebemos a visita de um empregado da empresa Luce Rosa & Cia. Ele contou-nos que tinha conversado com nosso vizinho Alcides sobre nosso comportamento na agricultura. Na resposta ele tinha afirmado que nós iríamos progredir. Porém, em relação ao nosso vizinho, senhor Dehmel, não tinha a menor esperança de que permaneceria aqui por muito tempo (Spessatto, 2001, p. 58).

No que diz respeito a questão das chuvas, preocupação eminente de Fritz Plaumann, observa-se na região Sul do Brasil que os efeitos do El Niño provocam aumento no índice de chuvas, porém, na região de Seara, apesar de apresentar em diversos momentos aumento de precipitação, em vários anos não houve alteração ou diminuição das chuvas. Já o La Niña não resulta em consideráveis períodos de seca. Dessa forma, os fenômenos ENOS, em sua fase quente (El Niño), interfere nos regimes de chuva na região do município de Seara, já em sua fase fria (La Niña) não é constante sua influência, não promovendo alterações durante parte considerável do fenômeno (Borges, 2015). Fritz Plaumann destaca a preocupação com a chuva:

Paixão, 2/04/26. Desde o dia 24 de fevereiro estávamos sem chuva. Sempre formavam-se nuvens (*Cumulonimbus*) e ouvíamos trovoadas, mas os chuveiros eram secados imediatamente pelo sol. O total das precipitações pluviais alcançava somente 18,6 mm, ficando, assim, sem efeito real. Neste dia, afinal, veio a chuva ansiosamente esperada. Infelizmente, tarde demais: as 6 mil mudas de cana-de-açúcar plantadas por nós tinham secado completamente, tendo que replantá-las no mês de agosto. A nossa roça de milho, plantada bem cedo, já achava-se fora de perigo, prometendo boa colheita. Porém, a maioria dos agricultores dessa região havia atrasado o plantio, visto que as chuvas anteriores não deixavam secar o mato derrubado e por isso tiveram a promessa de colheita reduzida. Planejamos plantar milho para pasto assim que a chuva parasse (Spessatto, 2001, p. 70).

As dificuldades relativas ao trabalho agrícola são demonstradas em várias situações. Por uma série de questões socioambientais, ocorria o caso, por exemplo, de alguns períodos de estiagem, mas também oposto, com o excesso de chuvas, ou mesmo o caso de fortes temporais derrubar as plantações. Outro exemplo destacado foi a falta de recursos técnicos no momento de preparar a terra para o cultivo: “Faltava ferramentas para o serviço na lavoura, principalmente enxadas, que não consegui encontrar na loja de Nova Teutônia”. Para suprir as

carências de ferramentas, os materiais eram improvisados, mas não surtiam o resultado esperado, dificultando o trabalho, gerando mais esforço e não desenvolvendo a atividade de forma satisfatória (Spessatto, 2001, p. 61).

As dificuldades técnicas para lidar com o trabalho agrícola também são relatadas na época da colheita, na lida com os grãos:

Domingo de Ramos, 5/04/25. Há uma semana colhíamos o primeiro feijão plantado. Ainda desprevenidos para esse serviço, depois de deixar secar o necessário, colocávamos no chão um saco vazio, em cima um pouco do feijão colhido e, não tendo outro recurso, batíamos com vara-pau, limpando depois tudo à mão (Spessatto, 2001, p. 61).

Outra situação relatada envolve o problema com as formigas nas fruteiras e a busca caseira por soluções: “Nesta manhã notamos que as formigas cortadeiras (*Acromyrmex hispidus falax*) tinham cortado as folhas do pessegueiro. Por acaso minha mãe achou o ninho e exterminou-o com água fervente” (Spessatto, 2001, p. 57). As formigas eram um grande empecilho para a agricultura, determinando atenção até o momento em que as soluções encontradas foram o uso de pesticidas.

O cultivo de plantas frutíferas era uma importante fonte de alimentação. Fritz destaca o cultivo de bergamoteiras, bananeiras, goiabeiras, jabuticabeiras e pessegueiros. No dia 22/05/25, Fritz Plaumann anota ter plantado 21 mudas de bananeiras. Aos poucos, as plantações iam ganhando uma maior diversidade de culturas, com o cultivo de quantidades maiores: “Domingo, 29/08/26. Na semana anterior plantamos mais de 1.200 mudas de mandioca, o primeiro feijão preto, as primeiras 420 mudas de cana-de-açúcar provenientes da nossa plantação e as primeiras mil mudas de batata-doce” (Spessatto, 2001, p. 74).

As relações sociais com seus vizinhos contribuíram para o desenvolvimento agropecuário. Instalados nos lotes rurais, na paisagem já havia a marca estampada do trabalho agrícola, como podemos ver na observação a seguir:

De volta em casa, recebemos a visita do nosso vizinho Alcides Dutra, oferecendo pra venda açúcar-de-cana. Além disso, ofereceu-nos de presente meio quilo de açúcar e um pouco de sementes de milho. Essa família já estava residindo no seu lote colonial, tendo pequena criação de porcos, gado e galinha e, principalmente, plantação de cana-de-açúcar, possuindo um engenho que era puxado pelos bois. Tinham eles também um poteiro cercado. Era uma família pobre, mas eram valiosos vizinhos. Também residia ali a família do barqueiro José Albino (Spessatto, 2001, p. 49).

As relações com os vizinhos foram fundamentais para o abastecimento de produtos básicos, como o açúcar, banha, arroz e feijão. Os vizinhos também colaboram com o fornecimento de sementes para as plantações e animais para dar início a criação de porcos e galinhas, ampliando as áreas de uso agrícola, transformando a paisagem. A criação de animais domésticos também começa aparecer nas atividades da família Plaumann. Adentrando na mata, aos animais eram destinadas áreas para alimentação, com cultivo de gramíneas, criando poteiros e roças para o milho, utilizado para as criações.

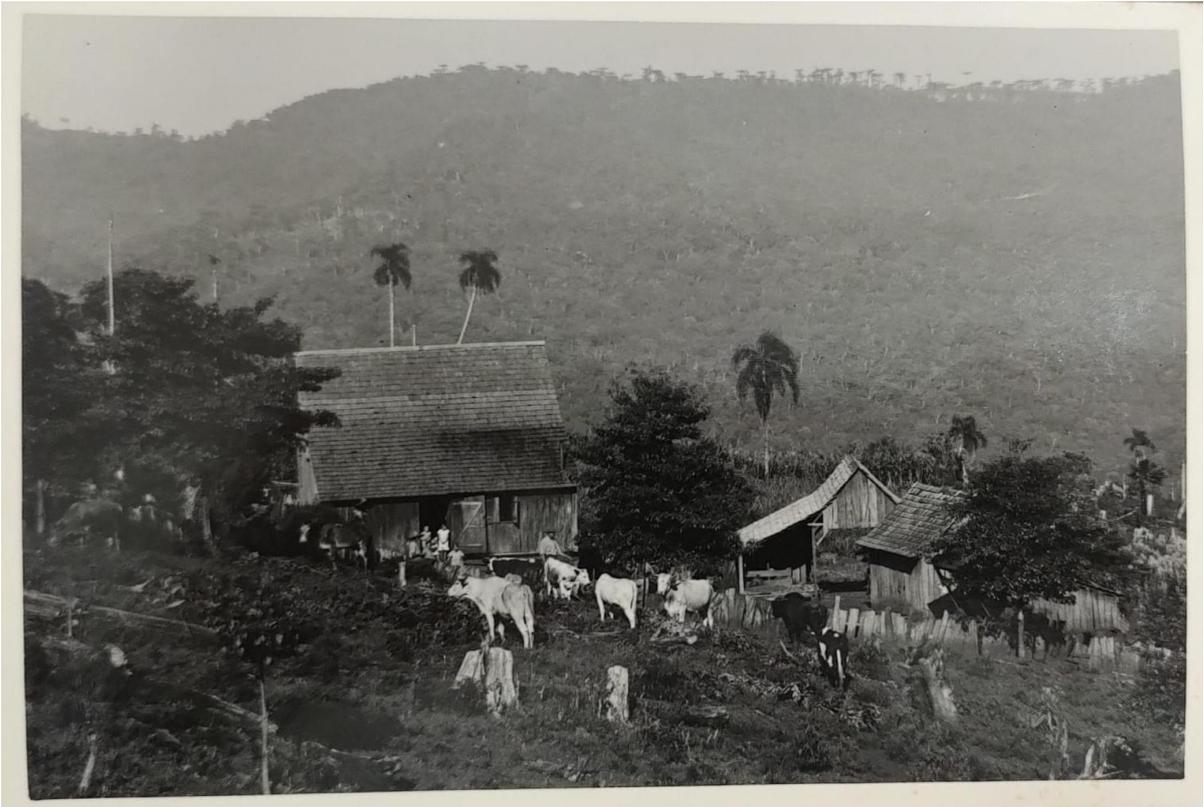
Em um domingo, dia primeiro do mês de março de 1925, ele anota o seguinte: “Encomendamos dois porquinhos. Uns dias antes tínhamos juntado seis ovos e comprado mais três para chocar e assim começar a nossa criação de galinhas. O milho plantado dia 24/11/24 já serve de comida para as galinhas” (Spessatto, 2001, p. 60).

É nas relações com os vizinhos que Fritz Plaumann vai desenvolvendo as suas criações. Com os vizinhos, os Plaumann adquiriram mudas para o plantio, tomaram animais emprestados, como mulas e cavalos para deslocarem-se pela região. O auxílio no trabalho agrícola também era encontrado na vizinhança, pois em alguns momentos era preciso contratar pessoas para a abertura das roças. O enfrentamento da natureza inóspita também tinha auxílio das pessoas que moravam próximo, muitas vezes eram os indígenas e os caboclos que se uniam para enfrentar os animais que causavam riscos. No caso das doenças comuns, como a diarreia, Fritz em certa passagem conta ter recebido folhas e raízes de goiabeira de um brasileiro para fazer chá em beber frio, o que lhe fazia melhorar (Spessatto, 2001, p. 58).

A região, vista como distante e isolada, não impedia os Plaumann de encontrar boas relações, sempre localizadas com auxílio mútuo. As atividades, a mobilidade pela região e o envolvimento em várias áreas, evidenciam Fritz Plaumann, durante as décadas de 1920 e 1930, como uma pessoa flexível buscando condições sociais e se estabelecer, envolvido na rotina dura do trabalho agrícola, mas encontrando-se nas atividades de fotógrafo, professor, comerciante e entomólogo, embora muitos dos seus relatos nesse período estejam relacionados com a natureza e ao modo de produção agrícola.

Da mesma forma que se dava a criação de galinhas e de porcos, com o cultivo de milho como trato para as criações, os Plaumann também desenvolviam a pastagem: “Para melhorar o estado do nosso poteiro, há tempos já tinha encomendado mudas da dita “*grama sanadola*”, que somente nestes dias recebíamos para plantar” (Spessatto, 2001, p. 76). A criação de gado aparece na paisagem retratada por Plaumann.

Figura 31: Retrato de um potreiro com gado bovino (1938).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Com isso, a mata era derrubada, a capoeira roçada, o fogo utilizado para fazer a limpeza final e as plantações substituíam a mata com a ampliação das áreas de cultivo agrícola, com uma considerável diversidade de culturas, como fica evidente:

Domingo, 24/10/26. Neste mês comprávamos e plantamos 5 mil mudas de cana-de-açúcar, compradas do senhor Kock. Plantamos também melância, melão, abóbora, pepino e mais 100 mudas de mandioca tipo manteiga, além de 1.500 mudas de mandioca de outras espécies. Mandávamos cortar outro pedaço de mata virgem ao preço de 150\$000 réis. [...] Dia 31/12/26. Terminávamos a plantação de cana-de-açúcar. Gastávamos com a plantação as 17.000 mudas compradas (Spessatto, 2001, p. 75).

A paisagem doméstica constituída pelo trabalho agrícola pelo que nos é apresentado por Plaumann revela o avanço humano sobre a floresta, com formação de roça e plantações de diversos gêneros alimentícios, como feijão, mandioca, fumo, cana de açúcar, melancia, melão, abóbora, pepino. Junto à moradia, eram formados pomares para o cultivo de fruteiras, como pessegueiros, bergamoteiras, bananeiras, jabuticabeiras, entre outras. A criação de galinhas destinada principalmente ao consumo de ovos aos poucos era estabelecida, assim como a

criação de porcos e animais para o transporte e carga, como cavalos e mulas. Os poteiros começaram a ser formados, com a inserção de gramíneas exóticas substituindo a vegetação natural. Além de suprir as necessidades da alimentação familiar, o avanço agrícola, com o plantio em quantidades maiores, gerava um excedente para a comercialização e a possibilidade de geração de renda. As abelhas encontradas na floresta, principalmente as espécies sem ferrão, tinham seus enxames capturados quando encontrados junto às árvores, que eram levadas para casa, acondicionadas junto ao ambiente doméstico para criação e consumo do mel, promovendo a prática da apicultura.

O modelo agrícola desencadeado pelos colonos se assemelha muito ao sistema agrícola praticado pelos europeus no Sul do Brasil. Segundo a crítica de Waibel (1949), tal método, a princípio foi considerado exitoso, porém é um sistema “primitivo”. Consiste em queimar a mata, cultivar na clareira e depois deixar a terra em descanso permitindo a reconstituição de uma vegetação secundária, sendo danoso ao ambiente, atrasado e ultrapassado. Os colonos chamam de “roça” e sua dinâmica é definida pelos economistas rurais como “rotação de terras”. É um sistema praticado pelos portugueses, herdado dos indígenas. Na literatura alemã, é conhecido como “agricultura extrativa”. O sistema de rotação de terras evidencia sua herança indígena também pelos produtos cultivados, como milho, feijão preto e mandioca (Waibel, 1949, p. 180-181).

O sistema de rotação de terras aplicado nas áreas florestais adquiridas pelos colonos, conforme Waibel (1949), é um processo evolutivo, passando por três estágios. O primeiro consiste justamente na derrubada das árvores, na queimada e no plantio de milho, feijão e mandioca, com o uso de cavadeiras e enxadas, promovendo a rotação de terras. O segundo, provém de melhorias neste sistema, enquanto a mata já sofreu com a devastação, as estradas se expandem junto com o crescimento demográfico, dando espaço para a circulação de carroças e a formação de moinhos, comercializando seus produtos e investindo na criação de porcos e gado. Neste estágio, outras técnicas passam a ser utilizadas, com o uso do arado de tração animal e outras ferramentas e técnicas de plantio e colheita, assim como o cultivo de outras variedades, como arroz, trigo, batata, entre outros, melhorando as condições sociais de vida e estabelecendo novos comércios. Por terceiro estágio, há uma rotação de culturas combinada com a criação de gado, na qual a agricultura continua sendo praticada, porém com espaço separado para criação de gado e a inserção de gramíneas e plantas forrageiras (Waibel, 1949).

Na leitura do diário de Fritz Plaumann e nas fotografias apresentadas, percebe-se a adoção desse sistema agrícola na experiência desprendida. Não fica muito claro a ideia de rotação de terras nos registros de Plaumann, até porque a família mudou-se para o núcleo

colonial de Nova Teutônia em 1928, trabalhando com o comércio e outras atividades. Mas o processo evolutivo apresentado por Waibel (1949), confere com o processo agrícola registrado por Fritz Plaumann, que parte da derrubada da mata, do fogo, da roçada do mato, demonstrando o crescimento de uma vegetação secundária, do plantio, da inserção de gramíneas, da criação de animais, da abertura de estradas e da comercialização.

Pelas práticas colonizadoras, a paisagem do Oeste catarinense, pensando a região do Alto Uruguai, onde está o núcleo colonizador de Nova Teutônia, aos poucos ganha outras configurações. A fertilidade do solo em meio a FED possibilitou a prosperidade da agricultura na pequena propriedade rural, melhorando as condições materiais de vida das famílias e, nos casos como o de Fritz Plaumann, a produção gerou excedentes para a comercialização, possibilitando a prática do comércio. Por consequência, a produção de uma diversidade de culturas, tanto animal como vegetal, configuram novos aspectos, envolvendo a natureza numa outra perspectiva econômica para a região, ampliando as infraestruturas locais, com moradias, casas comerciais, estradas e pontes, entre outros aspectos materiais que aos poucos definem um novo cenário para a paisagem.

3.3 ATIVIDADES COMERCIAIS, DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E INFRAESTRUTURAS

Neste subtítulo, pretende-se analisar a aprendizagem e o uso de diferentes técnicas empregadas no trabalho agrícola e no desenvolvimento de infraestrutura, como moradias e estradas para avaliar o processo de transformação da paisagem nas primeiras décadas da colonização do Oeste catarinense.

Em comparação com Pr. Eylau ou mesmo na propriedade rural de Königsberg, na Alemanha, as condições de vida dos Plaumann no lote colonial, próximo a Sede Irani e depois com a mudança para Nova Teutônia, exigiram muito trabalho para desenvolver condições básicas de infraestrutura, principalmente, para conter meios de locomoção, com a abertura de estradas. Era preciso abrir caminho na mata densa a facão e mesmo com mulas e cavalos, os trajetos eram perigosos e suscetíveis a acidentes, que com frequência aconteciam.

De acordo com Fritz Plaumann, os caminhos existentes eram impróprios e, por lei, cada agricultor tinha obrigação de trabalhar seis dias por ano para melhoria dos caminhos e abertura das estradas. De forma coletiva, todos os habitantes tinham o compromisso de contribuir. As

divisas dos lotes rurais, com suas linhas e travessões, orientadas a partir dos rios, eram referência, servindo como guias quando a vegetação tomava conta (Spessatto, 2001, p. 68-69).

Para a abertura da estrada geral de Sede Irani, passando pela moradia dos Plaumann até o Ribeirão de Poço Redondo perfazia uma distância de 2,6 quilômetros. Para a abertura da estrada, Fritz Plaumann apresenta o trabalho determinado:

Tínhamos trabalhado, meu pai e eu, por 34 dias. Todo esse trecho se achava agora roçado de 3 a 4 metros de largura e para plainá-lo foi necessário cavocar e remover a terra com enxada, picareta e pá. O solo era cheio de raízes e foi preciso afundar o terreno de 50 a 100 cm para obter a largura mínima para essa finalidade. [...] Quando molhado, era impossível passar com o cargueiro (Spessatto, 2001, p. 72).

Para a necessidade de comunicação, ou obter serviços de moinho, as distâncias eram longas e difíceis. Para ir ao moinho próximo, na localidade de Passo dos Índios moer o milho, Fritz Plaumann percorria 21 km, sendo obrigado a pernoitar no local para retornar no dia seguinte. Para realizar o serviço postal, a Agência Oficial dos Correios e Telégrafos da região se encontrava na Estação Ferroviária de Três Barras, no Rio Grande do Sul, que ficava a 115 km da moradia dos Plaumann. Para facilitar o transporte e a entrega da correspondência, foram criadas sociedades particulares com associados. A sociedade pagava as despesas do motorista, que deixava as correspondências no posto em Itá. Em Nova Teutônia foi criado um estafeta, as correspondências eram então buscadas em Itá, nas datas previamente marcadas, exigindo a locomoção de Nova Teutônia a Itá.

As correspondências foram fundamentais para Plaumann desenvolver as pesquisas na área da entomologia (Lubenow, 2015). A troca de correspondências com especialistas e instituições do Brasil e do mundo contribuem na catalogação dos insetos. O envio de material entomológico em permuta com livros de estudo e ferramentas de pesquisa auxiliam no avanço do trabalho. Ter um serviço postal na região significava o contato científico para a identificação das espécies coletadas. E, a partir da década de 1930, o trabalho entomológico aos poucos gerava retorno financeiro para Fritz Plaumann (Spessatto, 2001).

A fotografia a seguir apresenta um trecho da estrada que ligava Nova Teutônia a Itá. Na imagem é possível ver uma estrada trabalhada, com marcas profundas no solo, e, mesmo precária, é ampla o suficiente para o tráfego de carroças, por exemplo, diferenciando-se muito das picadas abertas na mata com o facão, que dificultavam a passagem com mulas e cavalos. Ao lado da estrada, observa-se uma área desmatada, com a roça cultivada:

Figura 32: Caminho para Itá (19.5.1939).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Era promessa da Companhia Colonizadora a abertura de estradas, mas como observa Fritz Plaumann, ela não mantinha seus compromissos:

No dia da assinatura do contrato de compra e venda, o representante da empresa colonizadora prometia-nos que seria feita uma estrada ligando o lote contratado. Acostumados com o cumprimento de promessas, acreditamos que isso seria feito. Quando chegou a hora da realização, tudo foi negado, inclusive de fazer o traçado, ficando tudo por nossa conta. Na mata virgem fechada não é fácil realizar esse trabalho. Para poder avançar nela, é sempre preciso usar o facão. Muitas vezes encontramos obstáculos invencíveis como pirambeiras, entalho forte, obrigando-nos a voltar e tentar de novo, às vezes também em vão (Spessatto, 2001, p. 73).

De acordo com Nodari (2009, p.35), o acordo do governo com as Companhias Colonizadoras envolvia a concessão de terras devolutas em troca da abertura de estradas. Por exemplo, em 1919, o estado firmou acordo com o empresário José Rupp para a construção de uma estrada de rodagem conectando Cruzeiro com o povoado de Passo Bormann, sendo as terras concedidas para a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, com o compromisso assumido pela empresa de comercializar as terras no prazo de 15 anos. Assim, a

concessão entre os núcleos coloniais aos poucos era realizada com vias de rodagem. Em muitos casos, quando o compromisso envolvia os lotes coloniais de regiões mais distantes dos núcleos, como relatado por Fritz Plaumann, as companhias eram insuficientes no cumprimento dos acordos.

O trabalho realizado para a abertura das estradas exigia, portanto, esforço dos colonos. Em uma ocasião, uma pedra caiu no pé do pai de Fritz Plaumann e como na região não havia recurso para tratar do ferimento, as situações de saúde se tornavam graves. O primeiro médico apareceu na região, segundo Fritz, depois de uma epidemia de Tifo que provocou várias mortes em Nova Teutônia. Outros acidentes são relatados, como quando mais uma vez o pai de Fritz se acidentou, caindo do telhado e o caminho da residência dos Plaumann até Nova Teutônia estava trancado, obrigando-os a passar a pé e deixar o cavalo, tendo de pegar outro cavalo emprestado no vizinho mais adiante. Outro caso foi quando um brasileiro (como Fritz Plaumann se refere aos caboclos) caiu do cavalo, ficando preso em uma árvore, impedindo-o de cair numa ribanceira (Spessatto, 2001, p. 80).

Percorrer os caminhos envolvia enfrentar os desafios da paisagem. Além da mata densa, a geografia da região formada por declives íngremes, dificultava o trabalho e exigia muito cuidado nos percursos. A umidade da floresta tornava o caminho mais difícil de ser percorrido e a grande quantidade de leitos d'água, os quais era preciso cruzar com balsas, nos períodos de cheia causavam riscos e transtornos na mobilidade pela região.

Em 1928, ano de falecimento do pai de Fritz Plaumann, o enterro foi realizado em Nova Teutônia. Nessa passagem de luto para a família Plaumann, ao fazer o percurso com o caixão, Fritz descreve as condições do caminho que ligava Sede Irani a Nova Teutônia: “Estava difícil o transporte do caixão mortuário. De casa pelo caminho sobre a serra até a estradinha que ainda não servia para a passagem da carroça, teve de ser transportada a mão pelos homens do acampamento” (Spessatto, 2001, p. 82).

Com a morte do pai, houve a mudança dos Plaumann para Nova Teutônia, onde alugaram uma casa comercial. Ali, viveram de 1928 a 1930 e depois mudaram para sua própria casa. Na foto, a casa comercial alugada pelos Plaumann:

Figura 33: Casa comercial alugada pela família Plaumann - foto de 1930



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

A casa alugada aos poucos se tornou pequena e o espaço apertado para o comércio, causando incômodo para os frequentadores. A arquitetura, como pode ser vista na foto (Figura 30), apresenta muitos degraus, o que era visto como um problema pelos fregueses. Sem possibilidade de uma ampliação, Fritz afirma que resolveu construir uma casa comercial adequada (Spessatto, 2001, p. 84)

No ano de 1930, os Plaumann construíram uma nova residência:

Dia 14/12/30. Já no dia 25 de agosto eu pude usar o porão de minha nova casa como garagem para meu caminhão. Lá achamos um poço fundo com água potável para uso caseiro. Mudamos para essa casa de moradia e loja. O que abafou um tanto a nossa alegria foi o fato de, afinal, ao custo da construção somava-se o dobro do orçamento preliminar (Spessatto, 2001, p. 87).

No terreno adquirido, a construção continha porão, sótão para três quartos e mais um cômodo, telhado de chapas onduladas. A madeira utilizada em sua maioria era de árvores de cedro e demais madeiras de lei, sendo a maioria delas serradas e trabalhadas à mão (Spessatto, 2001, p. 85).

Figura 34: Moradia da família Plaumann construída no início da década de 1930 (Foto de 1953).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

O caminhão foi adquirido por Plaumann na primeira metade do ano de 1930 em Erechim. Era um caminhão usado que ele, após dois dias de treinamento, aprendeu a guiar. Na viagem para casa, apesar da condição ruim das estradas, a seis quilômetros de Nova Teutônia, um trecho estreito e cheio de pedras impediu sua passagem, obrigando-o a concluir o caminho a pé. No dia seguinte, encontrou pessoal para auxiliar na retirada dos obstáculos, chegando em casa com o caminhão (Spessatto, 2001, p. 86).

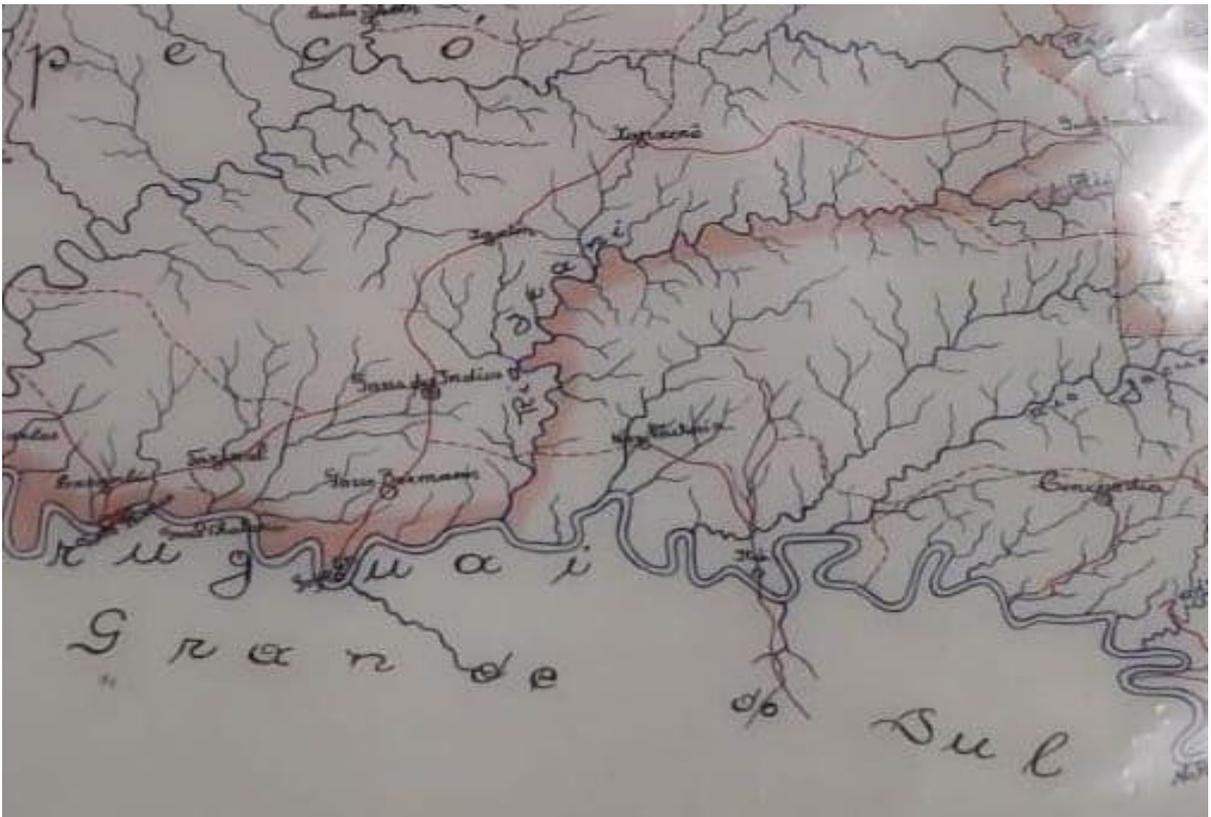
Os primeiros anos da década de 1930 não foram de progresso para as estradas, de acordo com Plaumann, “nem as autoridades, nem a empresa Luce & Rosa cuidavam da estrada, que não permitia mais o trânsito de automóvel ou caminhão” (Spessatto, 2001, p. 90). Assim, em 1931, Fritz Plaumann vendeu seu caminhão por não ter meios de rodagem efetivados.

Em 1932, a empresa Luce & Rosa abriu uma casa comercial em Nova Teutônia, fazendo concorrência com a de Plaumann. Sem entender o motivo, pois não fazia sentido duas casas comerciais na localidade, onde uma já encontrava dificuldades em se manter, Fritz resolveu fechar a sua e vender o estoque para a recém fundada. Em 1933, a empresa acabou fechando a

loja, por conta do prejuízo. Fritz ficou com o cargo de representante da firma, com um salário de 100,00 réis por mês. Junto com as atividades científicas, que rendiam algum dinheiro, os Plaumann encontravam sua subsistência (Spessatto, 2001).

No ano de 1934, as condições das estradas não haviam evoluído, dificultando muito a locomoção por toda a região. Para ir de Nova Milano a Concórdia a viagem era difícil pela condição das estradas: “De Nova Milano (Seara) até o Rio Engano a distância era de nove quilômetros. Existia somente um caminho, em mau estado, outros dois lugares estavam totalmente trancados pelos troncos de árvores caídas” (Spessatto, 2001, p. 96). A imagem a seguir mostra os traçados em vermelho dos caminhos e estradas em 1934. Nova Teutônia está localizada no centro da imagem, as linhas mostram a conexão com Itá, Concórdia, Passo dos Índios e Passos Bormann. Ademais, é possível ver a rica malha hidrográfica que compõe a Bacia do Rio Uruguai.

Figura 35: Recorte de mapa com Nova Teutônia ao centro, contendo os caminhos e estradas – 1934.



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM

Além das dificuldades com as estradas e de recursos técnicos, as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento agrícola avaliadas pelo ponto de vista econômico são sentidas

por Fritz Plaumann nos primeiros anos em Nova Teutônia, enquanto a família ia transformando a agricultura num negócio, buscando encontrar rendimento com a atividade. Um exemplo é o investimento na produção de fumo, a princípio incentivado pela Luce & Rosa e Cia. De acordo com Fritz Plaumann, a falta de habilidade técnica no preparo do fumo não permitiu a obtenção do resultado esperado:

O fumo que cultivamos em folhas, sob conselhos recebidos da Empresa Colonizadora, tinha de ser depositado, por falta de comprador. Uma parte preparada pelo senhor Dehmel, também tinha que ficar no depósito, visto que tinha sido torcido para o lado errado e feito com tanta grossura que ninguém quis comprar (Spessatto, 2001, p. 74).

No início da década de 1930, as condições do comércio agrícola se tornam mais evidentes e Fritz Plaumann relata um período de crise que se estende até 1937. No dia 31/12/30, anotou que na comunidade de Nova Teutônia “todos nós sofriamos em consequência das pavorosas dificuldades no comércio. O agricultor não podia vender os seus produtos, exceto banha de porco, provocando assim uma verdadeira escassez de dinheiro, freando o movimento comercial” (Spessatto, 2001, p. 87). No dia 31/12/31 escreve: “A respeito do comércio, havia muito a desejar. A crise do ano anterior piorara, existindo pouca probabilidade de melhorar logo” (Spessatto, 2001, p. 90).

No fim do ano seguinte, em 31/12/32 observa a mesma condição: “A crise tinha piorado ainda mais. Tanto o comerciante quanto o agricultor achavam-se em condições precárias” (Spessatto, 2001, p. 92). Somente no ano de 1937 que Fritz Plaumann observa uma melhora: “A situação na agricultura melhorava, os ex-fregueses conseguiam saldar suas contas” (Spessatto, 2001, p. 106).

A situação de crise econômica descrita por Plaumann, circunscreve-se no contexto da crise econômica provocada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929). Ao implicar nas condições de vida dos colonos em Nova Teutônia, deixa transparecer que esse território de fronteira, na década de 1930, já se encontrava incorporado à economia nacional, atrelado ao capital econômico que se expandia na sola da fronteira agrícola. Outro favor destacado por Plaumann, foi a Revolução de 30: “Sempre havia agitação antes e depois das eleições. Em seguida a revolução com suas perturbações”. Nesse contexto, continua Plaumann, “mesmo o governo, ao que parecia, não dispunha de capital necessário”. Ao relatar que na situação não tinha recebido o salário de professor, Fritz Plaumann se mostra otimista, na esperança de que o novo regime de governo resolveria a situação (Spessatto, 2001, p. 87).

As condições de dificuldades econômicas nesse contexto, também podem estar atreladas, como sugere Waibel (1949), a questões produtivas, com um sistema de produção precarizado justamente pelo sistema agrícola utilizado. A falta de recursos técnicos, como ferramentas e a conexão com outros núcleos coloniais maiores e a pequena propriedade de terra, que reduzia as possibilidades de produção em escalas maiores é outro agravante. O tipo de povoamento também pode infringir desvantagens, a terra do agricultor fica distante dos núcleos coloniais, exigindo percorrer longas distâncias, atrapalhando o acesso ao comércio, a bens e produtos.

Figura 36: Área central de Nova Teutônia em 1938.



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

Esse retrato panorâmico de Nova Teutônia apresenta um recorte da localidade. Nele é possível observar uma comunidade colonial em formação, com algumas moradias, estradas e áreas sem árvores, possivelmente cercadas para produção agropecuária. À época, havia escola e igreja, além de algumas casas comerciais, como destaca Fritz, além da sua que acabou sendo fechada. A comunidade apresentava estradas para conexão com a região, integrando-a de forma política, social e econômica aos núcleos coloniais maiores da época, como Chapecó e Concórdia.

Para Nodari (2009, p. 110-111), a criação das comunidades étnicas, tanto italianas como alemãs, tinham como referência a família, a igreja e a escola. Para os teutos, a língua alemã era outro elemento significativo. Em torno desses elementos girava a vida sociocultural, política e econômica. A religião, associada à festa, era um momento de sociabilidade além da vida familiar. A cultura alemã também tinha a escola como elo com a igreja. A criação da escola normalmente procedia a da igreja, servindo para o objetivo de educar e orar, preservando a germanidade e a confessionalidade luterana.

Sobre a formação da escola e da igreja, Plaumann observa a inauguração do espaço determinado:

Domingo, 20/03/27. Inauguração do prédio da escola particular que passou a servir, provisoriamente, para igreja, até que fosse possível construir um prédio próprio. O prédio era feito de madeira, as tábuas de pinho tiveram que ser trazidas de longe. Foi indicado como professor provisório o senhor Hans Hillmann. Para diretor da escola foram eleitos o senhor Watermann e eu (Spessatto, 2001, p. 77).

Fritz Plaumann também foi professor durante alguns anos da escola de Nova Teutônia, assim como foi participativo na igreja luterana local. No dia 17/07/27, na assembleia realizada pela comunidade, foi eleito para o cargo de professor da escola de Nova Teutônia para ensinar as línguas alemã e portuguesa (Spessatto, 2001, p. 78). A escola que também servia como capela foi ambiente para a Primeira Confirmação de Dora Moller, Aracy Klein, Karl Gutebier, Henrich Veral e Jacob Umstatt, no dia 14/04/28 (Spessatto, 2001, p. 82).

Figura 37: Igreja de Nova Teutônia (foto de 1941).



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann

Em sua visão de mundo, Fritz Plaumann, envolvido tanto com os saberes científicos, quanto com os valores religiosos, buscava compreender a natureza como um todo, ordenada a partir de regras, princípios e vontades do criador (Plaumann, 2022, p. 460), em coerência com sua postura que encontrava práticas mais sustentáveis nas atividades agrícolas. A ciência foi essencial para o desenvolvimento de métodos de pesquisa visando compreender a natureza, fazendo anotações meteorológicas e estudando os insetos. A prática agrícola descrita evidencia a preocupação de prosperidade, da busca por negócios, embora muito atrelada à lógica colonizadora, se dava na ótica da sustentabilidade, mas também da necessidade de conectar a região à dinâmica do capital.

Os seres humanos, em razão da natureza vasta de recursos, estão constantemente transformando-a em benefício próprio. Por necessidades inerentes à vida, buscam alimento, conforto e segurança, recorrendo aos mais variados elementos. Para tal, empreendem um conjunto de ações e proezas, exercidas pelo trabalho, empenho e compreensão: “O espaço é amplo, desconhecido, temido e rejeitado. O lugar, recortado afetivamente, onde as pessoas se sentem seguras e à vontade, emerge nas experiências cotidianas, nos locais de moradia, trabalho, compras, lazer e encontros” (Mello, 1993, p. 32). A transformação do espaço em lugar

traz consigo marcas humanas com o intuito de viver a “boa vida”. As sociedades tradicionais se encontram em comunhão com a natureza, acostumadas a uma natureza provedora, causam pequenos impactos no espaço onde habitam. Para eles, a natureza é mais do que morada, é vida e é viva como são os seres humanos. Frente às complexidades da vida, as sociedades que se distanciaram da natureza, conscientes ou não, operam uma laboriosa transformação do espaço, tentando de todas as formas humanizá-lo, convertendo-os em lugar, principalmente por aparatos tecnológicos e artificiais (Mello, 1993).

Contudo, podemos concluir que a paisagem é humanizada quando construída nas relações sociais e culturais com a natureza, o que pode significar excessos, por ações muitas vezes desumanas, também pode significar virtudes, pois, como defende Simon Schama (1996, p. 34), é preciso olhar para a paisagem considerando condutas que visam a preservação, valorizando o que foi preservado, não lamentar as destruições e perdas provocadas por atividades predatórias. Ou seja, nesse sentido, é preciso reumanizar a paisagem e redescobrir o que possuímos para sustentá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da década de 1920 no continente europeu traz em suas arestas as consequências da Primeira Guerra Mundial, causando impacto humanitário para o mundo, como um todo. Na Alemanha, por ser o país responsabilizado pelo conflito, as crises econômicas e sociais foram sentidas de forma contundente, o que desencadeou novos movimentos migratórios em massa, transformando a realidade de uma leva considerável da população. A vida da Família Plaumann reflete esse contexto histórico, marcado pelas condições infringidas pelo Tratado de Versalhes e a decisão de embarcar numa jornada para iniciar a vida em um novo país.

Após a busca por informações no Departamento Informativo para Imigrantes e receber indicações de empresas colonizadoras atuando no Brasil, os Plaumann optaram pelas terras comercializadas pela Luce & Rosa e Cia, escolhendo a região da bacia do Rio Uruguai, no lado catarinense, por conta da localidade de nome teuto, Nova Teutonia, ainda a ser construída, e motivados pelo traçado de uma linha férrea vista no esboço de um mapa que apresentava a região.

Em 1924, embarcados no navio “Madeira”, após longa viagem, os Plaumann desembarcaram em Rio Grande. Perfizeram o restante do trajeto por terra, a bordo de trens, automóveis, carroças, barcas, cavalos e a pé, chegaram a Nova Teutônia. O lote colonial escolhido para compra localizava-se em Sede Irani, aproximadamente 13 quilômetros distantes de Nova Teutônia, sendo no dia 16 de novembro de 1924 assinado o contrato de compra. Saídos de uma área urbanizada da Alemanha, a relação com a paisagem é vista por seus contrastes, naturais e culturais.

Fritz Plaumann, filho único da família, formada pelo pai, Friedrich, e pela mãe, Hulda, narra em seu diário a trajetória de vida, refletindo as condições na Alemanha no contexto da Primeira Guerra, registrando de forma cotidiana os acontecimentos a partir de 1919. O diário de Fritz Plaumann é o testemunho histórico de um imigrante alemão que nos permitiu compreender alguns traços da paisagem em um território de fronteira, especificamente na região colonial de Nova Teutônia, nas proximidades do Rio Uruguai, entre os rios Irani e Ariranhazinha, principalmente na área de abrangência da Floresta Estacional Decidual, nas décadas de 1920 e 1930.

Ao acompanhar a visão colonizadora de Fritz Plaumann narrada em seu diário ou registrada em suas fotografias, observamos a perspectiva de um imigrante que vê a região constituída por “mata virgem”, porém, já habitada por povos indígenas e caboclos, habitantes

tradicionais da região. As marcas destes povos e sua presença na paisagem são registradas nas memórias de Fritz Plaumann, evidentes nas fotografias e nas relações sociais que mantém no cotidiano, considerando os caboclos “intrusos” em seu lote colonial, mas demonstrando boas relações sociais no percurso dos anos. Da mesma forma, o contato com os indígenas aparece nos negócios, seja na compra de frutas ou no trabalho fotográfico. A paisagem torna-se humana não só pela presença humana na paisagem, mas pelo olhar de quem as vê e dá sentido à sua existência.

Partindo da leitura de um conjunto de pesquisas, observamos que a presença indígena e cabocla na Fronteira Sul corresponde ao resultado de um conjunto de transformação que envolveram os seus modos de vida, imposta como condição própria de uma região de fronteira na qual disputas territoriais entre o Estado, envolvendo ações políticas e privadas, levaram ao deslocamento contínuo destas populações. Na contenda pela terra, a população cabocla, de *habitus* enraizado na floresta é invisibilizada pelo discurso colonizador em detrimento do ideal de “modernidade” que via nos descendentes europeus o aporte de civilização e progresso para o “povoamento” da região. Envolvidos pelo mesmo discurso, os indígenas da etnia Kaingang, habitantes da Fronteira Sul desde longa data, sofreram com a colonização o esbulho de suas terras, passando pelo processo de aldeamento.

No encontro com a paisagem florística, Fritz Plaumann se depara com a densidade da mata e a necessidade de abrir espaço para a cultura agrícola. As árvores derrubadas, o mato roçado e queimado e o cultivo de milho, mandioca, feijão, cana de açúcar, fumo, entre outros gêneros serviam de alimento para a família. A floresta aos poucos era convertida em uma paisagem domesticada, com o cultivo de plantas e animais, como galinhas e porcos, úteis para o sustento da vida humana. Envolvido pela cultura da preservação, que via a natureza uma unidade, como um todo fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas e da vida, Fritz Plaumann logo desenvolveu a prática do reflorestamento, plantando árvores nativas, mas também espécies frutíferas, úteis para o consumo humano. Seus valores também são revelados na ideia da propriedade privada, na qual o indivíduo, ao ter o direito sobre a propriedade, tem o dever coletivo de preservar a natureza, não causando degradações e impactos, tanto para o meio ambiente, quanto para a sociedade.

Outro elemento que condiz com a formação cultural de Fritz Plaumann diz respeito à conotação científica com que se relaciona com a paisagem. Plantas e animais são registrados com o nome científico, identificando, por exemplo, algumas plantas medicinais que auxiliam nos problemas de saúde, mas o que realmente chama atenção é uma grande variedade de insetos, dando-lhes ênfase, pois são eles o objeto de estudo no avanço de suas pesquisas entomológicas.

Além disso, os relatos revelam a relação humana com essa paisagem inóspita, com grandes problemas gerados pela diversidade de insetos. Cupins que devoravam os móveis, moscas e mosquitos que atacavam a pele, causando grandes desconfortos. Pulgas que infestavam a casa e bichos-de-pé que causavam ferimentos e transtornos. O receio de doenças causadas pelos insetos ou pelo tifo presente na região também são significativos na percepção de Plaumann sobre a paisagem.

Uma paisagem do medo é manifestada na relação com a fauna. Os escorpiões abrigados dentro da moradia, muitas vezes, escondidos nos objetos de uso pessoal, causavam acidentes. A grande quantidade de cobras peçonhentas encontrada por todos os ambientes da floresta, matando animais de estimação e criando medo nas pessoas. Mamíferos de grande porte, principalmente, os felinos, como os “tigres” que causavam alvoroço em toda a população, unindo indígenas, caboclos e colonos para caçá-los, com medo dos ataques às pessoas e dos prejuízos causados nas criações de galinhas e porcos. As formigas devoram as plantações. O isolamento e a distância na busca por recursos endossam a narrativa de Plaumann na preocupação com a paisagem selvagem, gerando ansiedade e medo.

A ausência de recursos é um elemento evidente na relação dos Plaumann com a paisagem. Faltavam ferramentas, sementes e mudas de plantas, animais de transporte. As distâncias precisavam ser percorridas a pé, ou mulas e cavalos. O serviço de moinho para adquirir mantimentos exigia grande esforço e mobilidade. As relações com os vizinhos contribuem com a subsistência da família, seja na oferta de alimentos e sementes, no auxílio com doenças, no empréstimo de animais e ferramentas, ou no enfrentamento com a natureza selvagem.

A fertilidade encontrada na paisagem, formada por vales e rios, permitiu a caça e a pesca como meio de subsistência, embora não sendo reconhecida por Plaumann com muito entusiasmo, mas contribuíram com a alimentação nos primeiros anos de vida e a diversidade de aves e mamíferos ficaram registradas nas memórias. A abundância dos rios despertou a atenção nos ciclos climáticos, como períodos de chuvas e enchentes, outros com poucas chuvas e a possibilidades de danos à produção agrícola. Nesse aspecto, Plaumann, com seu saber científico e metodológico, passou a registrar a precipitação pluviométrica e destacar em seu diário as condições climáticas.

Envolvido nos estudos dos insetos e suas recorrências na paisagem, o olhar científico de Plaumann auxilia na atividade da apicultura. Conhecimento já praticado na Alemanha, mas desenvolvido no Brasil a partir do encontro com as abelhas presentes na natureza. A captura,

acolhimento e domesticação, possibilitaram a formação das colmeias e a produção de mel, gerando alimento e renda.

Analisar a paisagem e compreendê-la como uma herança do passado, formada pela sobreposição de tempos de memórias, nos faz concluir que a colonização, a partir das memórias de Fritz Plaumann, encontrou uma paisagem a princípio rica em diversidade animal e vegetal, com seus ecossistemas estruturados sem ações humanas mais predatória, mas com a necessidade de ser superada e desenvolvida. A paisagem, aos poucos, cede espaço para um contingente humano maior e, conseqüentemente, a implantação de um sistema doméstico, caracterizado por modos de produção agrícola, reorganizado para a reprodução de plantas e animais com fins comerciais, utilizando manejos definidos pela derrubada da mata, pelo fogo e plantio e a inserção de animais doméstico, ampliando as criações de bois, porcos e galinhas, criando contrastes com a fauna e a flora autóctones.

A atividade colonizadora nas décadas de 1920 e 1930, aplicada na natureza com finalidade de progresso econômico, levou ao desenvolvimento de infraestruturas, como estradas, moradias e casas de comércio. A demanda de relações comerciais, de comunicação e de desenvolvimento técnico integraram a região com os avanços da época. Caminhões, automóveis, pontes sobre os rios reduziram o tempo e as distâncias, ampliando os acessos e a integração dos núcleos coloniais a centros maiores.

Por outro lado, Fritz Plaumann concebe a cultura do conhecimento científico sobre a paisagem e a perspectiva da preservação ambiental. Por sua vez, a natureza também demanda modos de vida adaptados a ela. Compreendê-la, significa seguir as suas leis, assegurando medidas aptas à manutenção das condições de vida de todas as espécies, caso contrário, a inaptidão leva ao fim todos os organismos vivos. Em suma, esta é a percepção de Fritz Plaumann sobre a vida.

Contudo, conforme nos leva a entender as memórias de Fritz Plaumann, a colonização europeia encontrou uma paisagem rica em diversidade animal e vegetal, percebendo a paisagem formada por uma mata densa, gerando dificuldades, riscos e ansiedade, por outro lado, despertando fascínio e estimulando a compreensão. A atividade colonizadora nas décadas de 1920 e 1930 levou à transformação da natureza, com a implementação de modos de produção agrícola e a construção de infraestruturas que integraram a região ao modelo econômico da época, estimulado pelo desenvolvimento do comércio e do capital. Ao mesmo tempo, Plaumann enfatiza a importância do conhecimento científico e da preservação ambiental, ressaltando que a compreensão da natureza e a adaptação a suas leis são essenciais para a manutenção da vida

de todas as espécies, refletindo a visão de Plaumann sobre a interdependência entre a humanidade e a natureza.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.
- ALMEIDA, Silvia Mara Zanela; CHIOSSI, Patrícia Angélica; ALMEIDA, Luciano Pessoa de. Estudo das águas superficiais do Rio Ariranha e identificação das espécies da margem ciliar. *Unoesc & Ciência - ACET Joaçaba*, v. 8, n. 2, p. 111-118, jul./dez. 2017
- BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. In: **História** (São Paulo. Online), v. 34, p. 303-322, 2015.
- BRANDT, Marlon; CASSARO, Clóvis Alceu; NAIBO, Gerson Júnior. População cabocla em um espaço de fronteira: paisagem e uso comum da terra na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina (séculos XIX e XX). In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG v. 22, n. 81 jun./2021 p. 217–234.
- BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. In: **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.
- BRANDT, Marlon; PUHL, Ewelín Cristina. A invisibilidade do caboclo no Contestado: um olhar através da perspectiva ambiental (1936). In: **VII História em Debate** - UFFS: Chapecó, 2022.
- BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, p. 7-73, 1985.
- BRINGHENTTI, Clóvis Antônio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. <https://leiaufsc.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2025.
- BOMFIM, Isac Gabriel Abrahão; OLIVEIRA, Mikail Olinda de; FREITAS, Breno Magalhães. **Introdução à apicultura**. Universidade Estadual do Ceará: Ceará, 2017.
- BORGES, Anderson. **Variabilidade Pluvial no Município de Seara**: Influência do El Niño e da La Niña. TCC (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal da Fronteira Sul: Chapecó, 2015.
- BOULOS JR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. FTD: São Paulo, 2022.
- BUBA, Nathan Marcos. Os habitantes da guerra do contestado (1912 – 1916): uma análise sobre o uso do termo “caboclo” na literatura sobre o conflito. In: NASCIMENTO, Eduardo do. (Org.). **Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2**. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. Ambient. soc., 2008 11(2), p. 323–340, 2008

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARBONERA, Mirian. Patrimônio arqueológico no oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. In: **Revista de Arqueologia**, v.22, n.1, (jan-jul.2009): 83 - 98, 2009.

CARBONERA, Mirian. **A ocupação pré-colonial do alto rio Uruguai, SC: contatos culturais na Volta do Uvã**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do Oeste catarinense. In: **Fronteira Sul: Ensaios socioeconômicos**, Florianópolis: INSULAR, 2016. v. 1, p. 59-90.

CORDEIRO, Eduardo A. **Informações Botânicas**. Disponível em: eduardocordeiro.com.br/botanica, SD. Acesso em: 30 de jan. 2025.

CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. In: **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)** revista de la Solcha, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 47– 69, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O sudoeste paranaense antes da colonização**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

COSTA, A. Ferreira da. **O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista**. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: Territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. 7ª reimpressão. Contexto: São Paulo, 2021, p. 251 – 279.

CUNHA, Maria Teresa. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Chapecó**, Cadernos do CEOM, Ano 19, n. 23, 2006 – CEOM:20 anos de memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbangue: História e luta Kaingang em Santa Catarina**. Conselho Indigenista Missionário – CIMI – Regional Sul, 1984.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. 11. ed. Rio de Janeiro; Record, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2001.

EIDT, Paulino; TEDESCO, Luiz Anderson. A transformação do Ethos no Oeste de Santa Catarina. In: **IX ANPED SUL**, 2012.

GASPER, André Luís de. *et al.* **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Estacional Decidual**. Rodriguésia, 2013.

GIARETTA, Jéssica Alberti; LINO, Jaisson Teixeira. Lugares de memória e ressignificação cultural na Terra Indígena Toldo Pinhal. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, N. 31, 2018.

GIARETTA, Jéssica Alberti. **A formação da terra indígena Toldo Pinhal nos anos 1980 e 1990**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFFS; Chapecó, 2017.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GROSS, Cristina Buratto. **A invisibilização do povo caboclo de Santa Catarina: algumas permanências da Guerra do Contestado**. Anais do II Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado - UEL; Londrina, 2022.

HOBBSAWN, Erick. **Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KLUG, João. Prefácio à edição brasileira. In: PLAUMANN, Fritz. **A origem da vida: Concepções completamente novas sobre a origem da vida e do ser humano**. – 1. Ed. – Florianópolis, SC: Parâmetro Empreendimentos Culturais, 2022.

KLINGELFUS, Ariane; *et al.* Calibração do modelo hidrológico IPH II para os eventos de cheias com aplicações na Bacia do Rio Irani. XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos: Campo Grande/ MS, 2009.

LUBENOW, Aline. **Enveredando pelas matas do sertão catarinense: a coleção Entomológica Fritz Plaumann**. Rio de Janeiro: s.n., 2015.

MACHADO, Paulo Pinheiro. In: SCHMITT, Â. M., and WINTER, M. D., eds. **Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII – XX)** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2021, pp. 420-441. ISBN: 978-65-86545-63-0. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586545623.0019>. Acesso em: 30 de jan. 2025.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Política de Imigração e Colonização do Império: conflitos e limites**. Revista Catarinense de História, nº 5, 1998.

- MARTINELLO, André de Souza. **Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina**. 2016, 243 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. A Humanização da Natureza: uma Odisseia para a (Re)Conquista do Paraíso. In: MESQUITA, Olindina Viana; SILVA, Solange Tietzmann (coordenadoras). **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro/RJ: IBJE, 1993.
- MIAZZO, Giorgia. **As Grande Migrações do Norte da Itália ao Brasil**: regiões do Vêneto, Trentino-Alto, Ádige, Friuli Venezia Giulia e Lombardia. Criciúma: Unesc, 2022.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.
- MORETTO, S. P. Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX. In: **História Revista**, v. 22, n. 2, p. 107–120, Goiânia: mai./ago. 2017.
- MYSKIW, Antonio M. Fronteira: história e historiografia de um conceito polissêmico. In: HAHN, Fábio A.; MEZZOMO, Frank A. (Orgs.). **Nas malhas do poder**: história, cultura, espaço social. Campo Mourão/PR: Editora da Fecilcam, 2011. pp. 13-28.
- MYSKIW, Antonio M. **O Programa de Pós-Graduação em História da UFFS**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 37, p. 271-286, 28 jul. 2021.
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Edufsc, 2009.
- NODARI, Eunice Sueli. **“Mata Branca”**: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. História ambiental e migrações. São Leopoldo: Oikos, 35-53, 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**, vol. 10: São Paulo, 1993, p. 7 - 28.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. In: **Ambiente e Sociedade**. v. X, n. 2, p. 11 -23. Campinas: jul - dez, 2007.
- PANSERA, Flávio Luiz. **Artigo comemorativo ao centenário de Nova Teutônia**: um capítulo do Oeste Catarinense. Acervo Centro da Memória de Nova Teutônia/ Fundação Cultural de Seara. Seara, 2022.
- PASSOS, Mailsa Carla Pinto. A colonização em cartões postais: fotografia como certificação de uma presença. Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão. Petrópolis: DP et alii, p. 169-184, 2010.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

PERES, Jackson Aleksandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história** Xocleg em Santa Catarina (1850-1914). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. O nascimento da Questão de Limites e a contestação das fronteiras nacionais. In: RODRIGUES, Rogerio Rosa *et al.* (Orgs.). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PLAUMANN, Fritz. **A origem da vida: Concepções completamente novas sobre a origem da vida e do ser humano**. – 1. Ed. – Florianópolis, SC: Parâmetro Empreendimentos Culturais, 2022.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos. (I)migração e Fronteira Agrícolas no Sul do Brasil: Atores sociais e Empresas Colonizadoras. In: COMISSOLI, Adriano. SCHMITT, Anderson Marcelo Schmitt; WINTER, Murillo Dias (Org.). **Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX)**. 1ed. Chapecó: Editora da UFFS, 2021, v. 1. p. 310 a 328.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Povos indígenas**. In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 121-127. ISBN: 978-85-64905-65-8. <https://doi.org/10.7476/9788564905658.0030>. Acesso em: 30 jan. 2025

RELLY, Eduardo. A agricultura e floresta dos alemães no Brasil: mobilidade, conhecimentos e transfers no Urwald (século XIX). In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-16, jan.-abr. 2020.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação do sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Ana Geisa Barbosa; ROCHA, Regiane Barbosa. A Cartografia ao longo da história da humanidade: Importância e avanços técnicos. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da imigração alemã: História e Cultura Alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó, 2018.

- SILVA, Claiton Márcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma História Ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (orgs.). História da Fronteira Sul. Chapecó: Editora da UFFS, 2015, p. 271-297.
- SOTILO, Caroline P. Fotografia, memória e cultura: atualização no processo comunicativo. In: **VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**: PUC, São Paulo, 2006.
- SPESSATTO, Mary, Bortolanza. (org). **O diário de Fritz Plaumann**. Chapecó: Argos, 2001.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SILVA, Rogério Rosa da. **A coleção Entomológica do Museu Fritz Plaumann**. Biotemas, 11 (2): 157 – 164, 1998.
- SOBRINHO, Octacílio Schüler. **Taipas: origem do homem do Contestado – O Caboclo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Yi Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.
- WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**: ano XI, nº 2, abril – junho de 1949.
- WERLANG, Alceu Antonio. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia territorial sul Brasil: 1925 a 1954**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, 1992.
- WITTE, Gerson. A tecnologia sustentável das construções caboclas. RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* (Orgs.). In: **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.
- WORSTER, D. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História**. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.
- VALENTINI, Delmir José. **Tropeiros, ervateiros e balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense**. In: **Ágora**. Revista de divulgação científica, UnC, v. 6, n. 1, 1999, p. 79-89.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, Carlos José. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. In: **Revista Esboços, Florianópolis**, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012.

VIBRANS, Alexander C. et al. **Metodologia do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2012.